



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

EDIÇÃO
ESPECIAL

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 600 - DE 24 DE NOVEMBRO A 8 DE DEZEMBRO DE 2019 - R\$ 5,00

Crise revolucionária na Bolívia

Somente a unidade da maioria oprimida, em luta contra o governo burguês, a oligarquia e o imperialismo, pode passar por cima da divisão interburguesa, que despedaça a Bolívia. Somente a marcha coesa dos explorados, sob a bandeira da revolução e ditadura proletárias, abrirá caminho para acabar com o capitalismo putrefato e bárbaro. O desabamento do governo de Evo Morales, e a ofensiva da direita fascistizante colocam, na ordem do dia, constituir a aliança operária e camponesa. Lutemos sob a estratégia do governo operário e camponês, para sepultar todas as forças políticas que mantêm a Bolívia no atraso, e subordinada ao imperialismo.

Lutemos com os métodos da luta de classes, para vencer o atraso, a pobreza e a miséria. Vamos nos libertar da influência da política direitista e reformista. Nenhuma política burguesa serve à nossa causa de emancipação do jugo capitalista. Os explorados bolivianos têm seu próprio partido, que é o Partido Operário Revolucionário (POR). Os marxistas-leninistas-trotskistas lutaram no seio das massas para derrotar o governo impostor do MAS, e quebrar a espinha dorsal da direita burguesa. Um salto à frente da luta depende de que os explorados encarnem o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

A Bolívia não está só. Em toda a América Latina, ocorrem levantes das massas. A burguesia e seus governos não têm outra resposta senão a violenta repressão. Os explorados e sua juventude enfrentam corajosamente seus escravizadores. Os explorados bolivianos precisam urgentemente soldar sua unidade golpeada pela disputa interburguesa. O POR se dedica inteiramente a esse objetivo. Tem como guia internacionalista o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Abaixo o governo interino sanguinário de Jeanine Áñez!

Passemos por cima da política burguesa do MAS!

Levantemos os Cabildos abertos por todo o País!

Marchemos empunhando a estratégia do governo operário e camponês!

Enterremos o capitalismo bárbaro!

Viva a revolução proletária!

Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina

A derrocada de Evo Morales e a instalação de um governo provisório da oposição de direita são parte do agravamento da luta de classes no continente latino-americano e mundial.

A crise revolucionária na Bolívia é precedida do extraordinário levante das massas no Equador e Chile. Os protestos no Haiti foram respondidos a sangue pelo governo de Jovenel Moïse. É bom lembrar que o movimento na Nicarágua foi sufocado a sangue pelo governo sandinista. A Venezuela pode vir a ser sacudida por embates nas ruas a qualquer momento. Na Colômbia, a greve geral levou milhões às ruas. Ivan Duque, contra a parede, não tem outra solução, a não ser a brutal repressão. No Brasil, Argentina e Peru, lutas recentes potenciaram as tendências de levantes massivos.

A crise, que golpeia governos de distintas posições políticas, por sua generalização, indica que se desenvolvem situações convulsivas, pré-revolucionárias e revolucionárias, em várias partes da América Latina.

O fato de a instabilidade política atingir governos qualificados de esquerda (nacional-reformistas) e de direita (francamente pró-imperialistas, fascizantes) evidencia o terremoto que vem causando o choque entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. A manifestação sísmica inicial teve como epicentro os Estados Unidos, em 2008. A burguesia mundial conseguiu administrar o curso da destruição massiva de forças produtivas por um período. Despertou-se a esperança, em particular na América Latina, de que os antagonismos que desencadearam a crise econômica mundial haviam se acomodado. Emergiram os governos nacional-reformistas na Venezuela, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Uruguai.

Parecia que a primavera do reformismo impostor teria vida longa. Socialismo do Século XXI, Indigenismo, Democratismo Inclusivo, etc. deram feições particulares a governos unidos pelo reformismo democrático e popular. Um excedente orçamentário permitiu que tais governos comparecessem como tábua de salvação dos pobres, miseráveis e famintos. O retorno dos empregos elevou os indicadores do Banco Mundial de “melhoria” das condições de vida da população. E os capitalistas ganharam muito dinheiro. Os governos nacional-reformistas fizeram o “milagre” dos pobres ficarem um pouquinho menos pobres, e os ricos se tornarem muito mais ricos.

A crise de 2008, no entanto, deu início à liquidação de milhões de postos de trabalho. Varreu o pouco que foi distribuído às massas. O desemprego e o subemprego voltaram

a se agigantar. Os programas de inclusão social expuseram a sua insignificância. E os explorados se inquietaram. A direita burguesa havia acumulado munições. Apontou o dedo em riste aos governos reformistas. Disseram aos pobres e miseráveis: o país está em ruína, devido à política econômica irresponsável, à má administração pública e à corrupção desenfreada. A direita burguesa não precisou ocultar que os capitalistas ganharam muito com essa “má administração”.

Golpes institucionais e vitórias eleitorais da oposição direitista vêm varrendo os governos “democrático-populares”. A Venezuela definha-se, cercada pelos Estados Unidos. A vitória de Fernandez, na Argentina, tirou do poder o direitista Macri. Nem bem os nacional-reformistas comemoravam, Evo era derrubado por um amplo movimento

popular. A direita se apoiou na revolta dos explorados, e se apossou do poder do Estado. Sem a possibilidade de o Partido Operário Revolucionário (POR) dirigir as massas, a burguesia e o imperialismo deram um passo no estancamento da crise revolucionária com seus meios e métodos ditatoriais. Mas, não a resolveram. É o que vem se passando

na América Latina, com o fracasso do nacional-reformismo. Uma vez que a política de conciliação de classes já não consegue conter a revolta dos oprimidos, a burguesia e o imperialismo recorrem ao Estado policial, a governos ditatoriais e fascizantes.

Os enfrentamentos dos explorados com os governos de esquerda e os de direita evidenciam que a luta de classes se encontra na base das crises políticas, das situações convulsivas, pré-revolucionárias e revolucionárias. As condições objetivas para o proletariado avançar contra o Estado burguês, a grande propriedade dos meios de produção e o imperialismo vêm à tona. A crise de direção, porém, lhe impossibilita de passar por cima do nacional-reformismo decomposto, e quebrar a espinha dorsal da direita burguesa. O que se passa na Bolívia, onde está presente o POR, é, nesse sentido, exemplar.

Não há outro caminho à vanguarda, para auxiliar o proletariado a resolver a crise de direção, a não ser expressar, nos combates, as reivindicações que unem as massas, aplicar a estratégia, o método e a tática que separam os explorados dos exploradores e, desde as trincheiras, defender os princípios do socialismo científico. O programa que responde à decomposição do capitalismo e à polarização entre as classes é o dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

23 de novembro de 2019

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Este Jornal Massas, nº 600, é inteiramente dedicado à crise revolucionária na Bolívia. Está dividido em duas partes: 1) manifestos, declarações, comunicados e artigos sobre a queda do governo Evo Morales; 2) seleção de manifestos e artigos, que percorrem o período de 2000 a 2019. Os textos são das seções boliviana, argentina e brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Estão identificados pelas assinaturas correspondentes.

Declaração do POR do Brasil

Ampla mobilização popular em todo o país levou à queda de Evo Morales Somente a classe operária, com sua política própria, pode solucionar a crise de poder

11 de novembro

A renúncia de Evo Morales, no dia 10 de novembro, concluiu uma fase da crise política, que se vem desenvolvendo desde a última eleição, de 2014, e que se agudizou ao extremo, nas eleições de outubro de 2019. Como se vê, formalmente, o ponto de partida da ruptura se encontra na divisão interburguesa, que se expressou concentradamente na disputa eleitoral entre Evo Morales e o candidato opositor Carlos Mesa. Dizemos formalmente, porque a divisão interburguesa deu lugar à intervenção das massas oprimidas, que se generalizou por todo o país. Foi precisamente a contestação nas ruas que atingiu a capacidade política de Evo e de seu partido MAS de sustentar a vitória de Pirro, no pleito que lhe daria um quarto mandato.

Evo foi eleito presidente da República em 2005, governou por 13 anos. Sua ascensão se deveu à revolta dos explorados, que derrubou o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, em 2003. É nos marcos dessa crise que se potenciou a candidatura indígena de Evo. É preciso considerar que esse fenômeno ímpar na história da Bolívia se deu em um momento de derrocada de governos francamente pró-imperialistas, denominados de neoliberais, na América Latina. Coincidentemente, o esgotamento do governo MAS (Movimento ao Socialismo) ocorreu no quadro de declínio dos governos nacional-reformistas.

A incapacidade dos governos, identificados com o reformismo burguês, de enfrentar o furacão da crise econômica mundial, aberta em 2008, evidenciou o seu servilismo à fração da burguesia monopolista e da oligarquia local. As pretensões reformistas de alterar as tendências à crescente concentração das riquezas nas mãos da minoria e a expansão da miséria à maioria oprimida esbarraram nas condições históricas do capitalismo em sua fase imperialista de decomposição. Esses governos despertaram a ilusão nas massas, de que era possível mudar o “modelo” de concentração para o de distribuição, de inclusão dos miseráveis, e de redução das desigualdades sociais. Manobras nesse sentido foram possíveis, ainda que limitadamente, nas circunstâncias em que a economia mundial teve um desempenho favorável entre 2003 e 2008.

O que se passa na Bolívia se passou, tanto nos países lati-

no-americanos de baixa industrialização, quanto nos de industrialização mais avançada, a exemplo do Brasil e Argentina. A Venezuela se destaca nesse processo, por constituir o epicentro da crise dos governos nacional-reformistas. A queda do preço do petróleo e o cerco econômico dos Estados Unidos potenciaram a crise do governo nacionalista, mais radical que o de Evo Morales e demais governos nacional-reformistas. Não sendo capazes de impulsionar as reformas e combater as pressões da fração burguesa pró-imperialista, acabaram se desmoralizando diante dos explorados.

A incapacidade dos governos, identificados com o reformismo burguês, de enfrentar o furacão da crise econômica mundial, aberta em 2008, evidenciou o seu servilismo à fração da burguesia monopolista e da oligarquia local.

Evo Morales iniciou seu governo com ares de radicalismo nacionalista, tomando algumas medidas de controle da exploração do petróleo e gás, que vinham descaradamente sendo saqueados pelas petroleiras. O ímpeto nacionalista logo se desfez, com as negociatas que atenderam aos interesses das multinacionais, ainda que tivessem de pagar um pouco mais pelo direito de exploração. Evo, também, se comprometeu com a solução das contradições da economia agrária, que mantém no atraso e na miséria as massas camponesas e indígenas. Ao contrário, a agroindústria foi impulsionada em detrimento da economia camponesa e comunal. Não por acaso, a fração oligárquica mais poderosa e reacionária está em Santa Cruz, de onde partiu o ataque da ultradireita, comandada por Luís Fernando Camacho, que se utilizou do movimento das massas para projetar a linha golpista. É necessário reconhecer que a direita e a ultradireita da política burguesa se acomodaram à sombra do governo denominado “plurinacional”. Foi assim que conseguiu conter o movimento separatista da “Meia Lua”.

O crescimento econômico facilitou a acomodação das frações oligárquicas e pró-imperialistas ao verniz do nacional-reformismo. No último período do governo, cresceu o desencanto de parcelas da população, e os direitistas se movimentaram no sentido de retirar Evo pela via eleitoral. Articula-



Sem que os explorados estejam lutando unidos por um poder próprio, que será conquistado pela revolução social, continuam se movendo sob a pressão da política burguesa. É o que se observa no deslocamento de parcelas crescentes para a contestação ao continuísmo do masismo. Isso quando Evo ainda contava com apoio eleitoral de uma expressiva camada da maioria oprimida.

lhou-se, em torno a Carlos Mesa, a candidatura oposicionista da direita. A esperança era de que Evo não se candidatasse em 2019, devido ao fato de ter concorrido a dois mandatos consecutivos como autorizava a Constituição, aprovada no seu próprio governo. Um fato decisivo para a política burguesa foi a derrota de Evo no referendo que lhe permitia alterar a Constituição, para que pudesse se candidatar pela quarta vez. O referendo foi de iniciativa do próprio governo. Com uma manobra, sob a bandeira dos direitos humanos, Evo desconsiderou o resultado do referendo. Esse jogo enfureceu a oposição, que se radicalizou no objetivo de arrancar Evo do poder. No entanto, foi incapaz de arrastar as massas para impedir a reeleição de Evo pela quarta vez. Terminada a eleição, o candidato Carlos Mesa e seus partidários se insurgiram contra o resultado, denunciando a ocorrência de fraude. A suspensão da apuração no momento em que os números indicavam que Evo não conseguiria vencer no primeiro turno fortaleceu a acusação de manipulação. A Organização dos Estados Americanos (OEA), um instrumento do imperialismo norte-americano, supervisionou o processo eleitoral. Com autorização do governo, fez a inspeção e concluiu que houve fraude. Evo acatou o veredicto. Dispôs-se a realizar o segundo turno. No entanto, a crise política havia transbordado. Chegava-se a uma ruptura institucional. Ou Evo renunciava à sua candidatura, ou a oposição partia para a sua derrubada. O que, certamente, dependia da atitude das massas. As Forças Armadas e a polícia não mostravam sinais de conspiração. Provavelmente, porém, já estava sob influência de políticos e empresários que exigiam mudança de governo. Vão intervir em favor da oposição, no momento em que se radicalizam os protestos populares, a OEA atesta a fraude, e Evo admite realizar o segundo turno. Essa sequência de acontecimentos levou os militares e a polícia a exigirem a renúncia de Evo. Sem esse pilar de sustentação, e diante de um País convul-

sionado, o governo de Evo perdeu toda a base de sustentação política. Não tinha como realizar novas eleições, e como promover qualquer manobra de continuísmo. Estava liquidado, em grande medida pela sua própria política.

É parte da convivência institucional dos partidos da burguesia, a regência da Constituição e das formalidades da democracia burguesa, por mais caricata que seja. A oposição direitista, que não tem nada de democrática – a ultradireita é ditatorial e fascizante, se valeu da formalidade para denunciar, aos olhos do povo, a violação da Constituição e a fraude eleitoral. O choque interburguês influenciou a população, que vinha potenciando seu descontentamento, e provocou nela uma divisão em torno à disputa eleitoral. A política burguesa cria a esperança de que a mudança de governo pode ser a solução para seus problemas materiais. Sem que os explorados estejam lutando unidos por um poder próprio, que será conquistado pela revolução social, continuam se movendo sob a pressão da política burguesa. É o que se observa no deslocamento de parcelas crescentes para a contestação ao continuísmo do masismo. Isso quando Evo ainda contava com apoio eleitoral de uma expressiva camada da maioria oprimida.

Evo abandonou o governo – esse é o conteúdo de sua renúncia – movido pela demonstração do esgotamento de sua política. As massas se inclinaram contra sua continuidade. E a política burguesa se radicalizou. Nesta circunstância, era inevitável que a oficialidade militar e policial escaparia ao seu comando, por mais poder que lhe tenha dado no aparato do Estado. Eis por que Evo não se dispôs a resistir à exigência de renúncia. Com o abandono do posto, todo o governo caiu como castelo de cartas. Abriu um vazio na governabilidade, que deverá ser preenchido rapidamente, ou a crise se aprofundará ainda mais. Não se pode ignorar que o vazio de governabilidade, momentâneo, não se confunde com vazio de poder, que jamais ocorreu ou ocorrerá. As Forças Armadas, a polícia e a burocracia de Estado permanecem como poder.

É importante compreender como isso vem se passando. Evo orientou o MAS e seus partidários a não resistirem. Pediu a pacificação do País. Denunciou sua queda como produto de um golpe, mas se negou a resistir. Assim ocorreu porque não podia contar com uma fração das Forças Armadas e da polícia. Qualquer que seja o governo burguês, não vai se apoiar inteiramente nas massas, e não se lança à resistência baseada nelas, necessita ter um pé de apoio no aparato militar e policial. Como governo burguês, pelo conteúdo de sua política – pela natureza de classe se caracteriza como pequeno-burguês –, Evo não poderia recorrer a medidas revolucionárias em sua defesa.

Nesta segunda-feira, dia 11, os partidários do governo iniciaram uma resistência ao “golpe”, em La Paz. Evo recomendou que não partissem para a “violência” e cuidassem da “paz”, procurando resolver “qualquer diferença com diálogo”. Esse pacifismo é fruto da impotência de quem ocupou a presidência da República por treze anos, assentada na grande propriedade dos meios de produção, na brutal opressão sobre camponeses e indígenas, e no conluio com o imperialismo. Espalhou muita impostura com seu socialismo indigenista. Depois de três man-

dados, já não tinha serventia à burguesia, e já não conseguia ludibriar os explorados e oprimidos. Não há dúvida de que a crise de governabilidade, portanto, será equacionada pelas forças burguesas, dirigidas pela direita e ultradireita. O próprio Evo recomenda aos seus defensores que não se lancem contra essa via, uma vez que não podem restabelecer o seu governo. A OEA está instalada por cima das forças burguesas. E com o consentimento de Evo.

Uma outra via seria a revolução proletária, que destruiria de cima a baixo o Estado burguês, e constituiria um governo operário e camponês. Esse programa esteve e está presente na luta dos explorados, que combateram pela derrubada do governo masista. O Partido Operário Revolucionário (POR) o encarna. Não teve, porém, como se destacar como dirigente do combate. Essa debilidade deve ser compreendida com o máximo de precisão. Desde a ascensão de Evo ao poder, o POR caracterizou seu governo como incapaz de servir à luta dos explorados contra a oligarquia boliviana e o imperialismo. Desmascarou sua impostura “socialista” e seu “indigenismo”. E previu que acabaria sendo rechaçado pelos explorados. O prognóstico de que o governo de Evo concluiria como serviçal dos latifundiários e das multinacionais se confirmou em todas as letras. Está presentes na queda de Evo essa formulação programática. De maneira que os marxista-leninista-trotskistas estiveram todo o tempo na trincheira de combate ao governo nacional-reformista, e no enfrentamento às forças burguesas de conjunto, o que inclui todas as variantes da política burguesa. É necessário ressaltar que,

em nenhuma situação, apoiou o governo Evo. Desenvolveu uma posição implacável, procurando orientar cada luta – e foram muitas – pela independência de classe. O governo e seus partidários, por sua vez, responderam com a repressão e com o gangsterismo da burocracia sindical. No choque das massas com o governo, o POR organizou a luta, não somente contra Evo, mas também contra as oposições burguesa direitista e ultradireitista, que, por tradição histórica, manejam os métodos contrarrevolucionários, e se apoiam no imperialismo. Nesse sentido preciso, impulsionou a luta dos explorados contra o governo Evo, desenvolvendo as reivindicações próprias da classe operária, dos camponeses e indígenas. No entanto, não havia como resolver uma contradição decisiva: os oprimidos, que se lançaram às ruas, estiveram e estão, na sua maioria, sob a influência da disputa eleitoral, das denúncias de fraude e de corrupção, que são manifestações próprias dos governos burgueses e das instituições do Estado. Onde o POR conseguiu expressar sua política, rechaçou a linha da direita e da ultradireita, expressa por Mesa e Camacho, respectivamente. Essa força, sem dúvida, recorrerá ao golpe, em contraposição à via da derrubada revolucionária do governo pelas massas. Esteve e está presente, na crise de governabilidade do País, o golpismo.

A linha revolucionária, de um lado, como se constata,

esteve e está em completa oposição aos métodos golpistas, policiais e militares, e, de outro, com os métodos democratizantes burgueses, na condução dos enfrentamentos com o governo. Essa distinção e separação irão se evidenciar com maior clareza na nova etapa da crise política, que se inicia com a renúncia de Evo. Nos próximos dias, os vencedores vão reorganizar a transição para um novo governo, a ser eleito. Essa é a variante mais provável, caso a tentativa de partidários de Evo não consiga pôr em pé uma resistência popular. Deve ser rechaçada e combatida toda forma de repressão e militarização da política. A burguesia e o imperialismo precisam garantir a unidade das Forças Armadas para estabelecer um novo governo burguês. Embora esteve e está presente a via do golpe, é correta a avaliação do POR de que Evo caiu devido ao movimento dos explorados, que se espalhou por todo o País. A divisão entre as fileiras da maioria oprimida vai permanecer até que entre em conflito com o governo que surgirá da crise política.

Para a luta revolucionária, é fundamental restabelecer a coesão dos explorados sobre a base dos interesses comuns, opostos aos da burguesia e do imperialismo. A revolução não é possível nas condições em que a divisão interburguesa as arraste e as fragmente, como vem sucedendo.

O POR organizou e dirigiu uma fração minoritária dos explorados na luta contra o governo do MAS, no campo da independência de classe, e sob a estratégia do governo operário e camponês. Está praticamente definido que Evo e o MAS não têm como recuperar o poder. Assim, a tarefa imediata

consiste em potenciar as reivindicações próprias dos explorados, que emergiram nas manifestações, e trabalhar pela superação da divisão provocada pela disputa interburguesa. Conservar e impulsionar os organismos de massa, que serviram aos protestos. As condições estão melhores para a vanguarda desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A crise na Bolívia, resguardadas as particularidades, faz parte da crise que se manifesta na América Latina, com destaque ao Chile. Os explorados, tanto se chocam com os governos nacional-reformistas, quanto com os direitistas, francamente pró-imperialistas. A confluência de crises políticas expressa a decomposição do capitalismo e a necessidade da burguesia atacar ainda mais os explorados, que já não suportam o desemprego, subemprego, miséria e fome. Os levantes massivos indicam a necessidade objetiva do proletariado e demais explorados de se organizarem no campo da independência de classe. É por essa via que encarnarão a estratégia revolucionária e o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista.

O Comitê de Enlace convoca a vanguarda, em todas as latitudes, a apoiar a luta independente desenvolvida pelo POR, que sai fortalecida no embate ao governo esgotado do MAS, e à oposição direitista e ultradireitista.

(...) a tarefa imediata consiste em potenciar as reivindicações próprias dos explorados, que emergiram nas manifestações, e trabalhar pela superação da divisão provocada pela disputa interburguesa. Conservar e impulsionar os organismos de massa, que serviram aos protestos. As condições estão melhores para a vanguarda desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Nova fase da crise política na Bolívia

Abaixo o governo direitista de Jeanine Áñez! Por um governo operário e camponês, apoiado na maioria nacional oprimida!

16 de novembro de 2019



O movimento massivo, que golpeou o governo de Evo Morales, deu lugar a um governo interino da direita fascizante. Na impossibilidade de o levante estabelecer um governo da classe operária, camponeses, indígenas e setores da pequena burguesia urbana empobrecidos, era previsível que se instalaria um governo vinculado a Carlos Mesa e Luís Fernando Camacho.

Um governo da maioria nacional oprimida seria um governo operário e camponês, expressão da ditadura de classe do proletariado. Como se vê, a natureza do governo revolucionário resultaria da aliança operária e camponesa, que incluiria as camadas oprimidas da pequena burguesia urbana. Essa aliança somente seria possível caso o Partido Operário Revolucionário (POR) se destacasse como direção do movimento das massas, que pôs abaixo o governo nacional-reformista de Evo Morales. Essa variante não era possível, uma vez que o movimento das massas contra Evo estava condicionado pela divisão interburguesa em torno às eleições, portanto, em torno à conservação ou mudança da governabilidade burguesa.

O contingente das massas, que durante 23 dias saíram às ruas e bloquearam parte do país, não abarcou os oprimidos que ainda seguiam o MAS. Uma importante parcela ainda mantinha e mantém confiança no governo Evo, embora não mais fosse possível sustentar a impostura de sua política nacional-reformista, em particular, do seu indigenismo. A revolução proletária na Bolívia necessariamente será de maioria nacional oprimida, conduzida pela classe operária, e esta, dirigida pelo seu partido. A população, dividida em torno à disputa interburguesa, não encarnou as reivindicações e o programa de transformação revolucionária, embora estivessem presentes no embate.

O POR interveio na rebelião contra o governo de Evo, que, nos seus 13 anos, favoreceu os grandes proprietários, o agronegócio e as petroleiras. A influência hegemônica, no entanto, foi a da oposição burguesa direitista e ultradireitista. Essa relação oposta da política de classe no seio das massas somente poderia concluir

A população, dividida em torno à disputa interburguesa, não encarnou as reivindicações e o programa de transformação revolucionária, embora estivessem presentes no embate.

em favor da maioria nacional oprimida se triunfasse a revolução social, estabelecendo um governo operário e camponês, baseado na democracia das massas. Nos cabildos abertos, comitê cívicos e organizações sindicais em que o POR esteve e está presente, este expressou a política de independência de classe, combatendo o governo e enfrentando a influência

da oposição direitista, sob a bandeira de “Nem Evo, nem Mesa, nem Camacho!” O problema é que essa linha não prevaleceu na revolta popular. Era preciso que as massas a encarnassem, para se libertarem da influência da oposição reacionária, que era a de impor novas eleições sem a presença de Evo. E, assim, estabelecer o curso do combate pelo governo operário e camponês. Sem esse deslocamento, não era possível superar a divisão, provocada pelo choque entre os governistas e opositoristas no interior da maioria oprimida. Os acontecimentos evidenciaram a importância da estratégia do governo operário e camponês, do programa, que combina a resolução de tarefas democráticas com as transformações socialistas, e da tática de independência de classe.

A renúncia de Evo expressou a incapacidade e o esgotamento do nacional-reformismo diante das necessidades mais elementares da maioria oprimida, e da resolução das tarefas democráticas pendentes, sendo as mais importantes a revolução agrária e a independência nacional. Tarefas essas que levam a maioria oprimida a se contrapor à burguesia branca e racista, herdeira do colonialismo espanhol.

Evo constituiu um governo nas condições em que a burguesia oligárquica, racista e pró-imperialista, se viu diante de um levante, que derrubou o governo de Sánchez de Lozada, em outubro de 2003, homem vinculado aos agroindustriais do Oriente e ao imperialismo norte-americano. Evo se elegeu em dezembro de 2005, depois de concluída a transição conduzida pelo vice-presidente, Carlos Mesa, e pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Eduardo Rodríguez. Carlos Mesa, é importante assinalar, teve de deixar o governo em meio a grandes manifestações e

brutal repressão. O período que se seguiu à crise da “Guerra da Água”, em 2000 – levante instintivo das massas contra a privatização de recursos hídricos – não permitiu à burguesia reverter a decomposição política de seu governo. Evo se projetou como um fenômeno novo na história política da Bolívia. Emergiu do seio das massas camponesas, e do movimento dos cocaleiros do Chapare. Constituiu um governo pequeno-burguês, empunhando bandeiras nacional-reformistas.

O POR imediatamente o caracterizou como *“defensor da grande propriedade privada, do regime de exploração capitalista, do poder dos ricos e das multinacionais, daqueles que querem fazer algumas reformas sem mudar a estrutura econômica capitalista atrasada”*. Denunciou que Evo Morales, apesar de ostentar um poncho, era um presidente burguês. E que era necessário revelar aos olhos da maioria oprimida a sua impostura reformista e indigenista. Demonstrou que seu governo não se colocava pelo esmagamento da “velha direita”, que fazia oposição encastelada no Comitê Cívico de Santa Cruz. De maneira que Evo e seu partido, o MAS, constituíam uma “nova direita”. Essa caracterização do governo do MAS se confirmou e se evidenciou plenamente, assim que foi resolvido o conflito em torno à Constituinte, e elaboração da nova Constituição, entre 2006 e 2009. O arrefecimento da resistência da oposição direitista, reunida no movimento separatista Meia Lua, se deu por meio da garantia da propriedade privada dos meios de produção, e dos interesses da oligarquia latifundiária.

Em 2009, Evo é reeleito, com 63,9% dos votos. Para um terceiro mandato, conseguiu, nas eleições de 2014, 61%. Para concorrer a um quarto mandato (terceiro se se considera a partir da nova Constituição), Evo teve de desconhecer a derrota sofrida no referendo de fevereiro de 2016, em que o NÃO obteve 51,3%. Nas eleições de outubro de 2019, Evo contava com 45% e Mesa, 38% dos votos, quando a contagem alcançava 83% das urnas. Um apagão interrompeu a apuração por quase um dia. Na retomada, Evo tinha 46,8% e seu opositor, 36,7%. Não precisava que a OEA, instrumento do imperialismo, constatasse a fraude, para que a população a reconhecesse. Motivo que desencadeou o movimento nacional pela derrubada de Evo. É importante observar que, independente da falcatura, e mesmo da possibilidade de Evo vencer no segundo turno, os 45% dos votos – bem abaixo dos 63,9% e 61%, obtidos em eleições passadas – indicaram um grande deslocamento eleitoral de uma parcela da população para o candidato da velha direita. Permaneciam e certamente ainda permanecem ilusões em uma importante camada dos explorados no governo de Evo. Mas, não o suficiente para contornar a crise política, que o levou à renúncia. A demonstração prática de que seu governo havia se adaptado às pressões dos Estados Unidos, e se submetido ao poder econômico do agronegócio, das mineradoras e das petroleiras, solapou a autoridade caudilhesca de Evo, obtida após a pantomima da Assembleia Constituinte, e da Constituição Plurinacional. É necessário indicar, mais recentemente, a aproximação de Evo Morales com o governo fascista de Bolsonaro. Esteve presente na sua posse, e presenteou a reação internacional e brasileira com a entrega do exilado Cesare Battisti aos seus perseguidores.

O declínio da capacidade de arregimentação eleitoral das massas é apenas um sintoma do descontentamento, que foi crescendo, conforme o governo tomava medidas antinacionais e antipopulares. As inúmeras marchas dos indígenas do Parque

Nacional Isiboro-Sécure Tipnis, em 2012, abriram uma fenda na base de apoio ao governo Evo, expuseram os interesses das multinacionais, em particular de poderosos grupos econômicos brasileiros. Arrancaram a máscara do indigenismo e do Estado Plurinacional. Greves, manifestações e bloqueios se tornaram recorrentes. Os movimentos foram contidos pela repressão policial e pela ação da burocracia sindical atrelada ao MAS.

O presente levante tem em sua base os conflitos anteriores e o descontentamento que foi se estendendo por todo o país. É um erro desconsiderar o encadeamento dos acontecimentos da luta de classes e o choque da população indígena com seus opressores capitalistas. O fato da classe operária, vinculada à mineração, ter sido atingida pelo declínio da indústria mineral, possibilitou que a pequena burguesia e setores populares aumentassem sua influência nas lutas contra os governos. Não é de menor importância a divisão estabelecida entre as cooperativas de mineração e os operários da extração. O governo Evo incentivou as cooperativas de pequenos proprietários, negando-se a nacionalizar esse importante ramo econômico do país. Essa situação, desfavorável à vanguarda operária, dificultou e dificulta, na presente crise, a tarefa de superar a divisão no seio da maioria nacional oprimida, causada pela disputa interburguesa em torno ao poder. É imprescindível compreender que somente a classe operária, sob a direção do POR, poderia e pode derrotar a influência da velha direita burguesa, sem se submeter ao nacional-reformismo decomposto, que pode ser qualificado de nova direita. Essa possibilidade não pôde emergir da crise revolucionária, embora o POR lutasse para que se viabilizasse.

A renúncia de Evo e a derrocada de todo o seu governo concluíram em vitória das forças direitistas e contrarrevolucionárias. Assim sucedeu porque as massas, em choque com a continuidade do governo do MAS, estiveram condicionadas pelas forças direitistas, que abrigaram uma fração fascista. O fascista Luís Fernando Camacho despontou como principal chefe da oposição direitista, obscurecendo inclusive a figura de Carlos Mesa, não apenas pelo fato de ser um homem orgânico do agronegócio, e umbilicalmente ligado aos latifundiários, mas também por ser um representante dos evangélicos pentecostais, que se espalham pelos países semicoloniais como catequistas a serviço do imperialismo norte-americano.

Camacho, tudo indica, foi um dos primeiros a exigir a renúncia de Evo. As Forças Armadas aguardaram o veredito da OEA, confirmando a fraude, para dar poder ao ultimato, lançado desde o Comitê Cívico de Santa Cruz. No momento em que Evo admitiu a inspeção desse órgão controlado pelos Estados Unidos, e aceitou convocar novas eleições, acatou as determinações das forças burguesas que comandam o Estado, na forma da ditadura de classe da minoria burguesa contra a maioria explorada. Errou nos cálculos, supondo que a oposição radicalizada, apoiada nas mobilizações populares, aceitaria um segundo turno com a sua presença e o aparato de Estado, que foi amplamente utilizado na disputa eleitoral. Restava a definição das Forças Armadas e da polícia. O primeiro sinal foi o de se negarem a reprimir a revolta que ganhou as ruas. Foi um sinal de que se colocavam do lado da oposição. Sem o instrumento de contenção das massas, Evo somente poderia contar com a parcela que ainda se mantinha fiel ao seu governo. Em outras palavras, apoiar-se na divisão da maioria oprimida. Provavelmente, verificou que não conseguia

ria provocar uma cisão nas Forças Armadas. O que era decisivo para resistir ao movimento das massas e à ofensiva da oposição direita. Nesse caso, se abria um caminho para o aprofundamento da crise, que poderia conduzir à guerra civil. Nas disputas interburguesas, não é factível uma guerra civil sem os choques internos às Forças Armadas, e a dissolução de sua unidade. Evo não arriscaria seu pescoço, recorrendo a essa via. Por natureza, a política do nacional-reformismo é pacifista e conciliadora. Isso quando se trata de choques interburgueses. Caso as Forças Armadas e a polícia não fugissem ao seu comando, sem dúvida, Evo autorizaria o uso da violência contrarrevolucionária diante do movimento das massas.

A decisão de Evo de deixar a presidência se deveu à débil resposta diante da convocação de seus partidários para defender seu governo nas ruas, enfrentando o movimento que estava por sua renúncia. Evo e todo seu governo se viram suspensos no ar. Optaram pela alternativa de entregar o poder aos adversários. As massas em luta ficaram à margem. Na impossibilidade da mobilização se transformar em revolução social e derrubar o poder burguês, as forças opositoras ocuparam o lugar deixado pelo breve vazio de governabilidade. Já não mais precisavam das forças populares, que as elevaram ao poder. Instituiu-se, como presidente interino, Jeanine Áñez. Ao que tudo indica, a senadora é vinculada a Camacho e aos pentecostais. Ajustou, imediatamente, os comandos das Forças Armadas e da polícia, nomeou os ministros interinos e promoveu eleições dentro de três meses.

Evo denunciou sua renúncia como golpe de Estado. Assim, ocultou e oculta sua responsabilidade pelo levante de um grande contingente dos explorados. Desconheceu que, durante dias, as ruas estiveram tomadas, não só pela classe média, mas por camadas de trabalhadores urbanos, camponeses e indígenas. Parte delas serviu de base de apoio ao seu governo. Fez de conta que não se adaptou, nos treze anos de seu governo, aos interesses e pressões das forças direitistas, que, por natureza, são contrarrevolucionárias e golpistas. Não se importou com a sua incapacidade e indisposição de mobilizar a fração dos explorados que ainda acredita em seu governo. Evo não pôde admitir que caiu porque as massas foram às ruas contra a violação da consulta popular e as falcaturas que lhe permitiriam mais um mandato presidencial. Todos esses motivos, entre outros, desapareceram, restando apenas a ação da direita, que, sem dúvida, procurava a via do golpe.

Os explorados, o POR, sindicatos e movimentos, agora, estão diante de uma nova fase da crise. Está instalado o governo dos latifundiários, racistas, e pró-imperialista. Sua ação se volta a desmobilizar os explorados que lutaram contra Evo; e a reprimir os explorados que não aceitaram a queda do governo. As Forças Armadas e a polícia se encontram no leito natural do Estado, comandado pela oligarquia, e orientado pelo imperialismo. O governo pequeno-burguês, pretensamente reformador do capitalismo, ocupava um lugar provisório no interior do Estado, criatura da burguesia e aparato de sua ditadura de classe. A tarefa imediata de Jeanine Áñez é a de concluir a interinidade, transferindo o poder a um governo das forças comandadas pelo grande capital,

se possível, na melhor das hipóteses, pela realização de eleições dentro de noventa dias.

O obstáculo a esse plano, que conta com a participação da OEA e o apoio direto de Trump, emergiu da reação do movimento camponês-indígena, que conta com o apoio dos mineiros. A retirada da bandeira Wiphala do Congresso Nacional, e a sua queima nas ruas pelos racistas, indicaram às nacionalidades indígenas o perigo que representa a volta dos representantes da oligarquia latifundiária e do agronegócio. Sob o governo de Evo e da Constituição, que instituiu a bandeira Wiphala, os camponeses-indígenas, portanto a imensa maioria da população, cultivaram a ilusão sobre o fim da dominação espanhola branca e, portanto, do racismo colonialista. Embora o governo de Evo tenha se empenhado em limitar as manifestações raciais, provenientes da dominação burguesa, não chegou nem perto das raízes de classe da opressão sofrida pelos indígenas. Não fez senão ocultá-las, com a farsa do Estado Plurinacional. Nem por isso as massas indígenas-camponesas deixaram de assimilar a necessidade de lutar contra os racistas. A provocação dos direitistas impulsionou a resistência pela

volta de Evo. E o governo provisório de Jeanine Áñez orientou o exército e a polícia a conter as marchas e mobilizações. A matança em Sacaba, na sexta-feira, 15 de novembro, expôs a determinação da oposição direita de garantir a vitória custe o que custar.

O POR reconhece a mudança na situação, e se coloca por concentrar a luta contra o governo dos agroindustriais do Oriente e dos grandes empresários, apoiado no imperialismo. Evo Morales acenou com um gesto de conciliação, caso possa retornar à Bolívia.

Parece ser real a informação de que o ministro interino Jerjes Justiniano estabeleceu conversações com o MAS. Não há dúvida de que tudo será feito por Evo e pela direção partidária para que as massas, que não aceitaram a sua renúncia, sirvam tão somente de meio para negociar os termos das eleições previstas, mas não garantidas.

Voltamos ao fundamental da crise revolucionária. A tarefa consiste em superar a divisão no seio da maioria oprimida. Divisão que marcou o movimento contra Evo, que se mantém sob o governo interino e que percorrerá todo um período. É obrigatório recorrer às reivindicações que unifiquem os explorados do campo e da cidade, e desenvolver a estratégia do governo operário e camponês, em grande medida ausente no choque dos explorados com o governo Evo. A derrubada de um governo burguês coloca, objetivamente, que solução terá a crise de poder. Os marxistas lutam contra qualquer tipo de governo burguês, com os métodos da revolução proletária e estratégia revolucionária. O combate ao governo nacional-reformista de Evo, e ao direitista fascizante, tem em comum o fato deles sustentarem o capitalismo e descarregarem sua decomposição sobre a classe operária e a maioria oprimida. No entanto, guardam importantes diferenças e particularidades, que marcam o curso tomado pela luta de classes em cada caso. As tarefas democráticas agrárias e nacionais ganharão novas proporções com a derrocada do MAS. É preciso dar a devida importância à revolução democrática, como parte e subproduto da revolução proletária. É preciso voltar toda a carga para derrotar o governo da direita fascizante.

A tarefa consiste em superar a divisão no seio da maioria oprimida. (...) É obrigatório recorrer às reivindicações que unifiquem os explorados do campo e da cidade, e desenvolver a estratégia do governo operário e camponês, em grande medida ausente no choque dos explorados com o governo Evo.

Derrotar o autoproclamado governo de Jeanine Áñez, sob a estratégia e o método da classe operária

20 de novembro de 2019

A renúncia de Evo Morales e a debandada de todo seu governo criaram um vácuo de governabilidade, que foi ocupado pela representante da oposição direita, Jeanine Áñez. O direita, católico ultrarreacionário e racista por excelência, Luís Fernando Camacho, serviu de pilar à autoproclamação da senadora. O candidato da oposição direita, Carlos Mesa, aprovou a medida de emergência, mas permaneceu, em certa medida, à margem da conformação do governo. Preferiu vestir a máscara da legalidade, esperando tirar proveito eleitoral.

No momento em que Jeanine constituiu um governo autoproclamado – não marcando a data das novas eleições, modificando a cúpula militar e policial, armando a repressão sangrenta contra as manifestações em favor de Evo, impedindo a volta de Evo, e baixando um decreto que autoriza as Forças Armadas a matar – desfechou um golpe contra as massas, que ergueram o movimento pela renúncia de Evo. Esse é o ponto de partida da luta pela derrubada do governo provisório fascizante. O que exige o desenvolvimento do programa, da estratégia e do método da luta de classes do proletariado.

É preciso ter claro que Jeanine não é expressão política do movimento social, que se rebelou contra as falcaturas eleitorais e a continuidade de Evo na presidência da República, embora uma fração da pequena burguesia reacionária mobilizada tenha servido a Camacho e a Mesa. Essa é uma fração que se utilizou de formas do terrorismo individual e realizou a queima da wiphala, como sinal de que a burguesia branca retomava as rédeas da governabilidade. O único mandato de um governo provisório era o de imediatamente convocar novas eleições. Ocorre que boa parte do movimento contra o continuísmo de Evo esteve sob a direção política da oposição direita, mesmo contando com a luta do Partido Operário Revolucionário (POR) pela independência política dos explorados.

O obscurantista Camacho, entrenchado no Comitê Cívico de Santa Cruz, alicerçado no agronegócio, e guiado pelo fanatismo religioso, se ergueu com uma força social que não tinha, e dela se valeu para ocupar o vácuo de governabilidade, criado pela renúncia de todo o governo do MAS. Jeanine se autoproclamou presidente interina, contando com essa força política, que não tem nenhuma expressão popular. As Forças Armadas e a polícia, que são instrumentos da ditadura de classe da burguesia, abandonaram Evo, e passaram a garantir a formação de um governo que não expressava as camadas populares que se revoltaram contra o governo do MAS. Nesse preciso sentido, o governo interino se outorgou um poder que não foi emanado da revolta originada da disputa interburguesa nas eleições de outubro e, portanto, desencadeou um golpe contra a maioria oprimida.

Assim se passou, devido à combinação de vários fatores, que se manifestaram no processo que levou à ruptura institu-



O governo interino expressa os métodos de solução da questão do poder da burguesia, nas condições de crise de governabilidade, em que a classe operária não se encontra em condições para impor seu próprio poder.

cional, impulsionada pela revolta de uma importante parcela da população. Não há a menor dúvida de que, sem que explodisse um movimento de rejeição à fraude eleitoral, não haveria a possibilidade de desestabilizar o governo de Evo, e potencializar a divisão interburguesa em favor da oposição direita, ao ponto de levar à renúncia do presidente. Também, nesse estrito sentido, a queda de Evo se deveu à mobilização popular.

O governo interino expressa os métodos de solução da questão do poder da burguesia, nas condições de crise de governabilidade, em que a classe operária não se encontra em condições para impor seu próprio poder. A solução golpista era e é parte da crise revolucionária porque passa a Bolívia, desencadeada pela falência do governo nacional-reformista de Evo Morales. Essa situação contraditória se deveu à impossibilidade do POR ganhar a direção das massas, e resolver a questão do poder pelos métodos revolucionários do proletariado. A direita opositora, apoiada no grande capital e no imperialismo, não podia expressar a real vontade popular das massas, que reagiram às manobras do governo impostor do MAS.

Evo renunciou mediante a ação direta do contingente popular, que já não mais confiava em seu governo. Aí se encontra o fator principal de sua queda. O conselho do comando militar para que renunciasse foi consequência da enorme divisão que se instalou no interior da população, ou melhor dizendo, no interior da maioria oprimida. Não se pode passar por cima da mecânica da crise revolucionária, sem que se apague o lugar das massas na queda de Evo, e sem que se desconheça a importância da luta do POR em separá-las dos interesses e da política da oposição direita, e do próprio governo burguês de Evo.

No momento em que Evo renunciou e caiu todo o seu governo, abriu-se uma nova situação no andamento da crise re-

volucionária. Há que se distinguir as duas etapas da crise. O governo que se instalou se opôs ao objetivo democrático que mobilizou uma significativa parcela da população, que não só pedia a renúncia de Evo, mas também a imediata convocação de novas eleições. Por isso, afirmamos que o autoproclamado governo de Jeanine representa um golpe contra os milhares e milhares que foram às ruas exigir a renúncia de Evo, e, também, contra a resistência da parcela que se mantém fiel ao caudilho masista.

Evo procurou se livrar da responsabilidade sobre a crise de governabilidade e de sua própria renúncia, afirmando que foi vítima de um golpe. Não é secundária a decisão de acatar a “recomendação” do general Williams Kaliman para que renunciasse, como gesto de pacificação do país. A manutenção do movimento nas ruas, por mais de vinte dias, e a negativa da polícia em reprimir, depois de uma primeira investida contra os manifestantes, bem como a ausência de uma resposta à altura por parte dos governistas, indicaram a impossibilidade de Evo manter a governabilidade.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) teve um importante papel na decisão de Evo. Esse organismo do imperialismo acompanhou as eleições, procurou uma solução intermediária que manteria Evo na presidência e, finalmente, contribuiu para confirmar as falcatruas eleitorais, que já eram conhecidas da população. As Forças Armadas expressaram a posição em favor de sua renúncia, assim que a fraude eleitoral foi oficializada pela OEA.

A crise política, a renúncia do presidente e a queda de conjunto do governo do MAS puseram à luz do dia a natureza caricatural da democracia burguesa na Bolívia, expressão de seu enorme atraso econômico e, portanto, da ausência de uma poderosa burguesia nacional.

Embora estivessem confundidas, não se pode deixar de separar a bandeira de renúncia, encarnada pelo movimento das massas, do ultimato de renúncia, proferido desde o Comitê Cívico de Santa Cruz, sob o auspício de Camacho, bem como o “conselho” das Forças Armadas, que ecoaram a posição da direita opositora. Evo não apenas renunciou, como também desmontou todo o seu governo. Sequer se valeu de sua maioria parlamentar para realizar uma resistência institucional. É claro que, em princípio, sua renúncia não implicava a saída de todos, nem o abandono da Assembleia Plurinacional. Caso o presidente renunciasse, mas mantivesse o governo em pé, o curso dos acontecimentos teria sido outro. Não se trata de especular, mas tão somente de evidenciar a manobra derrotista de Evo e seus partidários. A primeira impressão é de conduta política covarde.

O motivo de tamanha debilidade está em que se trata do esgotamento do governo pequeno-burguês, que se adaptou profundamente aos interesses dos grandes proprietários, se acomodou às pressões do imperialismo, e ludibriou os oprimidos com a possibilidade dos camponeses-indígenas governarem de acordo com suas necessidades. A essência da

impostura do Estado Plurinacional consistiu em criar a esperança, em torno à política pequeno-burguesa, de que a maioria nacional oprimida, finalmente, governaria, constituindo um governo indígena, que rompia com a dominação da minoria branca, herdeira do colonialismo. O empenho demagógico em mostrar que os racistas já não eram donos do poder esteve voltado a obscurecer o caráter de classe da profunda discriminação que separa a minoria burguesa e pequeno-burguesa rica, da imensa maioria índia-camponesa, que vive o dia-a-dia da sujeição, em muitos casos, semifeudais, do trabalho extenuante, da pobreza e da miséria.

A experiência do “socialismo indigenista” confirma que, por mais reformista que pretenda ser um governo, esbarra na grande propriedade dos meios de produção, de onde é edificado o poder de classe burguesa. A evolução de Evo, eleito em 2005, em direção aos interesses da oligarquia latifundiária cruzenha, das petroleiras, das grandes construtoras e das mineradoras, no transcurso de seus três mandatos, é incontestável. Somente os oportunistas, que vivem sob a sombra de governos nacional-reformistas, necessitam desconhecer a completa degeneração do “socialismo indigenista”. Evo e Linera, seu vice ideólogo, procuraram adaptar a socialdemocracia na Bolívia, recheada do falsificado indigenismo integrador das nacionalidades oprimidas, na ordem capitalista.

A derrocada de Evo foi lamentada por inúmeros representantes da burguesia latino-americana, e mesmo por alguns representantes do imperialismo europeu. No sentido de que a insistência em permanecer na presidência a qualquer custo jogou por terra um inestimável “legado”. Em resumo, “o primeiro presidente de origem indígena da Bolívia expandiu os direitos dos povos indígenas, e usou o dinheiro das vendas do gás natural para reduzir a pobreza”. É o que diz a The Economist, órgão do imperialismo. O certo é que o governo “distributivista” evidenciou seu declínio na derrota sofrida, em 2016, quando a maioria dos bolivianos negou a Evo uma nova candidatura, votando NÃO no referendo. A política das migalhas para os pobres e riqueza para os ricos, típica do reformismo da época imperialista do capitalismo, perdeu a base de sustentação, no momento em que os preços das matérias-primas caíram, e o descenso econômico do País se tornou inevitável, em virtude da crise mundial. É preciso assinalar que a classe média foi a mais beneficiada pela política econômica de Evo. De resto, imperou a lei econômica do capitalismo, de aumentar a concentração de riqueza e propriedade da classe burguesa. Não poderia ser diferente sob o governo nacional-reformista de Evo. Esse é o “legado” que representantes do imperialismo e de uma fração da burguesia latino-americana levam em conta para lamentar que Evo tenha excedido em suas ambições.

A crise política, a renúncia do presidente e a queda de conjunto do governo do MAS puseram à luz do dia a natureza caricatural da democracia burguesa na Bolívia, expressão de seu enorme atraso econômico e, portanto, da ausência de uma poderosa burguesia nacional. As constantes crises de governabilidade e os golpes de Estado marcaram amplamente o País. Não é exceção na América Latina, mas não deixa de se destacar por essa história política, como fundamentou em seu programa proletário o POR. O Brasil, que é um país de capitalismo atrasado, mas infinitamente mais avançado que a vizinha Bolí-

via, por exemplo, não se diferencia na essência dessa história.

Evo fez acreditar que, como presidente saído do ventre dos camponeses, se daria um salto na democracia, que passaria a ter uma base popular. Haveria a redução do poder das elites, distantes e avessas às massas indígenas, que são a esmagadora maioria. Conseguiu contornar a resistência da oposição oligárquica, instituindo uma nova Constituição, que, no fundamental, conservava as prescrições das velhas Constituições, embasadas na estrutura econômica capitalista, e na regência do poder da burguesia sobre a maioria oprimida.

É natural que o governo burguês de plantão arrume a máquina do Estado de acordo com seu partido e aliados, aguardando as futuras disputas eleitorais. Evo não inovou nada, ao montar seu Tribunal Constitucional e sua Corte Eleitoral. Para isso, contou com o controle da Assembleia Legislativa Plurinacional. A máquina partidária do MAS, e o apoio conquistado entre as massas, deram a impressão de que a direita havia sido varrida para sempre, e de que não havia mais oposição, tamanho era o seu raquitismo. A esse aparato, agregaram-se a burocracia sindical da COB e lideranças dos coca-leiros, etc. A estatização das organizações sindicais e camponesas permitiu um enorme controle governamental da luta de classes. Adotaram-se formas burocráticas-gangsteris, sistematicamente denunciadas pelo POR.

O problema para a burguesia surgiu no momento em que Evo perdia apoio popular e a oposição direitista se potenciava. O esgotamento do ciclo econômico, que amparou o governo nacional-reformista, rompeu a aliança tácita com a oposição, que se denominava Meia Lua, contraída assim que passou a turbulência em torno à Constituinte e à aprovação da nova Constituição. O indigenismo reformista de Evo não ameaçava em nada o capitalismo e a ditadura de classe da burguesia. No entanto, haveria de chegar a hora em que teria de ceder lugar à velha direita, afastada da governabilidade, em meio a grandes convulsões no período que vai de 2000 a 2005. Eis por que a derrota de Evo, na consulta popular em 2016, que lhe permitiria concorrer a um quarto mandato, estabeleceu o marco da derrocada de seu governo. A manobra realizada no Tribunal Constitucional, para anular o resultado do referendo, que ele mesmo havia convocado, foi vergonhosa. É típica de um caudilho bonapartista, que não tem um sucedâneo para ocupar o seu lugar. No momento, a oposição não encontrou condições sociais para provocar uma comoção política. Encontraria mais tarde, quando se agravaram as contradições econômicas, a classe média urbana passou a temer pelo futuro, e os explorados viram que as promessas de um mundo melhor não se sustentavam. Evo concorreu ao quarto mandato sem o enorme apoio popular, obtido nas eleições passadas.

É secundário o episódio do apagão que, por vinte e duas horas, interrompeu a apuração. As suspeitas de fraude – con-

firmadas pelos amigos de Evo da OEA – não passaram de uma gota que transbordou o copo. Já no dia seguinte, se ergueram os protestos, que foram se espalhando pelo país e se massificando. As bases de Evo ficaram durante todo o tempo à espera do que iria acontecer, o que explica as restritas e localizadas mobilizações dos masistas. As margens de manobra do presidente se estreitaram. Evo admitiu o veredito da OEA. Colocou-se por novas eleições. Mas, a oposição estava com a iniciativa política, tendo por trás as manifestações. De frente à estátua do cristo redentor, em Santa Cruz de La Sierra,

o incendiário Camacho exigiu a renúncia de Evo. As Forças Armadas e a polícia já não atendiam ao comando do governo. Os motins de policiais mostravam que a crise política estava à beira do precipício. Evo foi encurralado pelas mobilizações, pela ofensiva política das forças opositoristas, pela perda do comando dos militares, e pela insubordinação da polícia. Somente a conjunção desses fatores explica a queda do governo, sendo as ações de massas o principal deles.

Foi conveniente a Evo afirmar que sofreu um “golpe cívico-militar-policial”, tendo de justificar a decisão objetiva de entregar o Palácio Queimado a Jeanine/Camacho/Mesa. As massas, que pediam a renúncia do presidente, não poderiam ter a mínima noção do que ocorreria no caso de sua bandeira se concretizar. Moviam-se no terreno das ilusões democráticas, e da

divisão interburguesa. A solução que a oposição daria à queda de Evo não estava ao seu alcance, a não ser que uma poderosa fração estivesse sob a direção do POR, que expressou e expressa no interior do movimento o programa, a estratégia e a tática revolucionários.

Os acontecimentos mostraram que o restabelecimento imediato da governabilidade se daria pelos métodos e objetivos da oposição reacionária, que se apropriou do sentimento democrático da parcela que se lançou às ruas contra a fraude eleitoral. É obrigatório distinguir esse sentimento e revolta, que hastearam a bandeira da renúncia, do ultimato lançado pela oposição, bem como da “recomendação” feita pelo comandante Williams Kaliman.

No terreno da rejeição democrática à bandalheira da camarilha do MAS, o POR não poderia se destacar como direção, uma vez que o movimento se originou e continuou condicionado pela disputa eleitoral. A sua intervenção no interior do movimento democrático se destacou nos cabildos, em que pôde ganhar apoio à bandeira de “Nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho”. Nessas condições, se expressou o programa da revolução proletária, e da estratégia do governo operário e camponês.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe foi a de demonstrar que a bandeira de renúncia de Evo, sujeita à convocação de novas eleições, resultaria na entrega da governabilidade, na melhor das hipóteses transitória, à direita contrarrevolucionária. As massas opositoras, e que serviram aos



As bases de Evo ficaram durante todo o tempo à espera do que iria acontecer, o que explica as restritas e localizadas mobilizações dos masistas.

propósitos da oposição direitista, acabariam por abandonar o campo da luta assim que Evo renunciou. A interrupção do movimento indicou que o seu choque com Evo ia até a situação em que já não justificava a bandeira de renúncia, quando, certamente, se iniciava o grande problema democrático. Com o Palácio Queimado escancarado e o Congresso esvaziado, Jeanine Añez não teve dificuldade em se autoproclamar presidente interina. Momento esse em que as massas ligadas a Evo passaram a ocupar as ruas e estradas, exigindo a volta do caudilho, exilado no México.

A repressão sangüinária em Sacaba, Cochabamba, evidenciou o caráter ditatorial dos ocupantes do Palácio Queimado. A bandeira “Añez assassina, fora do Palácio”, dos masistas, vem acompanhada do pedido de renúncia, e da exortação à volta de Evo. O MAS procura recuperar o terreno perdido, forçando a direita no poder a estabelecer um acordo em torno à convocação das eleições. Os bloqueios, como o de Sacaba, que resultaram em matança, e, agora, o da Refinaria, em El Alto, com cinco mortos, indicam que a renúncia de Evo e o auto-proclamado governo de Añez aprofundaram a crise política.

As Forças Armadas justificaram a violência do Estado na Refinaria de Senkata, em El Alto, como necessária para conter “agitadores e vândalos enfurecidos”, que utilizavam “explosivos de alto poder”. Observa-se que o MAS soltou as rédeas para que agrupamentos utilizem métodos que não correspondem aos da classe operária, que distingue a violência revolucionária das massas da violência individual, que expressa o desespero pequeno-burguês, bem como da violência reacionária do Estado. O MAS, ao incentivar os atos individuais, típicos do terrorismo pequeno-burguês, favorece o recrudescimento da violência contrarrevolucionária do Estado, que, em última instância, recai sobre a maioria oprimida. A história da luta de classes traz muitos ensinamentos quanto a isso. O conteúdo dessas ações está determinado pela necessidade do MAS chegar a um acordo com o governo da oposição direitista e ultradireitista. A política do proletariado combate em todas as circunstâncias a violência contrarrevolucionária do Estado, rejeita os métodos pequeno-burgueses do terrorismo individual, e luta para que as massas encarnem a violência revolucionária, que emana da luta de classes. Para derrotar a política do MAS, é preciso combater a ferro e fogo o governo da oposição direitista de Añez, e a violência contrarrevolucionária.

A defesa da estratégia revolucionária do POR, a luta por um governo operário e camponês, as respostas às necessidades dos explorados e das nacionalidades indígenas oprimidas, e o enfrentamento à intervenção do imperialismo continuarão a dar o norte seguro à classe operária e demais oprimidos, para continuar o combate à dominação burguesa.

O imperialismo, utilizando-se da OEA, ONU e UEE, inter-vém para encontrar um ponto de conciliação. A Igreja Católica convocou a Conferência Episcopal da Bolívia, para intermediar as negociações em nome da pacificação. Tudo indica que os massistas organizados impulsionam os bloqueios e marchas, objetivando o calendário eleitoral. O POR tem denunciado as ações que levam os camponeses a servirem de “bucha de canhão” ao objetivo de Evo e do MAS de recuperarem posições no aparato do Estado. É trágico ver que militantes, ativistas e participantes da resistência ao governo de Jeanine tombem fulminados pelas

armas da polícia e das Forças Armadas, quando a cúpula do MAS negocia uma solução eleitoral, e a formação de um novo governo burguês como instrumento de “pacificação”. Depois de o MAS de ter abandonado a Assembleia Plurinacional, reorganiza-se para usar a sua maioria parlamentar com esse objetivo. A COB, por sua vez, cobra a suspensão dos confrontos e exorta as instituições a encontrar uma saída negociada. Esse cabo de força vem sendo manejado por cima da maioria oprimida, que se dividiu, em função da disputa interburguesa, pela conservação (governista) ou

mudança (oposicionistas) nas relações de poder no interior do Estado burguês.

O fundamental das duas etapas da crise política permanece. Mudou a correlação de forças, após a renúncia de Evo, na disputa interburguesa. As camadas populares que saíram às ruas contra Evo refluíram, o movimento erguido pelo MAS passou à ofensiva, e as Forças Armadas entraram em ação contra os bloqueios. Permanece a divisão no seio da maioria oprimida. A manutenção dessa divisão corresponde à necessidade da velha e da nova direita encontrarem um caminho de arrefecimento da crise. A “mediação” do imperialismo vem nesse sentido. A burguesia precisa estancar as forças centrífugas que levaram à quebra da governabilidade. O melhor caminho é o de arrefecer o confronto, desarmar a resistência do MAS e canalizar as massas para eleger um novo presidente. No entanto, os reais problemas da economia do País e das massas permanecem agravados. As respostas a eles abrirão caminho para potencializar a luta de classes. A defesa da estratégia revolucionária do POR, a luta por um governo operário e camponês, as respostas às necessidades dos explorados e das nacionalidades indígenas oprimidas, e o enfrentamento à intervenção do imperialismo continuarão a dar o norte seguro à classe operária e demais oprimidos, para continuar o combate à dominação burguesa.

**1989
2019**

**30 anos
construindo
o partido-
programa**



Bolívia

A direita fascista pretende usurpar o levante massivo contra o governo de Evo Morales

novembro/2019

Essa discussão, que domina os meios de comunicação, nestes últimos dias, pode ocultar o que ocorre de essencial na Bolívia, evidenciando claramente o bloqueio da imprensa de tudo o que aconteceu nas semanas prévias.

Evo renunciou, com o seu vice-presidente e todos os ministros, dizendo que houve um golpe cívico policial. As Forças Armadas lhe sugeriram, no domingo à tarde, que era melhor renunciar, o que ele fez imediatamente. Depois de três semanas intensas de mobilizações, de cabildos e de paralisações. É preciso dizer que Evo e o MAS caíram por causa da vigorosa e massiva mobilização popular em todo o país. Dizer que ele renunciou por causa do golpe da polícia e da sugestão das Forças Armadas é expropriar das massas a vitória de sua luta.

Tenta ocultar, ao mesmo tempo, que a resposta de suas bases até agora tem sido limitada. Não responderam com a ocupação das ruas, das praças e das rodovias. A direção burocrática dos sindicatos e da COB, que estavam cooptados pelo MAS, deram uma meia volta e pediram a renúncia deste, diante da atitude de suas bases de desconhecer as direções e pedirem a renúncia de Evo.

Evo, que chegou ao governo com poderosas ilusões das massas, ficou encurralado, entre o seu fracasso e a desilusão da maioria. Já havia perdido o referendo de 2016, para reformar a Constituição e ficar habilitado para se candidatar a um novo mandato como presidente. Não precisava de nenhuma auditoria para saber que o resultado das eleições de 20 de outubro eram uma fraude, evidente com a suspensão da apuração dos votos. Esperou que a OEA desse o seu veredicto para convocar novas eleições.

O MAS vinha retrocedendo eleitoralmente, sabia que seria muito difícil ganhar no primeiro turno, e que se chegasse ao segundo turno todos os candidatos chamariam voto no Mesa. Todos sabiam, há muito tempo, que esse era o perigo que Evo corria.

Não se pode reduzir a crise da Bolívia ao último final de semana. Nem sequer às últimas três semanas. São anos de conflitos muito fortes com o seu governo, que produziram um desgaste e uma perda de ilusões.

Mas, o mais importante é a expectativa de suas bases em profundas transformações que se frustraram. A terra seguiu concentrada nas mãos dos poderosos latifundiários, a mineração privada se fortaleceu, sendo entregue às multinacionais, e os bancos quadruplicaram os seus lucros. Nessas condições, de convivência e colaboração com a grande propriedade privada dos meios de produção, não há nenhuma possibilidade de destravar o desenvolvimento das forças produtivas. Não importa o seu discurso combativo, que às vezes parecia anti-imperialista e anticapitalista, mas, na prática, fortaleceu a grande propriedade e, portanto, era impossível retirar a Bolívia de seu atraso.

Por isso, para o peronismo/kirchnerismo, é inaceitável reconhecer que Evo fracassou, pela incapacidade de resolver as tarefas históricas pendentes. A definição de golpe tenta ocultar este fracasso e a mobilização massiva que o encurralou. É mais fácil para eles apresentarem como única razão o enquadramento policial, a su-



Não se pode reduzir a crise da Bolívia ao último final de semana. Nem sequer às últimas três semanas. São anos de conflitos muito fortes com o seu governo, que produziram um desgaste e uma perda de ilusões.

gestão das Forças Armadas, ou a conspiração do fascista Camacho e Mesa (que existe). Em suas intervenções, não mencionam os cabildos, os comitês cívicos, as mobilizações, os bloqueios, e tampouco fazem referência à repressão que o governo realizou, e que não foi capaz de conter o movimento. Tampouco querem fazer referência ao retrocesso eleitoral, à fraude, ou a simples constatação de que a maioria votou contra Evo, com base em sua própria apuração.

O rechaço à fraude eleitoral foi utilizado pelas massas como um motivo para nacionalizar a sua luta contra o governo, e introduzir suas próprias reivindicações setoriais ou regionais.

A esquerda centrista, em sua degeneração, que não se estanca, se coloca por detrás do nacional-reformismo, reproduzindo o seu discurso, vociferando contra os revolucionários, buscando alguma saída institucional, que passa em suas cabeças. Não tem remédio. Chamaram a votar em Evo no passado e, há poucos meses atrás, chamaram voto em Haddad, no Brasil.

Não desconhecemos que a direita conspira e se encarna no fascista e racista Camacho e, em menor medida, em Mesa. Não desconhecemos que um setor do imperialismo pode trabalhar para reconduzi-lo ao cargo, enquanto mantém boas relações. Isso ocorre em todos os países, e se expande por todo o mundo, devido à decomposição capitalista, e a incapacidade para sair da grande crise, que já dura 10 anos. Isso Evo sabia, mas não fez nada para enfrentar essa situação, e modificar sua base material na Bolívia.

Como defendem os nossos camaradas do POR Boliviano: “Para esmagar Evo, temos de esmagar também a velha direita: os Mesa, os Tutos, os Dorias Medina, os Ortiz, e toda a sua corte de ‘defensoras da democracia’, que não têm o menor escrúpulo de ir por trás dos sátrapas, que gritam democracia, quando foram os tiranos e assassinos do passado.”

(Extraído do Jornal Massas, nº 361, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, novembro de 2019)

O papel dos Cabildos na crise boliviana

20 de novembro 2019

A burguesia racista e fascizante viu condições para sair da sombra de Evo e trabalhar pelo retorno ao comando do Estado. A defesa da Constituição “indigenista” (antes rejeitada e repudiada) e do Estado de direito serviram-lhe de palanque eleitoral. As tendências de ascensão na Argentina, Brasil, Equador e Paraguai, de partidos e governos francamente pró-imperialistas, foram sinais que indicavam a hora da revanche contra Evo.

Está aí por que, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) suspendeu a contagem de votos, retomando-a um dia depois, dizendo que Evo ganhou no primeiro turno, se produziria uma virada tática na luta da oposição direitista e ultradireitista. Insurgiu-se contra o resultado, denunciando fraude, e convocando a “desobediência civil”.



Na revolta contra a fraude eleitoral e na luta por suas reivindicações, confluíram para o leito dos cabildos que, diferentemente do Comitê Cívico de Santa Cruz – montado pela burguesia para sustentar sua política de classe – constituem uma criação histórica das massas em luta.

A OEA apresentou sua auditoria, assinalando que “houve fraude”. Deflagrou o motim das tropas policiais. A alta cúpula do exército apoiou-se nesses fatos para exigir a renúncia de Evo. A direção da COB decidiu se acomodar à situação e passou a apoiar a exigência. De forma que, sem o apoio da polícia e das Forças Armadas, e sem poder recorrer à mobilização revolucionária das massas, o vazio de governabilidade em que pairava Evo aprofundou-se, e levou à sua queda.

Não basta apenas contabilizar esses fatos para explicar a queda de Evo. Restringido apenas à disputa interburguesa e às manobras da oposição e situação, a análise conflui na tese da queda de Evo como produto de um golpe. Essa tese exige apagar a irrupção das massas na disputa interburguesa, mudando definitivamente o quadro da situação política, bem como exige desconhecer que as massas não entraram na luta de forma espontânea. Na revolta contra a fraude eleitoral e na luta por suas reivindicações, confluíram para o leito dos cabildos que,

diferentemente do Comitê Cívico de Santa Cruz – montado pela burguesia para sustentar sua política de classe – constituem uma criação histórica das massas em luta. Não por acaso é que os cabildos demonstraram ser organismos amplos, que exercem ações de governo, e entram em choque com as instituições burguesas e seus métodos de governo.

Uma leitura atenta dos comunicados e resoluções dos cabildos, publicados no jornal Massas, do POR boliviano, mostra claramente em que condições e sob que circunstâncias serviram à ofensiva da ultradireita, em seu objetivo de retomar o poder, utilizando-se para isso da irrupção das massas, revolta contra o governo de Evo.

O Comitê Impulsionador do VII Encontro da Cimeira Social, reunido em Sucre, em 12 de outubro, resolveu apoiar a orientação traçada pelo Cabildo de Oruro, de defender as reivindicações dos explorados, sem depositar ilusões em nenhum candidato. De forma que critica a consigna de “voto castigo”, adotada em Santa Cruz, Cochabamba e La Paz, afirmando que não pretende ser “caixa de ressonância da campanha eleitoral”. Em Chiquisaca, a Federação de Trabalhadores da Educação Urbana convocou o “povo explorado a ganhar as ruas até tirar Evo Morales” do governo, erguendo para isso uma “plataforma que expresse as reivindicações de todos os setores em conflito, e dando-lhe a perspectiva de impor nosso próprio governo”. O Cabildo dessa região passou a adotar, nas suas primeiras formulações, essas bandeiras e reivindicações gerais. O levante popular nacional, porém, exigia romper os limites regionais dos cabildos, e desenvolver a unidade nacional das massas em luta.

Os Comitês Cívicos de Potosí, Tarija, Oruro e Chiquisaca convocaram a “reunião nacional” de todos os cabildos, objetivando “unificar a luta nacional”, e definir uma plataforma de luta. Na reunião desses comitês, em 26 de outubro, chamou a população a “recuperar os recursos naturais”; exigir “educação única, estatal e gratuita para todos”, “respeito e direito dos povos indígenas”; e defendeu a “recuperação da COB das mãos do MAS, para colocá-la a serviço dos trabalhadores”.

Esse programa, embora limitado, indicava a luta dos poristas por unificar a maioria nacional sob uma plataforma de luta pelas suas reivindicações sociais e nacionais. Eis como, reunidos em La Paz, em 29 de outubro, publicaram uma declaração, onde chamam a fortalecer a unidade nacional contra a fraude, e expulsar Evo do poder. Nota-se também que, nessa reunião, começava ganhar força a política burguesa. O que se observa na proposição de organizar um movimento nacional “pacífico” e em defesa da “democracia”. Ou seja, da unidade orientada para fins eleitoralistas.

É sintomático o fato de que Luís Fernando Camacho, ultradireitista, negou-se a que o Comitê Cívico de Santa Cruz par-

ticipasse da reunião de La Paz. Mas, serviu-se do oportunismo de certas lideranças dos cabildos para desmontar a influência porista. Está absolutamente claro que os cabildos foram combatidos pela burguesia direitista e ultradireitista, que se unificou por trás do Comitê Cívico de Santa Cruz. O essencial, porém, reside em que a política porista, ao não conseguir arrastar, por trás da estratégia revolucionária, esses organismos das massas em luta, possibilitou que setores refletissem a disputa interburguesa. O que favoreceu ao Comitê Cívico de Santa Cruz posar como representação das massas. Fundamentalmente, porque esteve e está ausente a única força social capaz de encarnar plenamente a linha revolucionária. O proletariado entrou na crise política desarmado de seu programa.

A subordinação do aparelho sindical ao governo masista bloqueou a evolução política do operariado. Os masistas recorreram, inclusive, à repressão e ao divisionismo sindical, para quebrar a influência porista nas bases operárias, que combatiam o servilismo e as traições de suas direções. Está claro que foi também essa longa experiência de estatização e de bloqueio à combatividade do proletariado boliviano que acabou distanciando-o do MAS. Os burocratas sindicais tentaram utilizar a COB para defender o governo, mas diversas assembleias de base e organizações regionais rejeitaram se mobilizar em sua defesa. Os masistas e aliados, assim, não puderam usar o movimento operário para o objetivo de Evo continuar no poder.

O que assinalamos sobre o lugar dos cabildos na crise mostra o real estado de consciência de classe dos explorados. O fato do proletariado entrar na crise sem estar organizado sob a li-

nha da independência de classe favoreceu a pequena burguesia ligada à defesa do regime burguês. Foi nessas condições contraditórias e convulsivas que importante parcela dos cabildos acabou como base de manobra da direita e ultradireita. E onde intervinham, confrontando-se com a tenaz e ferrenha resistência da linha porista, trabalhavam por enfraquecer sua força social, ou boicotavam as suas decisões.

A vanguarda que reivindica a política proletária está obrigada a levar em conta essa caracterização e o processo político para compreender a luta que se travou pela direção das massas entre as posições antagônicas da política porista (revolucionária) e a dos partidos burgueses da direita e ultradireita (contrarrevolucionária). Somente assim é possível entender por que as massas acabaram servindo à ascensão da fração direitista e ultradireitista ao comando do Estado.

É urgente trabalhar pela unidade da maioria nacional oprimida ao redor de suas próprias reivindicações, lutar por expulsar os vendilhões masistas das direções dos sindicatos, combater a direita e ultradireita, de forma a avançar no caminho da independência política do proletariado, dos camponeses, da camada pobre da classe média urbana e da juventude oprimida. A tarefa consiste em combater o governo, que usurpou a luta democrática das massas, e trabalhar por separar os explorados da influência do masismo putrefato. O esgotamento da experiência com os reformistas impostores e a necessidade da direita burguesa se apossar do governo potencia a estratégia do governo operário e camponês, que deve ser explicada e propagandeada como guia da luta pelo programa do proletariado.

POSIÇÕES DAS ESQUERDAS DIANTE DA RENÚNCIA DE EVO MORALES

22 de novembro de 2019

Começamos pelo PT e aliados, por sua importância, e por ter vínculos orgânicos com o governo de Evo.

Humberto Costa, líder do PT no Senado, assim se pronunciou, no Parlamento do Mercosul (Parlasul): *“Não há outra maneira de classificar a renúncia forçada de Evo Morales, que não seja como golpe de Estado (...) A direita mostra, mais uma vez, que não tem compromisso algum com a democracia, e que não sabe conviver com processos de inclusão social e política das grandes massas despossuídas (...) Evo Morales, de forma inteiramente democrática, fez todas as concessões possíveis: convidou a OEA para fazer a auditoria das eleições, chamou os opositores para o diálogo, e até concordou em realizar um novo pleito”*.

Pode-se considerar esse palavreado de Humberto Costa como síntese oficial da posição do PT. Transcrevemos mais alguns pronunciamentos, para expressar mais acabadamente o que pensam os petistas. Luiz Inácio Lula da Silva: *“A elite não sabe conviver com a democracia e a inclusão...”*. Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT: *“Direita não combina com democracia. Outro golpe na América Latina. Tirar Evo da presidência, desconhecer o resultado da eleição, e não se submeter a outra, é típico da elite atrasada, violenta e submissa ao capital...”*. Maria do Rosário, deputada federal: *“Sem aceitar o jogo democrático, a oposição ameaça com um Golpe Militar, forçando a renúncia de Evo...”*. O deputado Assis Carvalho: *“Com o golpe de estado, onde Evo Morales foi obri-*

gado a renunciar, quem perde é o povo boliviano...”. Paulo Pimenta, líder na Câmara de Deputados: *“Sabemos que, após o golpe, está ocorrendo uma reação muito forte na Bolívia, em apoio à democracia e ao Evo Morales, por parte dos camponeses, indígenas, mineiros e migrantes”*.

No dia 12 de novembro, o PT e aliados organizaram uma manifestação de solidariedade a Evo, na Embaixada da Bolívia. Destacamos o pronunciamento de João Pedro Stédile, do MST: *“Mais do que discurso, do que leitura que estamos fazendo sobre a América Latina, estamos trazendo nossa solidariedade militante, e dizer a Evo Morales e ao povo boliviano – resistam, que nós estamos com vocês, esperamos que, mais cedo que tarde, o povo da Bolívia vai recuperar seu protagonismo, vai instalar a democracia, e vai retomar a trajetória do governo de Evo”*. O PCdoB, em uma nota, reproduz parte do discurso do deputado Daniel Almeida, em que diz: *“A democracia precisa e merece ser estabilizada na Bolívia”*; e da deputada Jandira Feghali: *“Quando alguém do povo ascende ao comando do país, isso incomoda muito as elites e o império. A América Latina está sob ataque externo”*.

Vejamos agora o discurso do embaixador da Bolívia, José Kinn Franco: *“É muito triste ver que, apesar das transformações profundas que favoreceram todos os setores da Bolívia, não somente os setores sociais, mas os setores empresariais também se beneficiaram dos avanços econômicos do país. O imperialismo e os setores*

mais reacionários nunca compreenderam, nunca permitiram que o povo tenha poder, e não quiseram compreender que os setores populares têm direito de governar o seu país”.

A mesma lamentação do embaixador foi feita pelos petistas, quando Dilma Rousseff foi destituída do poder. Depreende-se que os capitalistas ganharam muito com o governo do PT, mas os direitistas não aceitaram um governo que distribuiu alguma vantagem aos miseráveis. De fato, o agronegócio e as multinacionais se beneficiaram com a política econômica do nacional-reformista de Evo Morales. Essa parte do lamento do embaixador ficou em letras pequenas, e os petistas simplesmente a puseram de lado. É preciso que se diga que setores do imperialismo também lamentaram que o “legado” do governo nacional-reformista tenha sido jogado pela janela, no momento em que Evo forçou as eleições para permanecer no poder.

A reclamação de que *“a elite não sabe conviver com a democracia e a inclusão, e que o imperialismo e setores reacionários não permitem que o povo tenha poder”*, mascara o conteúdo de classe da política reformista. O povo jamais terá o poder elegendo um governo, por mais que esse faça reformas em favor dos explorados. A burguesia controla o Estado. Qualquer que seja o governo, tem de seguir os ditames do poder econômico. Evo nunca representou um poder do povo. Está aí por que foi obrigado, pela própria oposição burguesa, a limitar seu reformismo a migalhas, e a favorecer a oligarquia e as multinacionais.

O Partido Operário Revolucionário (POR), lutando sob a estratégia do governo operário-camponês, se chocou, tanto com o governo pró-imperialista, quanto com a política reformista, encabeçada por Evo Morales. Evidenciou a traição em curso.

As declarações dos petistas, sem exceção, abstraem o fato de que Evo conviveu em paz com a oposição direitista, assim que a nova Constituição foi aprovada. A oligarquia de Santa Cruz se deu por satisfeita com as vantagens oferecidas por Evo. As multinacionais do petróleo e da mineração sossegaram diante da constatação de que as “nacionalizações” eram um embuste, para aplacar o movimento das massas que derrubou o presidente Sánchez de Lozada, em 2003, justamente porque o vendilhão pretendia entregar o gás aos Estados Unidos. No combate, morreram 55 manifestantes. No final das contas, Sánchez de Lozada renunciou, e houve um acordo sucessório, em que Carlos Mesa, na condição de vice-presidente, ocuparia a presidência. Evo Morales e Felipe Quispe trabalharam para estancar a revolta dos camponeses e dos mineiros. Lula e Kirchner intervieram nesse mesmo sentido, contando com a intermediação da OEA. A bandeira dos reformistas foi a de renúncia de Lozada. Uma vez que o presidente odiado se afastasse do poder, as forças da direita e as do reformismo abriam um caminho para eleger um novo presidente. Eis a lição: a renúncia e as eleições não são senão meios para evitar que os explorados avancem sobre o poder do Estado. Troca-se um governo burguês rechaçado por um governo burguês vestido de democrata. Foi o que ocorreu, assim que Mesa foi escorraçado, após pouco mais de um ano na presidência, e depois de o presidente do Supremo Tribunal, Eduardo Rodríguez, completar o mandato e convocar as eleições, em 2005, nas quais Evo Mo-

rales despontou como caudilho vitorioso.

O Partido Operário Revolucionário (POR), lutando sob a estratégia do governo operário-camponês, se chocou, tanto com o governo pró-imperialista, quanto com a política reformista, encabeçada por Evo Morales. Evidenciou a traição em curso. Há farta documentação nesse sentido. Citemos apenas uma passagem do Jornal Massas, nº 1882, 5 de dezembro de 2003: *“As massas camponesas, valorosas e sacrificadas, foram novamente enganadas, traídas por seus dirigentes burocratizados e sedentos de se converterem agora em milionários”*(...) *“A direção do MAS (sobretudo Evo) se abraça com as direções dos partidos burgueses, com os governantes e os grandes empresários. São vulgares traidores”*.

Depois de treze anos de governo – tempo suficiente para mostrar sua adaptação ao capitalismo, à oligarquia e às multinacionais–, Evo enfrentou uma gigantesca mobilização contra a fraude eleitoral e pela sua renúncia. Se não fosse pelo crescente descontentamento e pela mobilização popular, não haveria condições políticas para a direita opositora pleitear a renúncia de Evo, e ocupar o vazio de governabilidade.

É muito fácil aos aliados de Evo ocultarem a responsabilidade da política nacional-reformista pela potenciação da direita contrarrevolucionária. A reconfortante constatação do deputado Paulo Pimenta, de que *“está ocorrendo uma reação muito forte na Bolívia em apoio à democracia”*, converge com a política do MAS de mobilizar seus partidários e parcela da população, que ainda permanece fiel a Evo, a negociar com o autoproclamado governo provisório a convocação de eleições, mediadas pela OEA, ONU, UE e a Igreja Católica.

O problema está em que o choque dos masistas com o governo vem resultando em mortandade. Sem dúvida, a responsabilidade recai sobre o governo, as Forças Armadas e a polícia. No entanto, o sangue derramado tão somente regará o caminho para se constituir um novo governo burguês, que, no dia seguinte às eleições, imporá mais sacrifícios aos explorados, e continuará reprimindo duramente os novos levantes que virão. Está aí por que o POR denuncia que o MAS e Evo estão usando os explorados como “bucha de canhão” para sua política de reconciliação com a direita. Não se pode desconhecer que a violência desencadeada pela disputa de poder resulta da divisão interburguesa. As mesmas Forças Armadas e a polícia, que serviram ao governo de Evo, se colocaram a serviço da oposição fascizante, e se voltam contra o movimento que se opõe ao governo de Jeanine. Os massacres de Sacaba e o da Refinaria Senkata mostram que somente a unidade da maioria oprimida contra a ditadura de classe da burguesia pode acabar com a violência contrarrevolucionária.

Há uma consideração ainda a ser feita sobre a *“investida da direita contra a democracia”*, segundo Stédile e outros petistas. A democracia é tão somente um regime político do capitalismo, sem dúvida, a melhor forma da burguesia dirimir suas disputas, impor aos explorados seus planos econômicos, e ocultar a face de sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida. Os reformistas endeusam a democracia como uma abstração, e, na prática, se adaptam a ela como um meio para enganar os explorados. Sequer são coerentes com sua afeição à democracia burguesa. Evo, em 2016, convocou um referendo, que decidiria

sobre a possibilidade ou não de se candidatar pela quarta vez. Foi derrotado. Recorreu a uma manobra no Supremo Tribunal Eleitoral, povoado de apaniguados, obtendo o direito de disputar as eleições. Evo e o MAS simplesmente pisotearam a soberania popular do referendo. Nas eleições de outubro, convidou a OEA, que é um instrumento do imperialismo, regido pelos Estados Unidos, a acompanhar o pleito. Esse organismo, que é da confiança de Evo, reconheceu a fraude. Isso quando, já no dia 21 de outubro, um dia após as eleições, se desatava no país um movimento de grandes proporções contra a manipulação eleitoral. É mais do que visível que Evo abusou da paciência do povo boliviano. Os reformistas querem dar a entender que somente os direitistas são antidemocráticos e comprometem a democracia.

Alinhamento das esquerdas em torno à caracterização de golpe

Vejamos os pronunciamentos das correntes, que se colocam à esquerda do PT e do PCdoB. PSOL: *“Trata-se de um golpe de Estado de caráter reacionário e fortes componentes racistas, como comprovam os sucessivos ataques às sedes das organizações indígenas e a violência da extrema direita contra ativistas favoráveis à soberania popular”*. PCB: *“A recém anunciada renúncia do Presidente Evo Morales foi o reflexo direto de um golpe de Estado, na forma de um movimento promovido pelos setores oligárquicos e pela direita boliviana, com o claro apoio do imperialismo estadunidense”*. LIT/PSTU: *“Foi consumado um golpe contrarrevolucionário na Bolívia, dirigido por Camacho, as Forças Armadas e a polícia, que manobram e se utilizaram de uma mobilização popular, no início progressiva, contra a fraude eleitoral feita por Evo”*. PCO: *“Evo Morales cedeu à pressão da direita e renunciou, concretizando mais um golpe de Estado na América Latina”*. LORCI (Bolívia)/MRT/ PTS/ CRT (Espanha): *“Hoje se consolidou, após uma ofensiva direitista que deu um salto, com o motim policial dessa sexta, 8 de novembro, um golpe cívico, policial e militar”*. PO (Argentina): *“Com a renúncia de Evo Morales – a pedido das FFAA, o alto comando policial e toda oposição política boliviana – se consuma um golpe de Estado na Bolívia”*. Jorge Altamira, cisão de PO: *“A consumação do golpe militar não desarmou a crise política na Bolívia”*.

O denominador comum, que é a caracterização de golpe, une toda esquerda, que, se tomada no sentido amplo, vai do PT ao PSTU. Em sua maioria, veem apenas a pressão da oposição direitista e das Forças Armadas para que Evo renunciasse. A LIT/PSTU parece ser a única corrente que levou em consideração o movimento de massas, que se espalhou por todo o país, logo após a denúncia de fraude eleitoral. Refere-se à *“mobilização popular”* que, segundo seu entendimento, começou como *“progressiva”*, e se transformou em reacionária, embora não tenha concluído o final desse raciocínio. No que diz respeito ao lugar das massas na luta contra Evo, há uma confusão dessa corrente morenista. Considera que foi no início *“progressiva”*, porque *“tinha um conteúdo democrático contra o governo burguês de Evo”*. A mobilização deixou, porém, de ser *“progressiva”*, quando a *“burguesia de ultradireita de Santa Cruz, liderada por Camacho, se apoiou nessa mobilização para chamar o golpe militar”*.

A conclusão prática da negação do fator fundamental da queda do governo, que foi a ação das massas, e da explicação do golpe pela exigência das Forças Armadas para que Evo renunciasse, evidencia o método oportunista, de desconhecer os elos da crise política e sua complexidade.

A LIT/PSTU identifica a utilização que a ultradireita fez do movimento das massas como se essas tivessem trocado o conteúdo democrático de rejeição à fraude eleitoral pelo conteúdo antidemocrático do golpe. Essa manobra de raciocínio serve para negar que o fator fundamental da crise política e da queda do governo Evo se deveu à ampla mobilização popular. Pelas características distintas de suas explicações sobre o golpe, é visível que a LIT/PSTU cedeu às pressões do clamor de toda a esquerda sobre o golpe de Estado.

Notamos que, para algumas correntes, a denúncia do golpe serve para defender Evo, a exemplo do PCB, que considera seu governo responsável por *“avanços conquistados na organização popular”* e nas *“melhorias das condições de vida, com destaque para os segmentos de baixa renda e as comunidades indígenas”*. Nessa

mesma linha, o PSOL defende o *“regime Purinacional gestado pela Assembleia Popular Constituinte de 2006”*. Outras, para criticar a conduta fraudulenta do governo, como no caso da LIT/PSTU, responsabiliza Evo pelo golpe. Em suas palavras: *“É preciso afirmar que foi o governo de Evo que abriu as condições, nesses treze anos no poder e com a fraude eleitoral, para que esse golpe fosse vitorioso”*.

A conclusão prática da negação do fator fundamental da queda do governo, que foi a ação das massas, e da explicação

do golpe pela exigência das Forças Armadas para que Evo renunciasse, evidencia o método oportunista, de desconhecer os elos da crise política e sua complexidade.

O PCB faz a defesa do governo burguês de Evo para exortar a ideia de *“construção revolucionária do poder popular no rumo do socialismo”*. Ignora que o governo nacional-reformista de Evo, que, passo a passo, foi se sujeitando à oligarquia e às multinacionais, se levantou como um obstáculo à marcha da revolução proletária, que alcançou uma importante dimensão na Revolta da Água, em 2000, e no levante operário e popular, em 2003, contra o governo entreguista de Sánchez de Lozada.

A LIT/PSTU, por sua vez, pleiteia *“eleições livres na Bolívia, sem restrição alguma”*. Eleições livres, mais ou menos livres, ou manipuladas não alteram o fato de que servirão para constituir um novo governo burguês. A propósito, é mais fácil triunfar a revolução proletária do que se alcançarem eleições livres em qualquer país capitalista, mas, sobretudo, na Bolívia.

PCO acha necessária *“uma frente única com o nacionalismo burguês contra o imperialismo”*. Quer que acreditemos em uma *“mobilização revolucionária”* que reponha Evo no poder. Não se sabe de que nacionalismo burguês PCO fala. Evo Morales há muito se degenerou em um governo serviçal das multinacionais. Não por acaso, colocou a OEA, manejada pelos Estados Unidos, para inspecionar as eleições. Foi Evo que entregou Cesare Battisti ao governo italiano. Não é preciso ressaltar o significado de sua presença na posse do fascista Bolsonaro. Como se vê, é fácil soltar as palavras ao vento.

LORCI/MRT concluiu que *“agora mais do que nunca é necessária a auto-organização da classe trabalhadora”*. Ocorre que ignora completamente o movimento que pôs em pé os cabildos abertos, por onde o POR travou a luta pela independência do

movimento diante da oposição direitista.

A nota de PO, de 10 de novembro, concluiu com generalidades, chamando *“Todos os povos da América Latina a se mobilizarem para derrotar o golpe na Bolívia e pelo triunfo das rebeliões populares do Chile, Equador e em todo o continente”*. O ex dirigente de PO, Jorge Altamira, diz que *“a tarefa deveria ser a frente única das organizações operárias e camponesas contra o golpe, denunciando o colaboracionismo com os militares de parte da burocracia, que pretende conservar, sob novas formas, a cooptação do Estado promovida pelo governo do MAS”*. Na realidade, se agarra à bandeira de *“convocatória de uma Constituinte soberana”*. Ao mesmo tempo, levanta as consignas de *“Abaixo o golpe”, “desarmamento do militarismo golpista” e “armamento dos trabalhadores”*. Esse ajuntamento de Constituinte, desarmamento dos golpistas e frente única não passa de um aglomerado desconexo com a realidade.

Não é difícil saber por que as esquerdas se uniram em torno da ideia de que estão combatendo um golpe e por que chegam a conclusões mais diversas e disparatadas. No passado, defenderam o voto em Evo Morales. Partiram do pressuposto de que se tratava da disputa entre o reformismo progressista e a direita reacionária. Colocaram-se contra a posição do POR, que defendeu o voto nulo, mostrando que Evo era um impostor, que, vestido com um poncho, servia aos capitalistas e ao imperialismo.

Não passa de estupidez dos reformistas e dos centristas apresentarem a via da democracia como uma saída que favorece a classe operária, camponeses e indígenas.

Evidentemente, os revolucionários são obrigados a se contrapor a um golpe de Estado, seja qual for seu conteúdo. Isso por que se trata de um método da burguesia de resolver a crise de governabilidade. É imprescindível para se caracterizar um golpe o lugar da luta de classes, ou seja, do movimento das massas. Evo renunciou, porque se viu diante de uma revolta popular, e por não ter como se apoiar nas camadas ainda fieis a seu governo. O movimento das massas, que pôs em pé os cabildos e reativou os comitês cívicos, que, via de regra, servem à política burguesa, indicou a Evo que suas falcatrues o colocaram contra a parede. A oposição direitista, que não tem base popular, restringindo-se à pequena burguesia rica, se utilizou do descontentamento crescente das massas, que se manifestou na derrota do referendo de 2016, para se potenciar. Evo entregou o poder sem esboçar nenhuma resistência. Chegou ao ponto de desmontar a linha sucessória, com a renúncia do vice-presidente e dos presidentes da Assembleia Plurinacional. A oposição não precisou fazer nenhum esforço para ocupar o Palácio Quemado, e instituir um governo autoproclamado.

No ato de entrega do governo aos partidários de Camacho e Mesa, Evo se declarou vítima de um golpe cívico, militar e policial. O correto é que sentiu o chão fugir aos seus pés, diante do movimento que se espalhou por todo o país. Com a renúncia, se encerrou uma etapa da crise política.

O governo autoproclamado de Jeanine Áñez, em caráter de

interinidade, teria a função de apenas convocar imediatamente as eleições, segundo a vontade das massas que se mobilizaram. Ao constituir um governo, instituindo ministros, removendo o comando militar e policial, baixando um decreto que permite às Forças Armadas e a polícia matarem, sem que tenham de prestar contas à Justiça, e desfechando os massacres de Sacaba e Senkata, usurpou a reivindicação democrática das massas, que pediam renúncia e eleições. Configurou-se, assim, um golpe contra o movimento que desencadeou a queda de Evo e, inclusive, contra a resistência das bases masistas. É nesta etapa que se encontra a crise política.

Os partidários de Evo restabeleceram o funcionamento da Assembleia Plurinacional, e negociam com a oposição médias institucionais, que podem levar às eleições. Organismos do imperialismo, a Igreja Católica e a burocracia da COB atuam por cima das duas partes beligerantes, para intermediar a pacificação. A burguesia boliviana e o imperialismo necessitam estancar o choque interburguês, que dividiu a maioria oprimida e convulsionou o país. O melhor caminho, por enquanto, é um acordo que permita realizar as eleições e canalizar o descontentamento das massas. O mais improvável é a via de um golpe militar, que esmague a resistência masista e entregue o poder à oposição direitista.

As esquerdas não só se negaram a reconhecer a posição correta do POR em intervir no movimento contra Evo e a direita, sob a estratégia do governo operário e camponês, e da bandeira circunstancial de *“Nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho”*. Não puderam admitir o acerto da linha porrista, que se expressou nos cabildos. Lançaram-se a difamar o POR boliviano, acusando-o de se aliar à direita (escondem, claro, que a COB, dirigida pelo MAS, reivindicou a renúncia de Evo). As esquerdas não fizeram senão servirem de porta-vozes dos masistas, que povoam as redes sociais com mentiras e falsificações. É natural que, em uma situação tão contraditória como a da crise política boliviana, muita confusão obscureça o processo real da desintegração do governo Evo Morales, e a retomada da ofensiva da oposição direitista.

Há que assentar o fundamental. A explosão da divisão interburguesa em um movimento das massas, ainda que tragicamente divididas, fez emergir as condições objetivas para a revolução proletária. Não passa de estupidez dos reformistas e dos centristas apresentarem a via da democracia como uma saída que favorece a classe operária, camponeses e indígenas. Evidentemente, os oportunistas não poderiam reconhecer que, em meio à confrontação entre o MAS e a oposição direitista, se colocou a única solução favorável à maioria nacional oprimida, que é a conquista do poder e a constituição de um governo operário e camponês, baseado nos cabildos abertos. Não poderiam admitir que o POR expressou a independência dos explorados em luta, porque encarna o programa da revolução e ditadura proletárias. No momento, a tarefa é de unificar a maioria oprimida contra o governo de Jeanine e preparar as condições para manter a luta contra o governo que virá. A superação da divisão no seio dos explorados se dará por meio das reivindicações comuns, do programa da revolução agrária e da independência nacional e da defesa da estratégia de poder do proletariado.

O POR com a direita? Nunca!

novembro/2019



Perguntamos àqueles que nos acusam de estar com a direita boliviana:

Vocês desconhecem que nove Comitês Cívicos exigiram a renúncia de Evo – com políticas contrapostas –, o que também fizeram os operários fabris de seis departamentos, os operários mineiros, os cooperativistas, a Federação de Mineiros de Potosi, as Centrais Operárias Departamentais de várias localidades, as organizações camponesas de base e, finalmente, a Central Operária Boliviana?

Vocês conhecem as resoluções de cabildos e comitês que se pronunciaram contra Evo, Mesa e Camacho? Sabem que, na quinta-feira, 31 de outubro, se realizou um Cabildo Nacional em La Paz, que aprovou: ratificar a independência política das organizações cívicas, operárias e populares diante do governo e dos opositores da velha direita?

Ao governo restava dois caminhos: afundar em sangue o povo, em um enfrentamento lamentável de pobres contra pobres, para continuar no poder, ou convocar novas eleições e renunciar, uma vez que as mobilizações exigiam que se fossem.

Foi dada a ordem de reprimir os bloqueios e as mobilizações. As massas cercaram os postos da UTOP (Polícia Especial Antidistúrbios), e os policiais levantaram cartazes dizendo que “não reprimiriam o povo”. Declararam que era um motim e não aquartelamento, uma vez que o movimento não partiu do comando, mas sim contra ele.

Alguns associam o motim como o fato decisivo que comprovaria um golpe. Perguntamos: se os policiais tivessem reprimido o protesto social, então não haveria golpe?

Evo Morales, o caudilho que ganhava as eleições, com 70% dos votos, que tanta esperança despertou nos explorados, no entanto, não tinha nenhum setor organizado e representativo que saísse em sua defesa. Por isso, teve de renunciar.

Vocês desconhecem que Evo fez um referendo, em 2016, para poder voltar a se candidatar nas eleições, e foi derrotado? Desconhecem que lançou um decreto para passar por cima da decisão popular, apoiado pelo imperialismo? Desconhecem que foi ele mesmo quem colocou a OEA como árbitro? Desconhecem que Evo reconheceu a fraude e convocou novas eleições, mas pretendia finalizar seu mandato?

Evo Morales fracassou na tentativa de fraudar as eleições. Não foi a OEA, nem os direitistas que expuseram a falcatura, mas sim a mobilização popular. Evo se viu encurralado, não

podendo contar com o apoio das Forças Armadas para permanecer no poder. Se pudesse, teria convocado as forças repressivas a derramar o sangue dos bolivianos, para se manter no poder. Evo foi vítima de suas próprias manobras, que fracassaram. Perdeu grande parte do apoio popular com que contava.

Vocês desconhecem as inumeráveis lutas que o povo boliviano travou contra o governo de Evo Morales?

Em 2010, as massas estremeceram o governo de Evo Morales, obrigando-o a recuar no aumento de 20% dos combustíveis, que havia decretado em dezembro. Poucos meses depois, a luta contra a construção da rodovia do Tipnis que invadia o território indígena, para beneficiar as multinacionais. A luta impulsionada pela 8ª marcha indígena foi duramente reprimida pelo MAS, em Chaparina (localidade do departamento de Beni), o que arrastou todo o país a enfrentar o governo. As lutas tenderam a se nacionalizar com o avanço da entrega dos hidrocarbonetos, com o agravamento das condições trabalhistas e com a mutilação das liberdades democráticas. Evo modificou o código penal, estendeu a jornada de trabalho dos médicos, e entregou a mina de Incahuasi, em Chuquisaca. No meio do ano, eclodiu a luta contra a entrega do lítio às multinacionais, em Potosi. O decreto garantia 60 anos de exploração pelas multinacionais alemãs, que deixavam a migalha de 3% aos potosinos. Pouco se informa que parte das conquistas dessa luta nacional foi a revogação desse decreto.

Vocês desconhecem a intervenção de nossos camaradas do Partido Operário Revolucionário da Bolívia?

O POR, sistematicamente, vem intervindo em defesa da independência de classe, mostrando que os explorados e os oprimidos não devem ir atrás de Evo, nem Mesa, nem Camacho. Todo o tempo, chamou a confiar em suas próprias forças, na organização e ação direta das massas, rechaçando toda ilusão eleitoral.

Realizadas as eleições, imediatamente, o POR disse: ‘O MAS está morto! Repudiado pelas massas, que já não acreditam nele, acabou de forma como sempre foi: uma impostura burguesa, disfarçada de indigenismo e de falso socialismo, que governa para os oligarcas, agroindustriais do Oriente, os empresários e as multinacionais. Aos explorados e oprimidos, cabe a tarefa de arrancar o déspota fraudulento do poder e enterrá-lo. Mas, não para colocar em seu lugar outro politiquês burguês, que igualmente governará para os ricos e para os gringos, em nome da democracia burguesa, que somente pode

parir ditaduras contra o povo trabalhador' (Massas, nº 2608, 25 de outubro de 2019).

Ele alertava: "Seria um erro permitir que as massas fossem arrasadas pela oposição da direita burguesa, que procurará, por todos os meios, confiná-las nos estreitos marcos formais da defesa da Constituição, da democracia e do voto popular. Com tal postura, farão uma santa aliança todos os setores interessados em salvar a grande propriedade privada dos meios de produção e o Estado burguês agonizante. Chegou a hora de convocar as massas a se libertarem dos métodos legais e democráticos para potenciar a ação direta".

No Comunicado do POR de 23 de outubro, se diz: "Temos de arrancar o MAS pela força, nas ruas, mas, nesta luta, é imperioso separar as águas, nos diferenciando radicalmente da velha direita neoliberal, aglutinada em torno de Carlos Mesa, que se vale do estribilho hipócrita de 'defesa da democracia', procurando canalizar as mobilizações para o objetivo eleitoral do segundo turno, nos submetendo ao legalismo burguês".

Os explorados e oprimidos, bem como à juventude que está enfrentando, nas ruas, a repressão policial, não podem marchar na mesma fileira dos racistas, ultrarreacionários do Comitê Cívico de Santa Cruz, nem com os democratas burgueses do Conade e os da plataforma 21 F, nem com a aliança que reúne toda a caduca direita tradicional da Coordenação em Defesa da Democracia, que vem pregando a resistência democrática pacífica diante do déspota Evo, pretendendo nos arrastar por trás do objetivo do segundo turno, para eleger o reacionário, neoliberal, Carlos Mesa".

(...) as bandeiras da política do proletariado foram semeadas por meio dos sindicatos e Comitês Cívicos, dirigidos pelo POR.

Uma semana depois, o POR voltava a dizer: "O MAS está morto politicamente, e enterrado pela multitudinária repulsa nacional. Tão morto que não pôde transportar os cocaleiros de Chapare para esmagar a paralisação em Cochabamba, tiveram de voltar a Chapare desmoralizados. Tão morto, que tem de falsificar mineiros, colocando em seus agentes capacetes para inchar a mirrada resposta dos mineiros à convocação feita pelos burocratas vendidos da COB. Tão morto, que Evo anuncia que cercará as cidades rebeldes, para matá-las de fome, e, no entanto, somente pode bloquear estradas com pedras solitárias, colocadas por basculantes pela Administradora Boliviana de Estradas, devido à ausência dos camponeses".

No Comunicado de 28 de outubro, o POR assinala: "É preciso esmagar a velha direita - os Mesas, os Tutos, os Doriamedina, os Ortiz, e toda sua corte de 'defesa da democracia', que não fazem a menor questão de se arrastar detrás desses sátrapas, que gritam democracia, quando foram os tiranos e os assassinos no passado. A presença desses velhacos: velhos políticos e candidatos da direita, agrupados na Coordenadora de Defesa da Democracia, no Comitê Cívico de Santa Cruz, junto ao CONADE e aos democratizantes pacifistas, converteram-se no principal obstáculo à ampliação da mobilização, com a incorporação de camadas populares, que sentem que não estão a favor do MAS, mas não querem aparecer confundidas com os racistas da direita. Entendem que, primeiro, é preciso dar uma surra nos direitistas, para, depois, ajustar contas com o governo de Evo. Ambos os argumentos são equivocados, é preciso ajustar contas com os dois ao mesmo tempo, porque são lacaios do imperialismo e da burguesia".

Como vocês acreditam que se enfrenta a direita fascizante? Como evitamos que o desmoronamento irremediável do

MAS seja capitalizado pelos politiqueiros e pelas forças abertamente pró-imperialistas?

Enfrenta-se, forjando a unidade dos oprimidos e a independência política do proletariado em sua luta nas ruas, não com eleições, nem defendendo a ordem constitucional burguesa. O MAS já não engana as massas, incapaz de enfrentar o fascismo. Pelo contrário, procura potencializar os choques entre os explorados, para capitalizar eleitoralmente a raiva desencadeada, empurrando a Bolívia para uma guerra civil entre os explorados, por trás dos interesses da velha e nova direita. A unidade dos explorados contra todos os politiqueiros, que representam a burguesia, é a melhor arma para enfrentar o fascismo, o racismo, a discriminação e, em particular, o fascista Camacho. Os oprimidos bolivianos, unidos pela política do proletariado, acabarão com a base material do poder dos fascistas do Oriente boliviano: o latifúndio e o agronegócio.

O POR tem a moral revolucionária intacta, para, nas ruas, travar o combate ao fascismo. Em janeiro de 2007, em Cochabamba, e em Santa Cruz, em 2008, onde os oprimidos do campo e da cidade combateram os grupos fascistas, os poristas não vacilaram em combatê-los, lado a lado com os masistas. No entanto, quando os oprimidos estavam dispostos a sepultá-los, Evo Morales e o MAS os salvaram, transformando-os em seus sócios e aliados políticos.

O CONADE e o fascista Camacho foram os encarregados de se apropriar do triunfo das massas, desviando a luta para a defesa da "democracia" e da constituição política, na contramão das resoluções do Cabildo Nacional de 31 de outubro, que colocava reivindicações específicas dos setores das regiões e a independência política diante da velha e nova direita.

A batalha de nossos camaradas não conseguiu fazer com que as bases assimilassem a diferença entre a luta gestada pelo Bloco do Sul, e as manobras da direita obscurantista. No entanto, as bandeiras da política do proletariado foram semeadas por meio dos sindicatos e Comitês Cívicos, dirigidos pelo POR. Nossa seção boliviana enfrenta o 'governo de transição' e o próximo governo direitista, impulsionando no seio das massas as reivindicações de todos os setores, mostrando que nenhum governo burguês resolverá os problemas dos oprimidos e a necessidade do proletariado de tomar o poder.

Aqueles que afirmam que Evo caiu por um golpe de Estado, perguntamos: o que farão quando Fernandez desiludir os oprimidos? Estarão conosco enfrentando o governo nas ruas? Ou nos acusaram de golpistas por permitir que cumpra seu mandato constitucional? Aplaudirão a repressão contra os 'desestabilizadores'?

Os marxistas-leninistas-trotskistas não defendem a democracia burguesa, defendem as liberdades democráticas; não defendem a Constituição política, lutam pelo cumprimento da vontade popular. Não vacilamos em derrubar um governo burguês e destruir as instituições do Estado, porque nosso objetivo é a revolução e ditadura do proletariado: democracia da maioria oprimida para acabar com a minoria opressora.

(Extraído do Jornal Massas, nº 361, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



**Partido Obrero
Revolucionario**
Sección boliviana del CERC

A ação direta das massas acabou com o governo de Evo Morales

10 de novembro de 2019

Vencido, sem ninguém que o defendesse, incapaz de conter a repulsa popular, Evo Morales aceitou a convocação de novas eleições, mas insiste em concluir seu mandato até 22 de fevereiro. A resposta geral é NÃO, que se vá agora!, que renuncie.

O governo já está morto, a renúncia de Evo não foi para assinar seu próprio certificado de morte. A burocracia sindical, como carrapatos, abandona o cadáver e se agarra ao pedido de renúncia.

O MAS e seu demagógico “processo de mudança” se afundaram, não só pela fraude escandalosa com a qual pretendeu prorrogar seu mandato mais uma vez – isso foi a gota d’água que transbordou o copo -, mas também porque fez estourar a fúria contida das massas indignadas pela corrupção e impostura do governo, que, em nome dos pobres, governou para os ricos.

O objetivo que unia mouros e cristãos para tirar Evo do poder foi obtido. A sua queda coloca a pergunta: E agora? A falta de uma perspectiva revolucionária é terreno fértil para os descarados oportunistas, que nunca perdem: os poderosos agroindustriais do Oriente, que, na véspera, se desfaziam em afagos a Evo Morales, e que, agora, enviam Luís Fernando Camacho, o ultradireitista presidente do Comitê Cívico Pró Santa Cruz, com a pretensão de capitalizar a luta nacional, escudando-se no reacionarismo religioso, como arma de combate usada pela ultradireita fascista, apoiando-se nas camadas ricas da pequena burguesia.

Os explorados e oprimidos e a juventude pobre que esteve

nas ruas, nada têm a ver com esse cínico empresário e, quando passar a euforia do triunfo, perceberão a necessidade de diferenciar-se dele e de seus patrões arqui milionários do Oriente.

Novas eleições não são respostas para as necessidades dos famintos. Paradoxalmente, a confirmação da fraude que se anunciou, da qual todos estavam convencidos que ocorreria em uma eleição em que ninguém acreditava, provocou a rebelião popular e trouxe de volta a ilusão em “eleições limpas”, para, “democraticamente”, eleger o próximo verdugo do povo oprimido.

Convocamos o grande ausente: que o proletariado – que durante o conflito permaneceu paralisado ao ver as correntes ultradireitistas capitaneando as mobilizações – se liberte dos burocratas vendidos e reconquiste sua independência política diante da burguesia e do imperialismo, retomando as bandeiras revolucionárias, para enfrentar o próximo governo burguês que emergirá das eleições. Que se coloque na direção da maioria oprimida sob a estratégia da revolução, que implantará a nova sociedade sem exploradores e livre da opressão imperialista, na qual os meios de produção serão da propriedade social e não dos burgueses sanguessugas.

***Independência política e sindical
dos trabalhadores e de todos oprimidos!
Luta unitária por pão, trabalho,
educação e saúde!
Nem Evo, nem Mesa, nem o fascista
Camacho!***

Comunicado do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Aos trabalhadores, camponeses e todos os oprimidos do País

O Partido Operário Revolucionário diante do novo “governo de transição” de Jeanine Áñez

13 de novembro de 2019

O novo governo não representa os operários, trabalhadores e camponeses do país. Representa os interesses da burguesia latifundiária-oligárquica, empresarial e serviço prototransnacional da Bolívia, juntamente aos partidos da velha direita, antinacional, corrupta e

antioperária. O governo provisório convocará novas eleições gerais para constituir um novo governo verdugo dos trabalhadores e de todos oprimidos.

O POR se coloca diante desse governo e daquele que possa surgir das eleições, para combatê-lo, organizar a resistência

e a luta nas fileiras dos trabalhadores bolivianos. A luta pelas reivindicações dos diferentes setores operários e populares enfrentará a política antioperária e antipopular desse governo e do novo governo, que tentará descarregar o peso da crise econômica sobre as costas dos

pobres e despossuídos do país.

O governo do MAS, no qual amplos setores das massas populares se iludiram, acabou se afundando na corrupção e se transformando em agente dos interesses da burguesia nacional boliviana, da oligarquia latifundiária do Oriente, dos empresários (CEPB, CAO, CAINCO, FEGASACRUZ). Por isso, esse capítulo da história da Bolívia se encerrou.

As massas nas cidades se rebelaram contra o governo de Evo Morales, indignadas pela fraude com que pretendeu se manter no poder.

A velha direita, por meio do Comitê Cívico de Santa Cruz, encabeçada por Luís Fernando Camacho, ultradireitista, fascista e racista, apoiando-se em setores da pequena burguesia urbana enriquecida, acabou capitalizando politicamente a rebelião popular; usurpando, dessa maneira, a vitória do povo boliviano.

O governo provisório se sustenta nas

Forças Armadas, e convoca os militares a restabelecerem a ordem.

Alertamos que, diante da reação de setores camponeses e sociais, enfurecidos pela presença de Camacho e pela instalação do novo governo direitista, anunciando mobilizações e cerco das cidades, coloca o perigo de enfrentamento com o exército. A disputa entre a velha e a nova direita pode empurrar o país a um estado de guerra civil.

Corresponde à classe operária retornar, imediatamente, a sua ideologia revolucionária e apresentar ao país uma saída revolucionária para a crise política, baseada no princípio da independência política diante dessas variantes políticas dos irmãos gêmeos de classe, nascidas do mesmo ventre: o capitalismo. A classe operária está chamada a dirigir o conjunto da nação oprimida em uma luta revolucionária por um governo próprio dos explorados.

O objetivo estratégico da classe operária é o da luta pela edificação do governo de operários, camponeses e todos os oprimidos, tendo por base a expulsão das multinacionais da Bolívia, expropriação dos grandes meios de produção, novo governo assentado nos órgãos de poder das massas, baseado na democracia direta.

O POR convoca a classe operária e demais explorados a recuperarem a Central Operária Boliviana e os postos de direção setoriais, operárias e populares, que estão nas mãos dos dirigentes vendidos ao MAS, e que prostituíram nossas principais organizações sindicais, para as colocar a serviço dos trabalhadores.

***Nem Evo, nem Mesa,
nem o fascista Camacho!
Operários ao poder!***

Comunicado do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

O governo provisório da oligarquia agroindustrial se inicia banhando de sangue os cocaleiros mobilizados

15 de novembro de 2019



Está claro que o governo provisório não representa os oprimidos e explorados, operários, camponeses, classe média empobrecida urbana. Representa os interesses da burguesia latifundiária, oligárquica, patronal e servil das multinacionais, juntamente com todos os partidos da velha direita entreguista, corrupta e antioperária.

O governo provisório, encarregado de convocar novas eleições gerais, se dirige a entregar a presidência a um novo verdugo dos trabalhadores e de todos os oprimidos.

Seu caráter ultradireitista, racista, saltou à luz imediatamente, quando arrancou a wiphala do edifício do Congresso, e seus partidários queimaram outra, desencadeando a fúria de amplos setores camponeses e urbanos de descendência indí-

gena, para os quais a wiphala é um símbolo sagrado de sua nacionalidade. Lançaram-se em batalha contra o governo provisório. O MAS aproveita-se da situação, orientando o protesto pela renúncia de Áñez e retorno de Evo.

O único pilar de sustentação de fato com que conta o governo provisório são as forças de repressão: polícia e exército.

Diante da firmeza dos bloqueios camponeses nas principais cidades e mobilizações radicais, o governo optou pela solução militar sangrenta.

Repudiamos energicamente o massacre de cocaleiros no enfrentamento em Sacaba, que resultou em 5 mortos, dezenas de feridos a bala, e mais de uma centena de prisões.

A responsabilidade direta é da presidente interina, Jeanine Áñez, e do ministro de governo, o empresário hoteleiro, Arturo Murillo.

O POR se coloca diante deste governo – e do que possa ocorrer do processo eleitoral – para combatê-lo, organizar a resistência e a luta, desde as fileiras dos trabalhadores, camponeses, explorados e oprimidos, pelas reivindicações dos distintos setores dos explorados e populares, à margem da luta fratricida entre a nova e a velha direita, que pode empurrar o país a um estado de guerra civil.

***Nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho!
Operários, camponeses e todos os oprimidos
ao poder!***

Não ao governo provisório assassino

Por um governo operário-camponês e de todos os oprimidos

18 de novembro de 2019



Diante da firmeza dos bloqueios camponeses às principais cidades e mobilizações radicais de setores dos bairros populares e dos cocaleiros do Chapare, o governo ultradireitista decidiu recorrer à solução militar sangrenta.

O decreto 4078, emitido pelo governo provisório, assinala: *“O pessoal das Forças Armadas, que participe das operações, para restabelecimento da ordem interna e estabilidade pública, estará isento de responsabilidade penal, quando, em cumprimento de suas funções, atuem em legítima defesa do estado de necessidade...”*. Isto é, os soldados estão autorizados a matar.

Está claro que o governo provisório representa os interesses da burguesia latifundiária, patronal e pró-imperialista. São os mesmos que, até às vésperas, adulavam Evo e que, agora, se desprendem dele, para levar adiante sua política com total liberdade.

O governo do MAS concluiu seu ciclo convertido em um governo a serviço dos empresários, dos milionários agroindustriais do Oriente, e das multinacionais. É tão direitista quanto a velha direita opositora.

Os agitadores radicais do MAS induzem ao enfrentamento com a polícia e o exército, utilizando os setores indígenas mobilizados como bucha de canhão, sob a bandeira de conseguir a volta de Evo, enquanto que suas direções negociam com o governo provisório o espaço político nas próximas eleições.

Os trabalhadores, camponeses e todos os oprimidos não têm nada a ganhar nessa disputa entre a nova direita masista e a velha direita, agrupada em torno do governo provisório fascistizante. Não podemos permitir que essa luta mesquinha arraste o País a um estado de guerra civil, sem perspectiva alguma para os explorados e oprimidos.

O POR coloca-se diante desse governo, e do que possa surgir do processo eleitoral, para combatê-lo, organizando a resistência e a luta, desde as fileiras dos trabalhadores, camponeses e todos os oprimidos.

Convocamos os trabalhadores e todos os explorados a se organizarem em torno de suas próprias reivindicações setoriais e nacionais, a recuperarem a independência política das organizações operárias e populares, a retomarem as bandeiras da luta revolucionária pelo governo operário-camponês e de todos os oprimidos, que liberte o País do saque imperialista e da exploração burguesa, para superar o atraso, a miséria e a fome.

**Por pão, trabalho, educação, saúde:
Nem Evo, nem Mesa, nem o fascista Camacho!
Operários, camponeses e todos
os oprimidos, ao poder!**



**Comité de Enlace para
Reconstrução da
IV Internacional**

Partido do Comitê do Oriente para Reconstrução da IV Internacional
Belo Horizonte, agosto de 2019 - RS 9,30

**Agrava-se a crise
mundial do capitalismo**

**Somente o proletariado pode encarnar
o programa da revolução socialista**

Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas
impostas pela burguesia, desenvolver as tendências
de luta dos explorados, com suas reivindicações, método
da ação direta e organização independente

Leia o Boletim Internacional do Comitê de Enlace

A edição nº 27, agosto, analisa
o avanço da crise mundial e seus
reflexos na América Latina.
O Boletim é um instrumento voltado
à reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional.





Órgano central del partido obrero revolucionario



Os anexos que publicamos, em seguida, têm por objetivo evidenciar os elos da crise revolucionária desde o ano 2000, quando as massas se levantaram contra o governo, que pretendia privatizar os recursos hídricos e o gás, até o estouro da crise política que levou Evo a renunciar. Devido ao espaço, não pudemos publicar inúmeros artigos do POR boliviano. O fundamental está no esforço de entregar à vanguarda e à classe operária materiais que comprovam as teses do marxismo-leninismo-trotskismo boliviano, de que Evo Morales serviu de canal para a burguesia e o imperialismo desviar o curso da revolução social, que se configurou em 2000, e se agravou em 2003. Desde esse momento, o POR denunciou a tendência de Evo de conviver com a direita racista do Oriente. O que de fato se confirmou, se entendendo, após se chocarem em torno à Constituinte e a aprovação da Constituição.

Partido Operário Revolucionário do Brasil

Manifesto

Todo apoio à luta revolucionária na Bolívia

2 de outubro de 2000

Desde a última semana de setembro, a Bolívia voltou a ser palco de convulsão social, com os mesmos setores sociais que realizaram as jornadas de abril último. Os camponeses bloqueiam as estradas e caminhos e cercam as principais cidades do país (La Paz, Cochabamba e Santa Cruz); os professores paralisaram as atividades e realizam protestos nas ruas das cidades; estudantes em greve estão em choques quase diários com a polícia; Cochabamba em luta exige a queda do prefeito. As tropas repressivas têm contado com várias baixas, e recuado em vários confrontos com os movimentos, que respondem à repressão com as pedras, bombas caseiras e tiros. O governo Banzer encontra-se encurralado, os partidos burgueses se dividem entre os que defendem um banho de sangue e os que pretendem ceder aos movimentos para que estes recuem. Muitos pedem a sua renúncia, para evitar a derrubada pela ação das massas. O governo ianque de Clinton pronunciou-se como a única base de apoio sólido do fascista Banzer.

A retomada da luta revolucionária na Bolívia comprova a situação revolucionária, em que os de cima não conseguem mais governar e os de baixo não se submetem aos governantes. Exige dos revolucionários de todo o mundo o apoio decidido às massas em luta para que o desenlace a essa situação seja favorável aos oprimidos.

Pauta e negociação unificada

A tremenda força dos movimentos bolivianos nos últimos dias vem da impossibilidade do governo fascista de Banzer de agir pela divisão das lutas. De um lado, a direção burocrática da COB não consegue se colocar como intermediadora dos conflitos, enfim, não dirige os movimentos. As assembleias de base

foram aprovando a unificação das pautas de reivindicação e impondo acordos sindicais, em que não se poderia negociar com o governo em separado. O governo pressionou, tentando atender parcialmente às reivindicações de professores, estudantes e da população de Cochabamba, mas a unidade do movimento impediu que Banzer isolasse os camponeses. Esse é o setor mais vulnerável às pressões do governo pela negociação em separado, pela direção burocrática e corrompida. Mas, o maior problema é que as reivindicações camponesas de plantio da folha de coca e proibição de novos quartéis na região do Chapare não podem ser atendidas pelo governo, pois, são compromissos de Banzer com o imperialismo ianque. O governo conseguiu trazer à mesa de negociações o dirigente cocaleiro Evo Morales, mas a impossibilidade de ceder faz com que as negociações não caminhem. Ao mesmo tempo, professores e camponeses reafirmam o bloco sindical que não permite negociações em separado.

A unidade do movimento permitiu construir uma luta de caráter antigovernamental, com a força necessária para impor o conjunto das reivindicações ao governo.

As reivindicações

Os cocaleiros reivindicam o direito de manterem o cultivo da coca em pelo menos parte de suas terras, e o fim dos quartéis de destruição das plantações na região de Chapare. O governo tem realizado uma destruição em massa das plantações, sob as ordens do governo Clinton. A substituição da coca pela batata, amendoim e outras culturas tem reduzido o ganho dos camponeses para cerca de 20% do que ganhavam com a coca. A miséria os empurra para a luta, em defesa do direito ao cultivo milenar. A posição do POR trotskista tem sido a de livre cultivo e comer-

cialização da coca, e que o problema do narcotráfico é dos países imperialistas, que consomem mais de 80% da produção mundial da droga.

Os professores reivindicam 50% de reajuste salarial. Os universitários exigem aumento de verbas e construção de novas universidades, como em El Alto. A população de Cochabamba exige a queda do prefeito e a retirada definitiva do parlamento da Lei de Águas (privatização). Colocou, como seus dois principais pontos de pauta, o atendimento das reivindicações dos cocaleiros e dos professores.

Os métodos de luta

Das 376 escolas de La Paz, apenas 50 estão trabalhando. O Comitê de Greve expulsou das filerias do magistério de La Paz uma diretora de escola, que ajudou o governo a demitir 3 professores de base. O governo ofereceu 1.500 bolivianos (cerca de 300 reais), a serem pagos em 3 vezes, aos professores que se submetessem a uma avaliação, em janeiro de 2001, e mais 500 bolivianos, retroativos a outubro/2000. Os professores rejeitaram a proposta imediatamente, e reafirmaram que as negociações devem ser conjuntas com camponeses e outros setores em luta.

Os camponeses mudaram seus métodos de bloqueio de estradas. Passaram a empregar as grandes pedras, lanças e buracos. Quando se aproximam as tropas da repressão, escondem-se e, logo que os milicos deixam o local, voltam para refazer os bloqueios. Em suas marchas, passaram a usar armas, além das pedras, e têm feito tropas recuarem. De todos os lados do país, aproximam-se das principais cidades, e já não é possível chegar nem mesmo comida por via terrestre. Os aviões têm sido utilizados para isso.

Os camponeses e a população decidem os rumos do movimento em cabildos (conselhos populares) e assembleias. O bloqueio de estradas não lhes afeta, porque estabelecem meios de garantir a alimentação de suas famílias, dividindo as tarefas de bloqueio e cultivo.

A repressão

O governo tem dificuldades para exercer a repressão sobre os movimentos. Em primeiro lugar, pela radicalização das lutas, com armamento de camponeses. Em segundo lugar, pela divisão no interior do exército e polícia, que recentemente realizaram um levante conjuntamente aos setores que hoje estão de volta às ruas e estradas. O estado de sítio de abril foi inócuo, e posto abaixo pelas mobilizações de estudantes e professores. O atendimento das reivindicações esbarra nas exigências ianques contra o plantio da coca. Os partidos burgueses mostram-se divididos. O MNR pretende obter vantagens eleitorais. Seu dirigente Sanchez de Lozada afirmou (ou confessou) que ratos não costumam entrar em navios afundando.

O sinal de apoio dado por Clinton a Banzer pode indicar que o governo boliviano busque ajuda militar ianque para preservar o



O governo tem dificuldades para exercer a repressão sobre os movimentos. Em primeiro lugar, pela radicalização das lutas, com armamento de camponeses. Em segundo lugar, pela divisão no interior do exército e polícia, que recentemente realizaram um levante conjuntamente aos setores que hoje estão de volta às ruas e estradas. O estado de sítio de abril foi inócuo, e posto abaixo pelas mobilizações de estudantes e professores.

regime político. A possibilidade de saída eleitoral, como a anunciada por Fujimori no Peru, está descartada pelo esvaziamento das ilusões democráticas no país (a maioria não vota, e as reivindicações não se voltam para as instituições democráticas).

A prisão de Wilma Plata durou apenas 15 horas. O anúncio da perseguição para prisão de mais de 200 outros dirigentes sindicais despertou ainda mais ódio contra o governo, e não foi colocada em prática.

O papel do POR

O Partido Operário Revolucionário boliviano dirige a Federação de Professores de La Paz, importantes centros acadêmicos da universidade, participa da Coordenadora de Cochabamba. Tem defendido a unificação das lutas populares para derrubar o governo fascista de Banzer, e estabelecer o governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Sua trajetória de mais e 65 anos de luta, sua vitória ideológica sobre a burguesia, apoiado em um programa provado nos principais acontecimentos históricos do país, o potenciam neste momento. Mas a falta de um partido mundial da revolução socialista em nível mundial (IV Internacional), e a incipiência de nossa corrente internacional, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, o deixam, e à revolução boliviana, isolados.

Cabe aos que lutam de fato pelo socialismo, que só pode acontecer pelo internacionalismo proletário, apoiar decididamente a luta do POR e das massas bolivianas. O que significa realizar manifestações de rua de apoio às reivindicações e protesto contra a repressão, e fortalecer a luta revolucionária internacionalista. Pôr em pé a frente única anti-imperialista. Organizar e impulsionar as lutas de massa pela liquidação do plano antinacional e antipopular de FHC/FMI. Combater as direções burocráticas divisionistas e defender a unidade na luta. Construir o partido revolucionário em nosso país, como secção nacional do partido mundial da revolução socialista.

Todo apoio à luta revolucionária na Bolívia! Abaixo o governo genocida e entreguista de Sanchez de Lozada!

setembro de 2003



Diante desse quadro de luta geral no país, dezenas de mortos e cerco da capital, o governo cedeu e anunciou que não venderá mais o gás aos EUA. Mas, o movimento não recuou, pois, não se trata de uma reivindicação isolada, os movimentos exigem a deposição do governo capacho dos EUA.

As últimas manifestações de massa por toda a Bolívia saíram do isolamento costumeiro, imposto pela imprensa, para ocupar as primeiras páginas dos jornais. Nas últimas semanas, os movimentos de camponeses, operários mineiros, professores, estudantes e populares ganharam força e unidade, ao convergirem para as reivindicações da não entrega do gás natural aos EUA, e da deposição do presidente Sanchez de Lozada, lá conhecido como "Goni".

No final de semana de 11 e 12 de outubro, e no dia 13, as marchas de operários mineiros e de camponeses adentraram à capital La Paz, sob forte repressão policial, e chegaram a ultrapassar os 55 mortos, com mais de 200 feridos. A capital estava isolada, sitiada, pois, os bloqueios de estradas impediam a ida ao aeroporto, que fica em El Alto, uma cidade periférica que concentrou grande parte das lutas e confrontos recentes.

Diante desse quadro de luta geral no país, dezenas de mortos e cerco da capital, o governo cedeu e anunciou que não venderá mais o gás aos EUA. Mas, o movimento não recuou, pois, não se trata de uma reivindicação isolada, os movimentos exigem a deposição do governo capacho dos EUA. Até mesmo a submissa burguesia boliviana está dividida: o partido MIR, aliado do presidente, anunciou a retirada do apoio de seu vice-presidente, e a renúncia de seus ministros. A Igreja tenta mediar uma negociação entre as partes, para tentar deter o movimento revolucionário, que pode derrubar o governo, sob a

ação violenta das massas.

A luta destas últimas semanas é a continuação do ascenso geral dos movimentos, que, em fevereiro último, já chegou a formular a reivindicação de deposição do presidente. Naquela ocasião, o governo tentou impor um aumento geral de impostos, e foi derrotado pela luta da população, que teve ao seu lado uma parcela das forças policiais, que chegaram a trocar tiros com as tropas leais ao governo. Na Bolívia, desenvolve-se uma situação revolucionária, apontada com

clareza pelo POR boliviano, e que é consequência do amadurecimento de seus movimentos sociais, que, ao longo da história, foram rompendo com as ilusões democráticas, e caminhando rumo à revolução social (apenas uma parcela da população – em torno de 35% – vota, apesar do voto obrigatório).

Cabe aos movimentos de todos os países, em particular os da América Latina, apoiarem a luta revolucionária que se desenvolve na Bolívia, conhecerem sua história e suas particularidades, assimilarem criticamente a experiência do partido operário revolucionário de lá, que tem uma trajetória de 65 anos, e um programa que descreve a realidade do país e aponta a resolução dos problemas pela via da revolução proletária.

A questão do gás

A Bolívia tem as maiores reservas de gás do continente, e uma das maiores do mundo. Mas, o país é extremamente atrasado, e sua classe dominante é uma marionete dos Estados Unidos. Recentemente, tornou-se interessante para o imperialismo adquirir o gás boliviano, diante da alta nos preços do petróleo.

O governo ianque impôs então um acordo de compra de gás do país altiplânico, que seria exportado pelo norte do Chile para os EUA, a preços irrisórios. Quem ganharia com esse acordo seriam os EUA, que teriam a matéria-prima a preço de banana, e uma fração da burguesia chilena, que faria a intermediação. Há um ranço antigo dos bolivianos em relação ao Chile, porque, no final do século XIX, uma guerra com esse país levou a Bolívia a perder seu contato com o mar. A revolta da população com o acordo era tripla: pela entrega da riqueza do país, pela opressão ianque e pelo favorecimento de um vizinho odiado. Todos os movimentos do país levantaram a bandeira de Não à entrega do gás aos EUA.

A luta dos camponeses

Até alguns anos atrás, 40% do PIB boliviano era formado

pela plantação de folha de coca. Esta é matéria-prima para a industrialização da cocaína. Mas, para os bolivianos, é artigo medicinal e parte de sua cultura secular. E, principalmente, meio de vida. Nos últimos anos, o governo norte-americano tem pressionado o país para erradicar o plantio da coca e substituí-lo por outras culturas. A esmagadora maioria do país é indígena e camponesa, vive da terra. A destruição das plantações de folha de coca tem aumentado a miséria no país, porque os camponeses não têm como viver sem essa cultura. As famílias que tentaram a mudança de cultura ficaram ainda mais miseráveis, porque não há mercado consumidor para suas colheitas, que se desvalorizam. Os camponeses têm se organizado para resistir à destruição das plantações, que são feitas diretamente, ou sob a supervisão das tropas dos Estados Unidos (DEA). O POR boliviano se tem colocado ao lado dos camponeses, e defendido a plantação de coca, e mais ainda: a liberdade de industrialização dessa cultura. A questão do tráfico de drogas é um problema do imperialismo, que consome na Europa e Estados Unidos, mais de 90% da produção mundial de cocaína. Não é justo que os camponeses tenham de pagar com suas vidas pela fome por um problema que é dos países desenvolvidos (imperialistas). As recentes mobilizações dos camponeses exigem o fim da destruição das plantações de coca, que o governo boliviano fantoche dos EUA quer impor.

A marcha dos operários mineiros

A classe operária boliviana tem nos mineiros seu setor mais expressivo. Ao longo dos anos 1990, a crise de superprodução capitalista foi desvalorizando o cobre e estanho no mercado mundial. As minas foram demitindo e sendo fechadas, o setor dos mineiros encolheu a 10% do que já foi. Ainda assim, é o principal setor operário da economia.

Tem uma trajetória histórica de luta, que teve seus pontos altos: a) na organização da Federação mineira nos anos de 1940. As Teses de Pulacayo foram o primeiro programa operário revolucionário, que apontava para a revolução proletária, como saída para os problemas do país; b) na Revolução de 1952, quando os mineiros entraram em La Paz com dinamites e, junto aos camponeses, derrubaram o governo, mas colocaram em seu lugar o nacionalismo burguês, que não poderia ser capaz de realizar as transformações democráticas e socialistas que a nação reivindicava; c) na Assembleia Popular de 1971, primeira organização de tipo soviético da América Latina.

Hoje, os mineiros saem às ruas, desde a cidade de Oruro, para exigirem em La Paz as suas reivindicações, de defesa do emprego e salário. E a queda do governo submisso aos EUA. Em várias cidades pelo país, há greve em defesa do emprego e salário.

As lutas de professores e estudantes

Os professores e estudantes têm protagonizado na última década os maiores confrontos nas ruas da capital contra os governos, que aplicam, ou tentam aplicar, as diretrizes dos organismos internacionais ao país em relação à educação.

De forma semelhante a outros países, a política governamental é a de cortes nos orçamentos, de forma a beneficiar o parasitismo financeiro sobre o Estado, e a de privatização. No caso da Bolívia, esses ataques pressupõem o fim da paridade docente-estudantil, e soberania da assembleia universitária,

conquistada em duras lutas, desde os anos 1970, como por exemplo em Oruro, cidade em que a luta estudantil, aliada à classe operária, foi capaz de impor a desapropriação de casas da burguesia ligada à mineração, e colocá-los como sedes dos institutos universitários (até hoje o são), e alcançar o poder estudantil na universidade (um estudante foi Reitor). A burguesia precisa restaurar o poder da burocracia universitária, sua marionete, para impor os cortes e a privatização.

Os professores têm lutado nas ruas, para impedir a aplicação dos cortes de orçamento e rearranjos na carreira, que, na verdade, destroem a carreira docente, e levam ao arrocho salarial e demissões, além de fechamento de salas de aula e superlotação de outras.

O levante popular

A cidade de El Alto é vizinha a La Paz. Ali se concentram os camponeses, expulsos de suas terras pela destruição das plantações de coca, os desempregados, pequenos comerciantes, operários das poucas fábricas da capital. A pobreza é avassaladora. Nos últimos meses, os estudantes têm protagonizado lutas pela instalação da universidade de El Alto. Os pequenos comerciantes lutam para defender seu direito elementar de sobreviverem de seu trabalho. Ao mesmo tempo, em cidades como Cochabamba, que há dois anos protagonizou uma revolta popular vitoriosa pela água, também os movimentos se insurgem.

O desenlace da situação

A Bolívia é o país latino americano com maior desenvolvimento das lutas de classe. Um país de analfabetos, indígenas camponeses, miserável, isolado, com uma economia raquítica, alcançou elevado nível de consciência nas massas, esgotou as ilusões democráticas, e caminha para a revolução social. Teve e tem papel nisso tudo o POR, partido trotskista que conseguiu, ao longo de sua história, a partir de sua intervenção nos movimentos e da elaboração crítica e autocrítica de seu programa, participar da assimilação da política proletária pelos movimentos sociais do país.

Isso apesar do isolamento imposto pelas correntes e partidos de esquerda nos outros países, que procuram impedir o acesso à história política boliviana e de seu partido revolucionário.

Nos últimos anos, o POR tem enfrentado uma crise organizativa, que tem justamente como centro a luta para ajustar sua intervenção e organização à situação revolucionária que se vive no país. Essa luta pode ser sintetizada na necessidade de o partido emergir como direção física desses movimentos. Essa luta tem sido descrita abertamente nas páginas de seus jornais ("Massas"). É a luta para criar as condições favoráveis ao desfecho do ascenso revolucionário, que certamente impulsionaria a revolução socialista internacionalmente, revertendo o quadro imposto pela falência do estalinismo contra-revolucionário. A tarefa dos lutadores de todos os países é apoiar decididamente a luta que na Bolívia se trava, para que ela se desenlace de forma favorável às massas.

***Pela derrubada do governo pró-imperialista!
Pelo controle operário coletivo
do petróleo e do gás!
Pelo governo operário e camponês!***

LUTA REVOLUCIONÁRIA NA BOLÍVIA DEPÕE PRESIDENTE

setembro de 2003

A deposição do presidente boliviano Sanchez de Lozada pelo levante popular na Bolívia traz várias lições.

A primeira é que se comprova o acerto da política do POR boliviano, que vem apontado para o desenvolvimento de uma situação revolucionária no país. Há algum tempo, o POR vem assinalando as tendências das massas em se confrontarem abertamente contra o regime político burguês, e empunham os métodos insurrecionais de luta, enquanto a burguesia decadente se tem mostrado incapaz de seguir governando como marionete do imperialismo norte-americano, e aplicando os planos de destruição da plantação da coca, privatizações e entrega das riquezas do país ao capital estrangeiro, cortes de gastos públicos com os serviços sociais (educação, saúde, Previdência). A impossibilidade dos que governam fazê-lo, e a insubordinação dos governados caracteriza a situação que se vive no país. Com avanços e recuos momentâneos, a luta revolucionária se tem desenvolvido, e teve como pontos elevados a guerra da água de 2001, em Cochabamba, os levantes de professores e estudantes, a resistência camponesa feita com a luta contra a destruição dos cocaís, os bloqueios de caminhos e cercos às cidades, e o levante popular de fevereiro de 2003, que chegou a cindir o aparato repressivo. Finalmente, o acordo de entrega do gás boliviano aos EUA, as lutas populares em El Alto, e a retomada da mobilização operária a partir das minas de Oruro, detonaram um grande levante popular, que se unificou ao redor da exigência da deposição do presidente Sanchez de Lozada.

Há alguns anos, o POR vem travando uma dura luta política interna, por meio da crítica e autocrítica, para ajustar a intervenção à situação que se vive. Alguns de seus críticos negavam-se a ver o desenvolvimento da situação revolucionária que se processava, simplesmente por não corresponder aos esquemas mentais que formulavam. Mas o POR, que construiu um programa a partir de uma estreita ligação com a realidade de seu país, conseguiu expressar em sua política as tendências mais profundas de luta das massas. E vem tentando fazer com que sua militância se ajuste à nova situação, de forma que possa emergir das lutas como direção física destas, e ajudar as massas a caminharem rumo à revolução proletária, única forma de se atender definitivamente as reivindicações das massas.

O país atrasado dá uma lição de luta

O destino da luta revolucionária que se trava na Bolívia tem consequências diretas nos movimentos sociais de outros países, principalmente nos da América Latina. A vitória do recente levante popular, que conseguiu impedir a entrega do gás, e prosseguiu até a renúncia do presidente, estimula as lu-

tas contra as políticas neoliberais em todos os países. Essa população boliviana, de maioria indígena, camponesa e analfabeta, tomou em suas mãos a tarefa de solucionar seus problemas, sem nenhuma ilusão na conciliação e no parlamentarismo, e conseguiu, com os métodos de luta insurrecional, uma vitória importante no caminho de sua emancipação de toda a opressão social.

A radicalização do levante atual expressa uma trajetória de lutas que finca raízes na década de 1940, quando os operários mineiros organizaram sua federação sindical e formularam suas teses de Pulacayo, em que se descreve a realidade do país e se defende a revolução proletária. Tem raízes na revolução de abril de 1952, quando esses mesmos operários mineiros ocuparam a capital e enfrentaram a repressão com suas dinamites, derrubando o governo, mas colocando em seu lugar o governo nacionalista burguês do MNR, que, anos depois, se

tornaria abertamente pró-imperialista. Tem raízes na Assembleia Popular de 1971, primeira organização de tipo soviético da América Latina, que expressava o poder paralelo e a democracia direta das massas.

Os bolivianos, com a ajuda de seu partido revolucionário, foram conseguindo livrar-se das ilusões democráticas. A maioria da nação despreza a obrigatoriedade do voto e das instituições democráticas burguesas. Os conflitos sociais rapidamente se radicalizam e as lutas adquirem caráter de luta política contra o Estado burguês.

O momento decisivo do embate se deu quando os manifestantes ocuparam o centro da capital, impediram o acesso da polícia, organizaram seu cabildo aberto (assembleia popular), e decidiram pela autodefesa armada, pelo erguimento de barricadas armadas nos bairros, pelo cerco armado ao palácio do governo. A constituição do cabildo aberto é o passo para se constituir um poder paralelo ao Estado burguês, e escapar do controle burocrático dos dirigentes sindicais (burocracia), que buscam, às costas das massas, os acordos e a conciliação com os opressores, para que a opressão se mantenha.

O armamento das massas é outra das características do levante boliviano. O governo não pôde contar com a repressão local para enfrentar os manifestantes. Grupos de soldados se negaram a reprimir seus irmãos, que se mobilizavam rumo a La Paz, e o governo teve de convocar tropas da região oriental da Bolívia, e contar com a direção estratégica de agentes dos EUA, que ainda auxiliaram a repressão com armas. Nas forças armadas bolivianas e na sua polícia, há setores sob a influência do trotskismo, o que abre a possibilidade de divisão do aparato repressivo, sem o que não se tem como realizar o armamento efetivo das massas.

Há alguns anos, o POR vem travando uma dura luta política interna, por meio da crítica e autocrítica, para ajustar a intervenção à situação que se vive. Alguns de seus críticos negavam-se a ver o desenvolvimento da situação revolucionária que se processava, simplesmente por não corresponder aos esquemas mentais que formulavam.

As tendências da situação

O levante revolucionário pode sofrer nos próximos dias um recuo, porque os dirigentes de alguns setores camponeses (Evo Morales, Filipe Quispe) estão dispostos a uma trégua com o novo governo, a fim de negociarem sua participação no Estado opressor. A burguesia boliviana busca um rearranjo de forças no interior do aparato estatal burguês, que lhe permita preservar o regime político. Alguns setores do movimento já estão voltando para suas cidades e baixando as barricadas e bloqueios. O cansaço se abate nos lutadores, após tantos dias de combates, jornadas de centenas de quilômetros, e pela morte de seus parentes.

Qualquer que seja o resultado imediato desse processo, o recuo do movimento será passageiro, e terá de retomar a radicalização. A razão é que não será possível a nenhum governo burguês atender às reivindicações mais sentidas pelos camponeses, operários, professores e estudantes. Esse atendimento implica na luta anti-imperialista, enfrentar os interesses dos Estados Unidos, que determina a política de destruição dos cocaís e das reformas neoliberais, e essa luta não será travada por nenhum governo burguês, somente as massas sublevadas o farão, por meio de um governo operário e camponês.

Os acordos de pacificação, assumidos pelos dirigentes corrompidos Evo Morales e outros, selarão seu destino, pois, os comprometerão com as diretrizes políticas da burguesia, contrárias às reivindicações camponesas.

As propostas da burguesia, diante da crise, não solucionarão qualquer problema. A antecipação de eleições proposta pelo novo governo vem no sentido de rearranjar as forças capitalistas, e de incorporar as lideranças reformistas no novo governo, isto para que tentem bloquear o ascenso revolucionário a partir de sua presença no aparelho de Estado. Não está

voltada às massas, que na sua esmagadora maioria desprezam a via eleitoral.

A proposta de realização de uma assembleia constituinte serve para incorporar algumas reivindicações das nacionalidades indígenas no aparato jurídico-institucional do país. É uma proposta distracionista, para que os oprimidos insurretos se acomodem às instituições democrático burguesas, e não as atropelem com sua democracia direta, que, para se impor, terá de varrer com a burguesia pela revolução social.

As correntes de esquerda que apoiam a proposta da burguesia de assembleia constituinte, ou mesmo de antecipação das eleições, como saída para a crise, dificultam a trajetória das massas rumo à revolução. O que está colocado é impulsionar o choque entre a satisfação das necessidades mais sentidas das massas e a traição a elas que será feita pelas direções conciliadoras. Ao retomarem o rumo do levante, as massas resolverão a questão da disputa pelo poder político, impondo sua própria democracia, que excluirá a burguesia submissa ao imperialismo, será capaz de defender com as armas a independência nacional, e possibilitará desenvolver a economia sobre as bases da propriedade coletiva dos meios de produção, na perspectiva dos Estados Unidos Socialistas da América Latina e da pátria universal socialista.

O programa do POR, que expressa essas lutas como teoria científica do proletariado, é uma conquista dos oprimidos bolivianos. Conhecê-lo e assimilá-lo criticamente é uma tarefa colocada para os que pretendem construir partidos revolucionários pelo continente e trabalhar por essa perspectiva.

***Viva a Revolta das Massas Bolivianas!
Pelo governo operário e camponês!
Pela Revolução Proletária!***

Bolívia

O governo imperialista de Goni Sanchez de Lozada e todo o regime político burguês se afundou na decomposição A REBELIÃO DE MASSAS O EXPULSOU DO GOVERNO

setembro de 2003

1) **Triunfo das massas:** a heroica luta do povo Boliviano terminou com Sanchez de Lozada e seu governo, e impediu por hora a exportação de gás. Esse triunfo, todavia, é parcial, porque expropriaram das massas impor seu próprio governo e a resolução de todas as reivindicações.

A burguesia conseguiu, com a intervenção do imperialismo, que não se rompesse o processo institucional: Goni renunciou diante do parlamento e, uma vez aprovada sua renúncia, assume o vice-presidente Mesa, companheiro de chapa presidencial de Goni.

Mesa, por sua vez, continua com a política essencial do imperialismo: a) insiste em que o negócio do gás pode ser feito – somente renegociando impostos e regalias – e que convocaria um referendo para decidir sobre este ponto; b) coincide com a política de acabar com as plantações de folha de coca, associando-a com um combate ao narcotráfico; c) reafirma suas boas

relações com os EUA; d) não vai tomar por sua conta a iniciativa de castigar os membros do governo de Goni e a oficialidade responsável pela matança.

A luta popular já havia dado um bom golpe no governo títere de Goni, quando teve de retroceder, com a aplicação do imposto, no início do ano, decidido pelo FMI, agora fez que fugisse como um rato, depois de jurar que não renunciaria.

2) a denominada “saída institucional” é uma enganação, para preservar o regime político, e impedir que seja varrido pelas massas, e que estas mesmas decidam como formar seu novo governo.

Isso teria sido um passo transcendental para os explorados da Bolívia e para todos os explorados da América Latina. As potências imperialistas, principalmente EUA e governos da Europa, trabalharam ativamente para impedir uma saída revolucionária e contaram com o auxílio de seus peões sulame-

ricanos, Kirchner e Lula, que enviaram seus representantes para intervir em favor de uma saída institucional, quer dizer burguesa, reacionária, contrária às aspirações populares. Eles pressionaram os dirigentes opositores que apareciam à frente das lutas para que aceitassem essa saída.

Os líderes burocráticos dos camponeses, que já em oportunidades anteriores salvaram o regime, voltaram a jogar este papel, para que se possa desativar o caminho para resolver a questão do poder, que claramente havia colocado o movimento de luta. Eles deram uma trégua ao governo servil de Mesa (ex-vice-presidente de Goni, até uns dias atrás).

Ao imperialismo preocupava que dirigentes camponeses, como Morales ou Quispe, chegassem ao poder, mas mais ainda preocupava que chegassem por meio da ação direta das massas, derrubando o governo e o regime político, que estava a ponto de ser quebrado nessa oportunidade. O movimento de massas não buscava substituir um títere por outro. O Governo de Mesa e as Constituintes ou eleições antecipadas não são a solução que coloca o movimento de massas.

3) O governo de Goni era expressão da **ditadura capitalista**. Não havia, nem há, vestígios de democracia burguesa na Bolívia. É uma farsa falar de continuidade democrática e suas bondades.

É necessário recordar que o binômio Sanchez de Lozada/Mesa obteve uma cifra insignificante de votos, em relação ao padrão eleitoral, como vem acontecendo nas últimas eleições presidenciais, expressando a perda de ilusões das massas com o regime político burguês. Os contínuos levantes populares, cada vez mais radicalizados e generalizados, mostram decididamente essa perda de ilusões, e a busca de sua própria saída, acabando com a propriedade imperialista – multinacionais – e sua dominação sobre a Bolívia.

A denominada “saída institucional” é contra as massas, para desviar suas lutas, para ganhar tempo e se recompor. As direções que pactuam com essa saída são responsáveis por uma nova frustração.

A luta contra a exportação de gás foi a bandeira mais destacada dessa luta mas, assim que começou a se desenvolver o movimento, se incorporaram todas as reivindicações populares.

A denominada “saída institucional” é contra as massas, para desviar suas lutas, para ganhar tempo e se recompor. As direções que pactuam com essa saída são responsáveis por uma nova frustração.

Alguns setores da imprensa burguesa e reformistas se alegravam de que não se houvesse desencadeado um golpe militar na Bolívia, sem explicar que quem governava expressava na realidade o pior, o mais reacionário da política gorila, apoiados unicamente pelo imperialismo e a oficialidade do exército, corrompida, integrada ao regime. Queriam massacrar os lutadores, acabar com eles, para impor-lhes uma dura derrota, simplesmente não puderam. Setores da polícia e do exército não acataram as ordens de reprimir o povo em luta.

Esses setores, aos que nos referíamos mais acima, defendiam que voltasse a calma à Bolívia, que houvesse paz, que não houvesse mais mortos, etc. Mas, as massas não buscavam uma trégua, ou simplesmente fazer pressão ou gritar muito forte. As

massas se encaminhavam a acabar com o regime político.

Essas posições reformistas, em meio a uma situação revolucionária onde é o regime o que cai em pedaços e pode ser varrido pelas massas empobrecidas, podem jogar um papel reacionário, já que é o regime, com a colaboração da Igreja, dos governos, o que quer dizer esfriar, pacificar, desmobilizar, conter e depois esmagar as massas. Os movimentos buscam terminar para sempre com esses governos responsáveis pelo saque da Bolívia.

4) Os **ataques que vem sofrendo a Bolívia** são os mesmos que se aplicam em todos os nossos países. A qualidade e a contundência da resposta do povo Boliviano não têm só a ver com a extrema pobreza e atraso, e sim fundamentalmente por sua **maturidade política**, pela existência do fator subjetivo, uma vanguarda revolucionária forjada em décadas de luta política ideológica contra a burguesia e o imperialismo. Por essa razão, a Bolívia é exemplo, década atrás de década, dos maiores combates, os mais radicalizados contra seus regimes, contra o imperialismo.

É necessário assimilar todas as lições do poderoso movimento de massas, de seus métodos, de suas bandeiras e de sua politização.

Devemos aprender tudo o que ali se realizou para poder ajudá-los, rodeá-los efetivamente de solidariedade, na próxima onda revolucionária que acabará com essa farsa.

A ação das massas se desenvolve dentro das linhas das **Teses de Pulacayo**, na certeza de que a extremadamente débil burguesia boliviana, submetida inteiramente ao imperialismo, só pode afundar ainda mais as massas na barbárie, que **só a revolução social poderá abrir para a Bolívia o caminho do desenvolvimento das forças produtivas**, de superar o atraso, unindo os operários e camponeses de toda América Latina,

que isso será obra de um autêntico governo operário-camponês (ditadura do proletariado). A **burguesia não poderá tirar a Bolívia do atraso**.

5) A ação massiva, decidida das massas, expressa a ruptura total com a ordem burguesa. Faz já muito tempo que não

esperam que através das eleições ou do parlamento se resolvam seus problemas mais urgentes. Por isso, insistimos, aplica métodos de ação direta cada vez mais radicalizados, para impor suas reivindicações. Organiza-se e se prepara a partir das bases para a luta, e se expressa nos ayllus e em nos cabildos (assembleia popular) sua decisão de autogovernar-se, de impor sua democracia direta, seu próprio governo.

O movimento de massas busca instintivamente acabar com a propriedade privada dos principais meios de produção, recuperar todos os recursos, e avançar para a produção social. Os movimentos sociais que confluíram nessa formidável luta têm um indiscutível conteúdo anti-imperialista.

Os camponeses souberam vincular a luta contra a exportação de gás com a necessidade de recuperar as terras dos latifundiários, de impor o livre cultivo da folha de coca, contra a carestia e a reforma impositiva, mas também os trabalhadores urbanos incluíram suas reivindicações de aumento salarial e acabar com o desemprego.

A mobilização teve um caráter político, quando Goni deu marcha a ré com o tema do gás já era tarde, a ninguém impor-

tou. A luta já havia se transformado e se colocavam todas as reivindicações e acabar com o regime político.

6) Já assinalamos e o POR da Bolívia vem marcando a fogo o papel das direções camponesas, alertando sobre todas as suas composições, e como buscam apenas converter-se nos próximos gerentes do Estado capitalista, eles não podem ir além disso, dessas colocações, por sua origem pequeno burguesa que os leva a buscar vantagens ou a se converterem em burgueses. Eles entendem que a crise deve resolver-se no terreno da Constituição, e, se jogam um papel radicalizado, é pela enorme pressão de suas bases, que lhes impedem trair abertamente. Essas direções devem ser substituídas por outras consequentes com as aspirações dos camponeses, e que busquem a aliança com a classe operária, com seu partido, com a direção revolucionária, imprescindível para a vitória revolucionária.

7) a direção burocrática da COB ce-
deu a todas as reivindicações dos go-
vernos pró-imperialistas, assegurando a
governabilidade do regime. Ocultar esse
papel às massas é colaborar com essas di-
reções. Colocar assim nada mais do que
eles ocupem o governo é embelezá-los,
atirar areia nos olhos das massas.

Nas situações revolucionárias, mais
que nunca, é necessário varrer com as
direções vacilantes, colaboracionistas, democratizantes, por-
que são um perigo para as massas, de que abortem sua luta.
É preciso dizê-lo com todas as palavras, essas direções têm de
ser ultrapassadas. Todas essas direções vão na retaguarda do
movimento de massas.

É o próprio movimento que dita os métodos, as ações e as rei-
vindicações. As direções burocráticas falam de convocatória para
constituintes, como uma forma de encontrar uma saída dentro do
regime político. Mas, essa reivindicação é alheia às das massas.
Não há nenhuma aspiração popular de reforma constitucional,
ou de resolver a situação política por meios democratizantes.

8) O processo revolucionário da Bolívia faz parte das lu-
tas que percorrem todos os nossos países contra a política das
burguesias e o imperialismo, que descarrega toda sua crise e
decomposição sobre os países dominados, atrasados, cada vez
mais empobrecidos, tratados como colônias. O imperialismo
centraliza suas ações, impõe seu comando às burguesias regio-
nais. O imperialismo diz que não pode permitir uma revolução
triumfante em nenhum país, por pequeno que seja. Não pode
suportar que apareça uma referência revolucionária no meio
da América. Sabe que o contágio é imparável, e sabe que, no
caso da Bolívia, sempre se acompanhou com particular aten-
ção pelos revolucionários de todas as latitudes, pela exemplari-
dade de suas lutas, pela politização de sua vanguarda.

A classe operária necessita centralizar e coordenar todas
suas ações da mesma maneira. Necessita pôr em pé urgente-
mente um poderoso partido revolucionário na América Latina
e no Mundo. Esse partido é a **IV Internacional**, que devemos
reconstruir. Um partido de quadros, centralizado, estrutura-
do ao redor do programa da classe operária, de sua estraté-

gia. Nosso objetivo é realizar os **Estados Unidos Socialistas da
América Latina**, sobre a base do triunfo das revoluções operá-
rias e camponesas em nossos países. O POR boliviano, nossa
organização irmã, é um exemplo neste caminho.

9) O imperialismo é consciente de sua crise e não vai ceder
voluntariamente seu papel. Prepara-se para intervir pela força
contra os países que se rebelem. Por isso, as bases militares
por todos os lados, a exigência de imunidade, os operativos
conjuntos, a presença permanente de tropas, em distintos pon-
tos do continente, e a vigilância permanente. A crise revolucio-



*A mobilização teve um caráter político,
quando Goni deu marcha a ré com o tema
do gás já era tarde, a ninguém importou.
A luta já havia se transformado
e se colocavam todas as reivindicações
e acabar com o regime político.*

nária na Bolívia mostrou o embaixador ianque atuando como
máxima expressão de poder, ditando a Goni, aos ministros e
aos partidos, o que deviam fazer e dizer, tratando de impor
todas as condições.

10) A intromissão dos governos de países imperialistas e
vizinhos foi mais que evidente. Em nome dos bons ofícios, a
mediação e tantas coisas mais, se metem com tudo para impe-
dir que as massas acabem de varrer o regime, e imponham seu
próprio governo, um governo dos bolivianos, um governo ope-
rário-camponês. Rechaçamos toda intromissão desses governos
na Bolívia. Exigimos a plena autodeterminação para a Bolívia.

11) Os trabalhadores e os explorados em geral devemos pro-
nunciar-nos ativamente pelo triunfo da revolução na Bolívia.
Chamando a greve geral, em solidariedade, quando as massas
combatentes se encontrem nos momentos decisivos. Temos os
mesmos inimigos. Os mesmos problemas. Um triunfo popular
na Bolívia será um triunfo de todos os explorados, será uma fon-
te imensa que potenciará todas as nossas lutas. Hoje é o povo
boliviano que está à cabeça da luta pela libertação da opressão
imperialista. É hora de acabar com essa opressão!

*POR-Massas - Partido Operário Revolucionário, integrante do
Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI)*

Sobre o levante revolucionário na Bolívia**Todo poder aos que produzem a riqueza do país e suportam a miséria**

maio de 2005

A Bolívia vive uma situação revolucionária. Os explorados do mundo todo devem apoiar o povo para que tome o poder.

O País atrasado não suporta mais o saque de suas riquezas pelo imperialismo. A maioria trabalhadora já não aguenta tanta miséria. Operários, indígenas, camponeses, estudantes, professores e artesãos tomaram o País. Dizem, com a linguagem das ocupações e bloqueios, que os exploradores e seus bandos de políticos venais entreguem o poder. As massas assumem em suas ações práticas o programa da revolução proletária. Encarnam as Teses de Pulacayo, que defendem a unidade da maioria explorada, a tomada do poder pela insurreição e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. O Partido Operário Revolucionário boliviano (POR) encarna esse programa.

Os explorados do mundo inteiro estão diante da tarefa de defender a tomada do poder pelas massas, para aplicar o programa fundamentado nas Teses de Pulacayo e desenvolvido pelo POR anos a fio de combate à burguesia. É preciso ter claro que a revolução corre um grave risco: o de Evo Morales e seu partido, o MAS, que dirigem os camponeses, juntamente com a burocracia da COB de Solares, sufocarem o movimento em novas eleições e na constituinte pretendida. O POR rechaça essa via e trabalha pelo armamento das massas para enfrentar a contra-revolução.

Duas estratégias se chocam no interior do movimento. A do MAS, por novas eleições determinadas pelo presidente da Suprema Corte, e convocação da Constituinte; e a do POR, pela insurreição baseada nas assembleias populares para tomar o poder e implantar um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Eleições e Constituinte servem para preservar o poder burguês e permitir que as forças dos exploradores se reabilitem, para esmagar a revolução em curso. O POR diz claramente: a Constituinte conduz à contra-revolução.

O movimento das massas tomou a Bolívia inteira, possibilitando que os cabildos (assembleias populares) se imponham como poder da revolução e da democracia das massas. Portanto, o POR defende que a tarefa da insurreição está “em levantar órgãos de poder nas ruas, nas barricadas”, que darão coesão

aos combates, e permitirão a derrocada do Estado burguês, constituindo um governo popular (operário e camponês).

O imperialismo está armando meios para atacar o levante. A divisão da burguesia e a total desgovernabilidade dificultam sua aberta ação. Na OEA, foi recomendada pelos EUA a intervenção. No momento, cabe aos governos latino-americanos fazerem o serviço. A missão pró-imperialista (Brasil, Argentina e ONU) vai à Bolívia, em socorro do poder burguês. O Papa se pronunciou pelo fim dos bloqueios populares e pela pacificação. Quer dizer: que a burguesia retome as rédeas da Bolívia, e proteja a grande propriedade, as multinacionais do petróleo, gás. Internamente, a Igreja católica recorreu ao argumento da reação: paz e unidade dos bolivianos.

A estabilidade da democracia, apregoada por Bush e repetida pelos governos latino-americanos, é a estabilidade do controle econômico das multinacionais do País. Preservar a democracia é manter o poder da burguesia entreguista, compradora e apodrecida. É manter o atraso da Bolívia e a miséria. É manter a opressão das nacionalidades indígenas.

Ao contrário, a revolução em curso caminha para expropriar o grande capital e por colocar todas as potencialidades econômicas a serviço da população trabalhadora. Libertar-se do jugo das multinacionais e da parasitária burguesia boliviana é libertar-se do jugo do imperialismo, da exploração capitalista das massas e da opressão das nacionalidades. Em essência, esse é o programa do POR, extraído do desenvolvimento histórico e das atuais condições da vida social da Bolívia, e que está nas bases das Teses de Pulacayo mineira.

O Partido Operário Revolucionário do Brasil, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, chama operários, camponeses, juventude e toda população oprimida, a cerrar fileiras pela vitória da revolução proletária e popular na Bolívia. Chama a apoiar a estratégia do POR boliviano e a rechaçar a do MAS. Chama a denunciar a manobra das eleições e da Constituinte. Todo poder ao povo boliviano! Toda força à democracia das massas! Expropriar o grande capital! Expulsar o imperialismo e todos saqueadores da pobre Bolívia! Rechaçar o intervencionismo da OEA/ONU/EUA. Viva a revolução boliviana!

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**

**R\$ 35**

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

LEVANTE DOS EXPLORADOS BOLIVIANOS CONFIRMA A NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

maio de 2005

A burguesia, com apoio da Igreja Católica e da missão da OEA, realizou uma primeira manobra, para retroceder o movimento revolucionário na Bolívia. O Presidente Mesa renunciou, os presidentes da Câmara de Deputados e do Senado abriram mão da sucessão, prevista na Constituição, e assumiu, então, o presidente da Corte Suprema, Eduardo Rodriguez.

Era o que o dirigente do MAS e parlamentar, Evo Morales, exigiu. Logo que consumada a transição, foi dada a ordem aos camponeses que pusessem fim ao bloqueio. O presidente empossado assumiu o compromisso de convocar brevemente eleições, e iniciar discussões sobre a Lei de Hidrocarbonetos, e sobre a convocação de uma Constituinte. Como no El Alto continuavam os bloqueios e a Federação das Juntas Vicinais não ordenava o seu fim, Rodrigues correu a se reunir com Abel Mamani. Uma operação de desativação do movimento popular foi montada, nesta região acima de La Paz.

Permanece o descontentamento de Felipe Quispe, do Movimento Indígena PachaKuti, e Jaime Solares, dirigente da COB. Ambos se manifestaram descontentes com os acordos de transição negociados por Evo Morales, provavelmente porque foram desprestigiados. Tanto Quispe, quanto Solares, são conciliadores, é o que mostram suas trajetórias políticas.

O Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia), que ocupa as trincheiras da revolução proletária, rechaçou a bandeira de Constituinte, empunhada por todos eles, bem como a nacionalização das fontes de riqueza para colocá-las nas mãos da burguesia boliviana, que as tinha entregado ao capital multinacional.

As massas exploradas ocuparam o País e passaram a controlá-lo. O proletariado mineiro tomou posição no levante. Os assalariados urbanos puseram-se em pé. Com os bloqueios camponeses, sitiaram o governo e aprofundaram a divisão da burguesia. O levante das massas formou uma poderosa frente única anti-imperialista. O problema estava em superar a direção de Evo/Quispe, e Solares/Mamani.

Antes do levante ganhar proporções gigantescas, Evo Morales, rodeado pelos demais, pretendia apenas que se taxasse o gás e petróleo a 50%. O POR rechaçou com um argumento evidente: o controle das fontes e dos impostos permaneceriam com a burguesia boliviana entreguista e esfomeadora do povo. E a Constituinte pretendida não daria o poder para os explorados. O Estado boliviano, devido a enormes debilidades econômicas e sociais da burguesia, que não passa de compradora, sofre interferência direta dos Estados Unidos. Manter esse Es-

tado é assegurar o poder da oligarquia boliviana e, sobre ela, a do imperialismo, que manda e desmanda. Que fará a Constituinte, senão preservar toda estrutura do poder oligárquico?

Não há nenhuma revolução democrática burguesa a ser cumprida na Bolívia plenamente capitalista, evidentemente semicolonial, de economia combinada e profundamente atrasada. Qualquer que seja a forma da Constituinte – como aqueles que querem combiná-la com as assembleias populares, desnaturando a estratégia de governo operário e camponês – serve de manobra, para desviar a força das massas rumo à tomada do poder.

Durante quase um mês, o movimento multitudinário paralisou o Estado, neutralizou a reação golpista da burguesia,



O levante das massas formou uma poderosa frente única anti-imperialista. O problema estava em superar a direção de Evo/Quispe, e Solares/Mamani.

enfrentou heroicamente a repressão policial, e teve uma capacidade de resistência extraordinária. Estabeleceu-se uma situação claramente revolucionária: os de cima não governavam, e os de baixo não se deixavam governar. Os cabildos (assembleias populares) passaram a ser a forma embrionária de governo dos explorados.

Uma situação dessa magnitude coloca objetivamente a guerra civil e a necessidade de armamento das massas. Foi exatamente isso que o POR identificou e trabalhou para resolver. Mas, o movimento camponês não teve como superar suas direções corrompidas na política parlamentar e no sindicalismo burocrático. Evo Morales queria um acordo com o Congresso, completamente desmoralizado e rechaçado pela população pobre. É claro que, nestas circunstâncias, não era possível aceitar nem Hormando Vaca Díez (Senado), nem Mario Cossío (Câmara), o povo tem horror a tais representantes da oligarquia, e descaradamente corruptos. A solução: o presidente do Supremo é um desconhecido das massas, prestigiado pela burguesia e pela Igreja. Com ares de homem honrado e alheio à ladroagem, foi eleito por Evo Morales, como trunfo

para estabelecer o pacto de transição, e recuar o combate.

Em lugar de trabalhar para fortalecer os cabildos, ampliar os bloqueios, avançar com ocupações das empresas multinacionais, dividir o exército, ganhar parte dos soldados, neutralizar a capacidade da polícia e armar a população, usou a capacidade das massas e seu horror ao governo para negociar, com os representantes da burguesia, um cronograma de eleições e promessas de discutir a convocação da Constituinte e rediscutir a Lei dos Hidrocarbonetos. Foi dado um passo em favor da contrarrevolução.

A burguesia não pôde resolver a correlação de forças a favor das massas, por meio das armas e do sangue popular. Mas, está preparando-se para isso. O acordo Evo/Congresso/Rodríguez dá um fôlego para a oligarquia, o imperialismo e os generais gorilas cavarem suas trincheiras, e fortalecerem sua cidadela para um novo embate.

A vantagem para o movimento revolucionário é que nada foi resolvido, as contradições aumentarão ainda mais, e as massas conquistaram um avançado posto na luta de classe e pelo poder.

O POR boliviano está fortalecido. A bandeira de nacionali-

zação sem indenização ecoou as Teses de Pulacayo nas ruas. Os mineiros tomaram importante posição no combate com suas dinamites, expressando fisicamente a importância decisiva do proletariado para expulsar o imperialismo, derrotar a burguesia, e pôr em marcha as tarefas democráticas e socialistas.

É preciso quebrar o isolamento da revolução boliviana, organizando a campanha internacional. A burguesia do mundo todo olha com apreensão o levante popular. O Brasil e Argentina são indicados pelos Estados Unidos a cercarem a oligarquia boliviana de todo tipo de apoio. A ONU passou a vigiar a Bolívia como um perigo para a democracia, também sob a orientação de Bush. Na OEA, os EUA propuseram, sem atenuantes, que este órgão sirva de instrumento intervencionista na América Latina, que vive estremecida com movimentos de massa.

A democracia a ser assegurada é a do poder do Estado burguês contra os oprimidos, e a do poder que garante o grande capital internacional. Há que se contrapor a essa unidade da contrarrevolução, apoiando o programa do POR boliviano, a estratégia da revolução e ditadura proletárias, e a tática da frente única anti-imperialista, e organizando em cada país campanhas junto aos explorados.

A política do POR-Bolívia no seio das massas insurretas

24 de junho de 2005

As grandes mobilizações de rua, os bloqueios das avenidas e estradas, as gigantescas assembleias populares, e as ações radicais da maioria oprimida puseram para fora o governo Mesa entreguista, e impediram que os corruptos parlamentares tomassem posse. Mas, a burguesia e a Igreja Católica manobram os dirigentes, como Evo Morales, com a promessa de que o governo nas mãos do poder Judiciário, Eduardo Rodríguez, poderia cumprir a promessa de convocação de eleições gerais e de uma Assembleia Constituinte. Em troca, Evo deveria suspender os bloqueios e convencer os demais dirigentes de que era preciso dar uma trégua ao novo governo. Nem bem subiu ao poder do Estado, iniciaram as polêmicas eleitorais em torno do caráter das eleições e do referendo, sobre as autonomias de províncias, a exemplo da de Santa Cruz.

O POR boliviano atuou rechaçando a política dos acordos e das saídas nos marcos da democracia burguesa, propostas por dirigentes sindicais, e trabalhou pela revolução proletária. No Jornal Massas, de 30 de maio, diz assim:

"As massas, nas ruas de La Paz, reivindicam a nacionalização dos hidrocarbonetos e repudiam o Parlamento e os governos burgueses. A consigna do MAS (Evo Morales) de 50% de imposto foi varrida do cenário (...)"

"A experiência histórica tem ensinado aos explorados que o país não poderá sair do atraso, se continua submetido aos interesses do imperialismo. Em toda sua simplicidade, compreendem que o gás nas mãos das multinacionais significa o saque deste recurso natural estratégico, que irá por um tubo, sem deixar nenhum benefício para os explorados do país."

A larga, heróica e rica tradição de luta revolucionária anti-imperialista do proletariado boliviano atua como força impulsionadora dos protestos populares.

No pólo oposto, a burguesia nacional, entregue de corpo e alma às

multinacionais, entrincheirada nos comitês cívicos de Santa Cruz e Tarija, propõe as autonomias municipais, com o propósito de que sejam os governos autônomos municipais aqueles que podem decidir sobre os rumos dos recursos naturais que encontram em seu território. Esse é o objetivo que está por detrás da reivindicação autonomista desses comitês cívicos (...)

É, assim, a luta de classes, que os reformistas procuram conter nos marcos da ordem burguesa estabelecida, respeitando as formas de governos burgueses: Parlamento e Assembleia Constituinte(...)

A consigna de nacionalização, para as massas, tem o sentido de recuperação dos hidrocarbonetos das mãos das empresas multinacionais, mas é insuficiente. A nacionalização pelo Estado burguês significaria pagar indenização, e convertê-la em empresa estatal, novamente em presa de guerra dos grupos organizados de politiquieiros burgueses ladrões. Sem dúvida, não é isso que nós explorados queremos.

A Constituinte não poderá refundar o país e transformar sua estrutura, como dizem os reformistas. Uma nova Constituinte não pode modificar as relações de produção existentes. Ainda que se declarem e reconheçam todos os direitos imagináveis às nações indígenas, estas não deixariam de ser nações oprimidas na sua condição de massa camponesa estancada no atraso, e ancorada na pequena propriedade rural.

Se queremos ser donos efetivos de nossos recursos naturais, se queremos transformar esta sociedade, acabar com a opressão das nações indígenas, desenvolver harmonicamente todas as regiões do país, temos de destruir a propriedade privada burguesa nacional e imperialista, e instaurar a propriedade social dos meios de produção. Temos de materializar a revolução social do conjunto dos explorados, sob a direção política da classe operária, que é a única classe não proprietária. Só então terá sentido uma Constituinte, que estabeleça as normas legais da nova sociedade"

(Extraído do Massas boliviano nº 1950).

Qual é o conteúdo da consigna: NACIONALIZAR O PETRÓLEO?

No Jornal Massas, nº 1951, O POR-Bolívia traz um artigo que mostra a essência da consigna de nacionalização para o proletariado e para a maioria oprimida. Diz:

“Cada classe social, muitas delas em luta, dão um conteúdo particular.

A história nos ensina que, para a burguesia e seu governo, essa nacionalização quer dizer que o Estado compra dos capitalistas suas empresas, ou as concessões que foram feitas pelo governo (exemplo: as nacionalizações das concessões da Standard OIL, depois da guerra do Chaco pelos governos castrenses, e a nacionalização das três grandes empresas mineiras, por Paz Estenssoro). Isso sem mudar o regime estatal cimentado na grande propriedade privada burguesa, cuja permanência está garantida pela Constituição política do Estado (a lei das leis), o ordenamento jurídico e os meios de repressão policial e militar.

Concepção Popular

A maioria do país (proletariado, artesãos, comerciantes, camponeses, setores empobrecidos da classe média, isto é, a maioria oprimida) ganhou as ruas e as estradas e bloquearam levantando a consigna de “nacionalização do petróleo”.

Os setores majoritários, incluindo os camponeses, entendem que a nacionalização do petróleo será a entrega dessa riqueza natural a eles, sem necessidade de recompensa monetária. Depois das jornadas de Outubro, esta crença vem apoderando-se da maioria da população boliviana.

Uma das maiores deformações dessa crença popular se tem dado no Parlamento, desde o momento da apresentação e discussão do projeto sobre matéria petrolífera. O referido documento foi apresentado tendo como ponto central a quantidade de impostos que as multinacionais petrolíferas deveriam pagar ao governo boliviano pela exploração das riquezas petrolíferas. Em síntese: começou reconhecendo, como favoráveis aos interesses do país e do governo, o direito do Estado de entregar às multinacionais os poços petrolíferos, em troca de impostos favoráveis.

Nenhuma palavra sobre se o petróleo era ou não propriedade das maiorias nacionais, e se correspondia a elas decidir sobre seu destino.

Imediatamente depois de Outubro, as direções das organizações populares e camponesas, incluindo o burocrata e corrupto Evo Morales, apressaram em se apresentar a Mesa (...) Os dirigentes não disseram que Mesa foi modelado, e nunca deixou de ser manejado, pela embaixada norte-americana. Era um inimigo das maiorias e do país, o que agora aparece como evidente.

As maiorias reivindicam que as riquezas nacionais são a propriedade social de todo o povo, negação da propriedade burguesa das multinacionais sobre o petróleo.

Os fatos se encarregam de demonstrar que a efetivação dessa consigna só pode se dar por meio da revolução proletária, que sepultará a grande propriedade privada burguesa, para transformá-la em social.

O que significa que o proletariado conduza as massas para a revolução proletária, que imporá a propriedade social do petróleo e de todos os meios de produção”.

A maturidade da classe operária boliviana

O POR-Bolívia, em um de seus artigos do Jornal Massas (nº 1950), mostra o papel do proletariado e suas bandeiras na recente rebelião das massas exploradas. Diz:

“A classe operária boliviana se caracteriza, se comparada por exemplo

com a dos países latino-americanos, por sua grande maturidade política. As massas oprimidas que se mobilizam nas ruas e nas estradas levantam consignas das “Teses de Pulacayo”, programa e alavanca da Revolução e Ditadura Proletárias.

A reivindicação de nacionalização do gás é entendida pelo povo como sua entrega a ele, sem indenização alguma às multinacionais. Não para retalhar sua propriedade entre todos os habitantes, mas para que permaneça como propriedade social de todos, e de ninguém em particular.

Esta colocação elementar, inspirada na política revolucionária do proletariado, tem, todavia, de se dar por meio da transformação do capitalismo em comunismo. Corresponde ao Partido Operário Revolucionário impulsionar esse processo (...)

A consciência da classe operária se sintetiza na política que se desenvolve o marxismo-leninismo-trotskismo, isto é, o POR.”

“Se queremos ser donos efetivos de nossos recursos naturais, se queremos transformar esta sociedade, acabar com a opressão das nações indígenas, desenvolver harmonicamente todas as regiões do país, temos de destruir a propriedade privada burguesa nacional e imperialista, e instaurar a propriedade social dos meios de produção.

Bandeiras do POR em El Alto

As consignas levantadas pelo POR dizem:

“Operários e Camponeses no poder”

“Assembleia Popular, já!”

“Armar-nos para não ser massacrados”

“Revolução social para impor nosso próprio governo”

“A luta dos explorados coloca a necessidade de materializar a revolução proletária”.

Insurreição!

POR Oruro “As massas e o POR querem a revolução social!”

Os traidores (Solares, Evo, etc.) querem salvar a burguesia.

Viva a revolução e ditadura proletárias (governo de operários e camponeses e maiorias empobrecidas).

Abaixo as manobras burguesas de Assembleia Constituinte, golpe militar-patriótico, antecipação das eleições, autonomias burguesas, eleição de prefeitos, etc.

Insurreição popular para expropriar os hidrocarboretos, terras. Não à simples nacionalização burguesa. Derrotar a burguesia e expulsar o imperialismo (as multinacionais”

(Jornal Massas de 10 de junho)

Nossa campanha em defesa da revolução boliviana

O POR-Brasil assimila a experiência da luta do proletariado boliviano e as lições do Partido Operário Revolucionário. Combate as correntes capituladoras do reformismo (Evo Morales e outros dirigentes), e as que caluniam o POR boliviano. E trabalha para pôr em pé o partido da revolução e ditadura proletárias.

Diante da agudização da luta de classe na Bolívia, o POR divulgou um manifesto, intitulado “*Todo poder aos que produzem a riqueza do país e suportam a miséria*”. Espalhou cartazes com as bandeiras: “Viva a Revolução na Bolívia! Fora a intervenção do imperialismo! Nenhum apoio do governo PT/Lula à contra-revolução! Todo apoio dos operários, camponeses e juventude oprimida ao povo boliviano!”

Todo apoio à luta do Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia) na conquista do poder!"

No domingo, dia 19 de junho, foi realizado um debate sobre a insurreição na Bolívia e a política do POR boliviano. O comparecimento da juventude dos bairros, de estudantes, professores e de outros setores de explorados mostra a importância dessa rica luta de nossos irmãos oprimidos.

No Jornal Massas brasileiro, temos publicado sistematicamente a experiência do POR-Bolívia, um partido provado na luta de classes.

O controle dos hidrocarbonetos pelas multinacionais será ratificado. Essa é a finalidade das leis burguesas. O país paga o preço por ser colônia dos Estados Unidos

Não é por acaso que os carreiristas populistas, os negociantes, que dizem estar representando os povos aymaras, quéchuas etc., e até os "esquerdistas", venham acariciando sua descoberta de que se pode ditar uma lei, expulsando as multinacionais imperialistas, e sem tocar na essência burguesa dos poderes estatais, da própria sociedade boliviana.

Os líderes sem-vergonhas, que ocultam sua vocação de se ligarem aos gringos, a toda empresa ou entidade economicamente poderosa, negociam sobre a base da crença de que a sociedade pode ser modificada remendando a Constituição e as leis, sem tocar a estrutura econômica capitalista, e a total entrega do país às potências imperialistas.

Esses aventureiros, que utilizam sua ignorância e sua sem-vergonhice para acumularem dinheiro, rechaçam a única tese verda-

deira, que diz: é a base econômica (em nossa época e em todos os países, incluindo a Bolívia) que determina a essência da Constituição Política, do Ordenamento Jurídico, das características dos 3 poderes do Estado, da Presidência da República, do Parlamento, dos Juizes, da Polícia, etc. Daqui se conclui que o governo dos países atrasados, como o nosso, a única coisa que podem fazer é entregar os recursos naturais (os hidrocarbonetos entre outros) para as multinacionais, para o imperialismo.

Uma tarefa que devemos nos impor é a recuperação dos recursos naturais, não comprando-as das multinacionais, mas tomando-as, com armas nas mãos.

Não podemos esperar isso atualmente, com a burguesia mandando no Palácio do Governo, e "legalmente" capacitada para vender a riqueza do país aos gringos.

Para recuperar os hidrocarbonetos, temos de consumir a revolução social (realizada pelas massas camponesas, pelos setores empobrecidos da classe média, dirigida pela política do proletariado) que culminará na ditadura da classe operária (governo operário e camponês). Destruirá a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção, para substituí-la pela propriedade social e, no campo, pelas fazendas coletivas, a fim de utilizar com eficácia as máquinas, a eletricidade, etc.

Sem revolução social, seguiremos sendo enganados pela ilusão eleitoral e a mentira parlamentar. Esses recursos são utilizados pela burguesia para dos gringos para nos enganar.

(Extraído do "Masas" boliviano nº 1953, de 24/06/2005)

Bolívia

O MAS serve aos exploradores e não dá um pão sequer aos explorados

12 milhões de dólares para os empresários privados, o condor dos Andes para o embaixador ianque, são as últimas obras do MAS, que serve à burguesia entreguista (empresários privados), e ao imperialismo (multinacionais). Assim acabam os que não honram suas calças para derrotar o poder econômico da direita e as multinacionais (a grande propriedade privada).

A direita reacionária (empresários privados, latifundiários, banqueiros), que conspira a cada dia, a partir do parlamento e da Constituinte, igualmente as multinacionais, encarnam a grande propriedade privada burguesa. Porque são donos privados daquilo que produz riqueza na Bolívia, terão o dinheiro suficiente para seguir conspirando, subornando funcionários e fazendo o que lhes dá na telha.

Por isso, o único caminho para os explorados se libertarem, e libertarem o país da opressão imperialista, é acabar com seu poder econômico:

Os explorados devemos expulsar as multinacionais da Bolívia.

Os camponeses, tomar todos os latifúndios (sejam ou não produtivos), e pôr em pé fazendas coletivas, fazendas comunitárias, para acabar com a miséria do campo, superando o minifúndio improdutivo.

Os operários, tomar as fábricas e empresas privadas da

burguesia entreguista.

Evo e sua quadrilha não se atrevem, nem de fachada, a se enfrentar com eles. Em sua busca do consenso com a direita e sociedade com as multinacionais, se têm convertido em serviçais dos inimigos das massas bolivianas.

Os operários, camponeses e explorados destruirão a grande propriedade privada dos meios de produção do imperialismo e da burguesia entreguista para transformá-la em propriedade social que, sob o governo operário e camponês acabará com a condição de miserável colônia ianque, que tem a Bolívia.

É o caminho da revolução social, para impor o socialismo rumo ao comunismo, só pela força lhe tomaremos o poder, e sua bolsa de dinheiro roubado dos ricos burgueses. A Constituinte, eleições e caricaturas de democracia só servem para esfomear os explorados.

Revolução e ditadura proletárias!!!

Morra a Constituinte de miseráveis!!

Morra a direita reacionária!!

Abaixo o governo incapaz de Evo!!

(Extraído do Massas boliviano, nº 2009, de 22/09/06)

O que é o governo do MAS

Outubro de 2003 significou a expulsão, pelas massas insurretas, do governo movimentista de Gonzalo Sánchez de Lozada, encarnação da burguesia entreguista, com o intuito de recuperar, “para os bolivianos”, o controle dos hidrocarbonetos e, em geral, os recursos naturais das mãos das empresas multinacionais.

Foi uma rebelião instintiva das massas, não havia uma direção política organizada, que dirigia materialmente as ações e, portanto, acabou na simples expulsão de Goni.

Com as massas arrastadas para o campo legal dos referendos e das eleições, o aborto democrático resultou no governo do MAS, defensor da grande propriedade privada burguesa, do regime de exploração capitalista, do poder dos ricos e das multinacionais, dos que querem fazer algumas reformas, sem mudar a estrutura econômica capitalista atrasada do país.

Somente o POR boliviano acertou em denunciar o caráter burguês da política do governo do MAS, ao mostrar as limitações de seu “indigenismo”.

O programa do MAS, de uma “revolução capitalista andina-

amazônica, democrática e pacífica, que conclua com a inclusão das nações originárias pela via legal da reforma constitucional na Assembleia Constituinte, resume o estéril reformismo pró-burguês do MAS. Não se mudam as relações econômicas com a lei, é o inverso: instauradas revolucionariamente novas relações de produção, constróem-se novas leis adequadas à nova realidade.

Tudo neste governo é uma farsa, uma comédia burguesa, disfarçada sob a roupagem indigenista.

O GOVERNO VESTIDO DE PONCHE DO MAS DE EVO MORALES NÃO É MAIS DO QUE PORTA VOZ E DEFENSOR DO CAPITALISMO E DAS ODIOSAS MULTINACIONAIS.

Qual será a revolução social que sepulte o capitalismo, a servidão imposta pelos gringos capitalistas, e liberte a maioria dos bolivianos, atualmente escravizados pelo imperialismo?

ESSA REVOLUÇÃO LIBERTADORA SOMENTE SERÁ A REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS.

(Extraído do Massas boliviano nº 2016, de 10/11/06)

O MAS reforça a condição da Bolívia como exportador de matérias-primas

O acordo Bolívia-Argentina, para incrementar a exportação de gás natural, de 4,4 milhões de metros cúbicos (m³) por dia, durante 20 anos (representa uns 14% das reservas do país). Atualmente, se diz que as reservas alcançam a 48,7 TCF = 1,4Tm³), repete a história de sempre, nos converte em país exportador de gás como matéria-prima. Uma condição evidente, se temos em conta que o país também exporta gás ao Brasil, e a intenção é incrementar os volumes de exportação.

A lei econômica que impõe aos países capitalistas atrasados submeter-se aos interesses do capitalismo mundial, por cima dos nacionais, em nosso caso, joga o papel de provedor de gás como matéria-prima, segundo a demanda do mercado mundial, cumpre-se fatalmente.

O governo reformista do MAS, que não quer atentar contra a ordem capitalista, não pode fazer nada para mudar esta situação. Calculam que os ingressos do país seriam de US\$ 32.300 milhões, em 20 anos, isto é, US\$ 1.615 milhão ao ano; uma quantidade importante para a minúscula economia nacional, recursos que irão parar nos bolsos da burguesia nacional, via subsídios e IDH e para o Estado burguês, porém, não ao povo faminto. Esta é outra lei inexorável do capitalismo, que concentra a riqueza em mãos dos donos dos meios de produção e deixa uma parte para os politiqueiros que lhes servem.

Nem a burguesia nacional, nem o Estado burguês, têm capacidade econômica para encarar a tarefa de exportar, explorar, industrializar, desenvolver novos poços para desenvolver a economia e a indústria nacionais, utilizando o gás como energia e como base do desenvolvimento nacional. A única alternativa que tem é vender este recurso tão precioso, seguindo a demanda do mercado mundial.

O Estado não tem nenhum plano, nem capacidade para o desenvolvimento energético e industrial no país.

Paradoxalmente, se incrementam os volumes de exportação de gás, quando as reservas vão diminuindo (de 52 a 48,7 TCF) e se preveem dificuldades para abastecer de gás o mercado interno e

externo. Atualmente, já há racionamento na provisão de gás para o altiplano. O gasoduto já não abastece a demanda. Tanto para cobrir a demanda interna, como para exportar, são necessários mais gasodutos, que o Estado nacional não pode financiar, a não ser recorrendo às multinacionais.

No caso da Argentina, REPSOL-YPF, e, no caso do Brasil, PETROBRAS.

Finalmente, o grande negócio será para eles.

O acordo entre a Bolívia e a Argentina, para incrementar a exportação de gás, se firma no mês de outubro, data de grande significado na luta das massas bolivianas por recuperar os recursos naturais das mãos das empresas multinacionais, e evitar sua exportação como matéria-prima. Foram as massas sublevadas que, em outubro, exigiram a expulsão das empresas petroleiras, que o gás seja um patrimônio de todos os bolivianos, e sirva para a industrialização e o desenvolvimento do país. Reivindicações que Evo Morales e o MAS ignoram e, assim como Sanchez de Lozada, seguem a política de exportar os hidrocarbonetos como matéria-prima.

Da industrialização dos hidrocarbonetos, prometida pelo MAS e Evo Morales durante a campanha, e a nacionalização dos hidrocarbonetos, não restam nada. O acordo com a Argentina só prevê a construção de uma planta extratora de líquidos associados ao gás natural de exportação para produzir gasolina e GLP.

Evo Morales, o MAS, e toda a camada de oportunistas ex-esquerdistas descumprem com o país e as massas. Não é estranho que a oposição de direita tenha aplaudido o convênio firmado com a Argentina. À burguesia boliviana, o que interessa é que o país conte com os ingressos econômicos, para poder dilapidá-los. As promessas de utilizar os ingressos da venda de hidrocarbonetos no desenvolvimento do país ficaram só nisso: promessas.

A inconsequência do MAS e Evo Morales demonstram que só um governo das massas, isto é, o governo operário e camponês, poderá explorar os recursos naturais em benefício dos explorados.

(Extraído do Masas boliviano, nº 2014, de 27/10/06)

A partir de Oruro**O MAS coloca pobres contra pobres**

Os mineiros assalariados enfrentam os cooperativistas, aos olhos e sob a paciência do atual governo incapaz de Evo e García Linera, que fazem vista grossa e se calam, porque preferem solucionar os problemas que têm com os latifundiários e com as petrolíferas, esse desprezo para com os pobres, a quem dizem representar, é próprio de um governo que já se ajoelhou diante do imperialismo, e é aliado político dos cooperativistas que, cabe esclarecer, são somente uns quantos que têm os melhores locais para extrair o mineral e são quem mantêm ameaçados seus “sócios” de expulsão, se não acatam as resoluções de suas assembleias — como seu atual ministro de minas Walter Villarroel, que tem os locais mais ricos.

O problema de Huanuni e de toda mineração em geral precisa de soluções estruturais, como é a estatização de toda exploração, produção e comercialização dos minérios, incluída sua industrialização, tarefa tão titânica não pode fazer um governo anão, como é o MAS, e menos ainda a burguesia parasitária e entreguista.

Por isso é que os explorados deste país devemos lutar para construir nosso próprio governo, sob a política do proletariado, a única revolucionária, nessa época de decadência do sistema capitalista, nossa luta contra o estado burguês para implantar o salário mínimo vital em relação ao preço da cesta básica fa-

miliar, a escala móvel de horas de trabalho (para que ninguém fique desempregado), sem reduzir o salário, a nacionalização sem indenização (expropriação) de todos os recursos naturais e das empresas privadas dos burgueses nativos e imperialistas, assim como a dotação de toda a terra para os camponeses (sob a forma de fazenda coletiva e não parcelamento, que é o que pretende o MAS) deve conduzi-los à tomada do poder político e econômico, não pela via parlamentar, nem pela farsa da Constituinte, que isso é o que fazem os reformistas e a burguesia para se manterem no poder, e sim pela ação direta de massas, destruindo a grande propriedade privada dos meios de produção, e substituindo-a pela propriedade social dos meios de produção, que será de todos nós e de ninguém em particular, isso se escutava da própria voz dos mineiros, que a empresa Huanuni era de todos nós, e por isso é preciso defendê-la com nossas vidas.

***Viva a luta dos operários de Huanuni!
Pela consolidação do Estado operário, revolução e
ditadura proletárias (governo operário e camponês)***

Oruro, 16 de outubro de 2006.

Extraído do Massas nº 2012, de 13/10/2006

**Huanuni: enfrentamento de assalariados com cooperativistas
ESTATIZAR TODAS AS MINAS DA BOLÍVIA**

Dezesseis mortos pesam sobre as costas do governo defensor das empresas privadas, das multinacionais e dos cooperativistas convertidos em empresários privados que exploram de forma desumana seus trabalhadores.

O sangrento enfrentamento em Huanuni, entre assalariados e cooperativistas, é produto da privatização das empresas estatais. A burguesia entreguista e parasita destruiu as empresas do Estado, entre elas Comibol, para entregá-las às multinacionais (imperialismo). No caso da Comibol, deixou milhares de mineiros na rua, muitos deles se converteram em cooperativistas, para continuar explorando locais que ficaram abandonados. Essas cooperativas degeneraram em pequenas empresas privadas, que exploram barbaramente seus próprios companheiros. Demonstra-se, assim, que o cooperativismo no marco do capitalismo está condenado a se degenerar. Os sócios adjuntos dos locais incorporam novos “sócios”, cobrando-lhes cotas de milhares de dólares, estes “sócios” menores e também outros trabalhadores subcontratados, são os que exploram as jazidas, sem máquinas, nem tecnologia alguma. O vice-ministro Rada, agora, descobre que no cooperativismo existem patrões e peões; o que não diz é que seu governo aliado de cooperativistas patrões, interessados em se apoderar das jazidas que ainda ficaram nas mãos da Comibol. O ex-ministro Villarroel é um deles. O governo permitiu a ocupação de Caracoles por parte dos cooperativistas, fazendo vista grossa, e pensou fazer o mesmo com Huanuni.

O governo do MAS continua na política da “privatização”,

nesses dias o Mutun será entregue à multinacional hindu Jindal. Sua “nacionalização” dos hidrocarbonetos é uma farsa, como todo o país está comprovando. São as multinacionais petrolíferas que mandam e impõem suas condições. O governo que busca ser amigo e sócio das multinacionais e da burguesia entreguista, não pode ser revolucionário.

Mas, dessa vez, a resistência decidida dos trabalhadores assalariados afogou os planos do governo que se quer passar por esperto.

Os trabalhadores de Huanuni assinalam a perspectiva da luta em defesa da propriedade estatal sobre as jazidas mineiras.

Todas as jazidas mineiras devem passar para a Comibol, sob controle operário coletivo; isso para evitar a corrupção burguesa na administração das empresas do Estado.

Em defesa da Comibol diante das multinacionais, da mineração privada e das cooperativas!

Escala móvel das horas de trabalho; ao potenciar a Comibol, estatizando as minas, deve-se contratar todos os mineiros desempregados e cooperativistas de base que não tenham nada a ver com os dirigentes patrões. Isso se consegue reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir o salário dos trabalhadores.

Salário mínimo vital com escala móvel de acordo com a cesta básica familiar!

O governo operário e camponês, saído da revolução social expropriará toda a grande propriedade privada dos meios de produção (hidrocarbonetos, minas, fábricas, empresas, bancos), hoje nas mãos do imperialismo e da burguesia entreguista.

A propriedade social dos meios de produção (socialismo), administrada pelo governo operário e camponês, no marco da luta de todos os explorados do continente, tirará o país de seu atraso, e não permitirá que se rife novamente o país.

empresários que manejam as cooperativas, e a ajudar a potenciar a Comibol, varrendo com o imperialismo e a burguesia.

Se esse governo continua defendendo os empresários e as multinacionais, corresponde chutá-lo a patadas.

Chamamos os trabalhadores cooperativistas a lutar contra os

Extraído do Massas boliviano nº 2012, de 13/10/2006

Estúpida política agrária O governo compra terras para distribuí-las aos camponeses

O Senado acaba de aprovar uma lei no sentido de dar um prazo de sete anos mais, para poder terminar os trabalhos de saneamento de terras, de cujo resultado se saberá que quantidade delas cumpre uma função produtiva e social e quais terras são ociosas. Sete anos é por demais demorado, e os explorados do agro perdem a paciência, a pressão que exercem sobre o governo é cada vez mais forte, como a marcha que iniciam as etnias do Oriente, exigindo a imediata modificação da Lei INRA.

O governo, com o propósito de conter as mobilizações camponesas, está utilizando um crédito do Banco Mundial de 15 milhões de dólares, para comprar terras e depois distribuí-las às comunidades indígenas e aos “camponeses sem terra”. A esta estúpida política, chama demagogicamente “revolução agrária mecanizada”.

Tudo o que faz é consequência de sua política burguesa, de respeito à propriedade privada, neste caso, de respeito aos grandes latifúndios nas mãos da classe dominante oriental.

O governo masista encontra-se no choque entre dois interesses opostos. O dos latifundiários por conservar seus latifúndios, e o dos explorados do agro, por ter um pedaço de terra para sobreviver. A solução para esse problema secular do país passa por uma

política revolucionária que consiste em expropriar toda a terra dos novos oportunistas, para entregá-las aos explorados do agro, em forma de propriedade social (comunitária), de tal modo que não possam ser vendidas nem compradas. Só dessa maneira se superará a miséria e o atraso no campo, colocando a possibilidade da verdadeira maquinização do agro.

A demagogia masista, desenvolvida desde a campanha eleitoral, no sentido de executar uma verdadeira revolução agrária no país, se converte em um nó corrediço no pescoço dos governantes, que podem acabar estrangulados. Agora, os explorados do agro exigem o cumprimento das promessas feitas, e as mobilizações se colocaram na ordem do dia.

Segundo as estatísticas do INRA, na Bolívia existem 108 milhões de hectares, das quais só são cultiváveis 54 milhões. 25% do total das terras são consideradas parques nacionais protegidas pelo Estado, para conservar o equilíbrio ecológico no país. Portanto, para satisfazer a sede de terra de mais de três milhões de habitantes do campo, não existe outro caminho, a não ser liquidar com todo o latifúndio neste país.

Extraído do Massas boliviano nº 2015, de 03/11/2006

O conteúdo burguês da reforma agrária na Bolívia Consolida a grande propriedade latifundiária e converte o camponês em pequeno proprietário parcelário, com a perspectiva da reconcentração da terra em poucas mãos

1 - Problema fundamental não resolvido.

Mesmo antes e durante a dominação dos Incas, passando pela colônia e a República, o problema da terra tem sido de fundamental importância na Bolívia e no continente.

Está claro, a esta altura do desenvolvimento do capitalismo, que a revolução proletária a herdará, como uma das tarefas democráticas que deve resolver, se se quer conduzir a sociedade até o comunismo superior.

Até agora, a opressão das massas indígenas sempre esteve ligada à posse e às formas de produção da terra. Durante a dominação dos Incas, o predomínio das terras comunitárias nas mãos

do Inca e do culto, a obrigatoriedade do trabalho coletivo e gratuito nessas terras; durante a colônia, o despojo das terras comunitárias, e o surgimento do latifúndio feudal e, durante a República, a prolongação desta política de despojo, e a mudança da propriedade das terras feudais das mãos dos espanhóis para a burguesia nativa. Os indígenas, privados da propriedade da terra – com exceção da sobrevivência do primitivo “ayllu” nas zonas altas e improdutivas, que impõem uma vida miserável – foram submetidos a formas de exploração e segregação, nunca antes vistas e foram reduzidos à condição de párias, através

do trabalho, do atraso e da fome.

O problema é como resolver este estado de coisas?

2 - Duas perspectivas diametralmente opostas

As Teses de Pulacayo vão além da simples consigna de “terra ao índio e minas ao Estado”, elaboradas pelas tendências socialistas, desde a segunda década do século XIX, profundamente influenciadas pela revolução mexicana, pela primeira vez no país, se colocava uma perspectiva revolucionária ao problema do campo. Em seu programa, coloca a consigna da “revolução agrária” concebida como expropriação, pela via

da ação direta, de toda a terra dos latifundiários.

A conservação da unidade produtiva do latifúndio, para transformá-la em propriedade social (comunitária), para que os explorados do campo a produzam, na forma de fazendas coletivas, é a perspectiva claramente orientada a soldar o desenvolvimento do campo com o objetivo estratégico do proletariado, que se coloca pela liquidação da propriedade privada dos meios de produção e a consolidação da propriedade social, inicialmente nas mãos do Estado, para depois se diluir na sociedade comunista.

A perspectiva burguesa está na lei de reforma agrária, promulgada pelo MNR (2 de agosto de 1953). Na essência, esta lei dividia o latifúndio feudal, para converter o pongo (peão), em pequeno proprietário, e conservar nas mãos do latifundiário a chamada “propriedade industrial” da terra. O objetivo é muito claro: a terra convertida em propriedade privada está sujeita a ser objeto de herança, ou seja, de ser vendida como qualquer mercadoria. O que o MNR buscava era que, a partir da sobrevivência da

propriedade industrial, em um processo imediato, o minifúndio sofreria um processo de reconcentração para poucas mãos, dando origem à grande propriedade privada da terra, e ao surgimento de uma burguesia agroindustrial.

Não devemos ter dúvida de que esta perspectiva burguesa de reforma agrária é diametralmente oposta à tese revolucionária das “Teses de Pulacayo”.

3. O eixo da proposta burguesa de 1953 se reproduz na Lei de Reforma Agrária de 1996, e na atual Lei de Recondução Comunitária da Reforma Agrária do MAS

A Lei de Reforma Agrária, aprovada por Sánchez de Lozada em 1996, conserva, no fundamental, a tendência a potencializar o surgimento da grande propriedade privada agroindustrial e, à sua sombra, se consolida o latifúndio no Oriente, nos setores de produção canavieira, algodoeira, de soja e de gado. É uma lei que ampara a grande concentração da terra para a agricultura e as fazendas de gado extensivas. O fenômeno da concentração da terra no Oriente se realiza sob a sombra protetora dos governos de plan-

tão, e graças à expulsão dos habitantes originários. No Ocidente se realiza um processo inverso de acentuação do minifúndio, até chegar às “chácaras” nas zonas demograficamente densas.

A última Lei de Recondução Comunitária da Reforma Agrária, ao elevar a abrangência da lei o conceito de “Função Econômica Social” (FES) da terra, coloca a questão da reversão ao Estado somente das terras “ociosas”. Incorpora dentro da FES uma série de mecanismos que garantem a sobrevivência e o desenvolvimento do latifúndio chamado “produtivo”, assim como as terras de “projeção de crescimento”, terras de descanso, e terras “agropastoris ou com pasto cultivado”, além dos 5 hectares por cabeça para o gado.

A última lei do MAS é muito mais pró-empresarial que a lei de 1953 e a Lei de Reforma Agrária de 1996. Coloca a possibilidade da acumulação ilimitada de terras sob o conceito de “terras produtivas”.

Extraído do “Massas” boliviano n° 2021, de 15/12/06

Bolívia - Em Cochabamba se confirma!

A direita se deve derrotar com as armas! A Constituinte do MAS não serve para nada!

11 de janeiro de 2007

A autonomia departamental (do estado) é a bandeira da burguesia entreguista (empresários privados), que fazem fortuna, entregando o país às multinacionais (imperialismo); por isso, os vendidos e suas bandeiras devem ser derrotados. O MAS, pela sua defesa da democracia dos ricos, acaba fortalecendo a direita, é incapaz de enfrentá-la e derrotá-la, alimenta suas bases a tirar o politiquês Reyes Villa do governo, de acordo com o respeito “democrático” à “institucionalidade” desse laço dos gringos.

O MAS é o mestre da demagogia, de fabricar grandes mentiras, para embrutecer os bolivianos, que não se dão conta de que nada foi mudado. O imperialismo e a burguesia entreguista continuam sendo donos do país, porque são donos dos meios de produção (hidrocarbonetos, minas, fábricas, empresas privadas).

A Constituinte é uma farsa. Não vai, nem para trás, nem para a frente. A direita e o imperialismo estão intactos. A Constituinte não poderá mudar nada, porque não toca na estrutura econômica capitalista.

O MAS não quer derrotar a direita. Para estes demagogos, o diálogo é o caminho da negociação com os exploradores. Nem quer nos emancipar do imperialismo, prefere ser sócio das multinacionais, negociar em 15,1 milhões de dólares a saí-

da de águas do Illimani.

Frente à impostura do MAS, dizemos:

Expulsar as multinacionais, sem nenhuma indenização;

Derrotar a direita reacionária (empresários, banqueiros, latifundiários)

Acabar com a grande propriedade privada dos burgueses e das multinacionais (latifúndios, recursos naturais, bancos, fábricas, etc.), para transformá-la em propriedade social (de todos e não de particulares), administrada pelos operários e camponeses, para acabar com a fome e o atraso da Bolívia, (socialismo, caminho do comunismo)

A “Revolução Democrática”, e tudo o que faz o farsante governo, são mentiras. A Constituinte é uma farsa, que procura iludir os explorados, fazendo-os crer que a sociedade se transforma por meio da Lei e do diálogo com os exploradores. Falso! Só a revolução social dos explorados, sob o programa do proletariado (socialismo), com o fuzil na mão, nos emancipará de todos esses esfomeadores, demagogos, entreguistas, imperialistas e politiquês.

Só assim se pode impor um governo operário-camponês, uma verdadeira democracia dos explorados, a partir dos órgãos de poder das massas (cabildos abertos, assembleias de representantes, com revogabilidade, caso traíam).

Extraído do Massas boliviano 2023, de 19/01/07

Bolívia – Avança a crise revolucionária

janeiro de 2007

Está provada a incapacidade de Evo Morales de quebrar a resistência da direita pró-imperialista e oligárquica às restrições medidas nacionalistas e reformistas de seu governo.

A reação, entrincheirada em Santa Cruz, organiza suas forças em todo País, e conspira contra a luta das massas. A base de apoio dos governadores da oposição é a pequena burguesia urbana, que, no mar de miséria da maioria indígena-camponesa, artesã e proletária, usufrui as migalhas do capitalismo atrasado.

As forças contra-revolucionárias da burguesia expressam a grande propriedade, as multinacionais, e o domínio imperialista do País. É nas relações de produção capitalista e no controle da Bolívia pelas potências – principalmente pelos Estados Unidos – que se encontra a debilidade do governo do Movimento ao Socialismo (MAS), partido de Evo Morales.

O governo reformista está atado à grande propriedade, e amarrado pelas forças burguesas que comandam a economia. Não pode ir a fundo sequer em reformas nacionalistas, que favorecem a burguesia boliviana, muito menos ainda em reformas sociais.

As nacionalizações não expropriaram as multinacionais – entre elas a poderosa Petrobrás –, que passaram a sócias. A promessa de reforma agrária se atém à porta da grande propriedade. A repressão aos plantadores da folha de coca permanece. A miséria da maioria não foi tocada e não será resolvida.

A oposição parlamentar do Poder Democrático e Social (Podemos), e da Unidade Nacional (UN) e dos governadores, alinhados com Santa Cruz, combatem as medidas governamentais, por encarnarem os interesses do grande capital, por expressarem a impossibilidade de reformas no capitalismo, e por temerem que as massas famintas passem por cima do governo Evo e de todos eles. Os levantes, bloqueios e ocupações se chocam com o Estado, e avançam contra a propriedade privada dos meios de produção.

O problema essencial para a direita pró-imperialista e pró-latifúndio está no fato do governo Evo ter demonstrado dificuldades em conter a ação direta dos explorados. Sua política parlamentar e constitucional, portanto, adaptada ao ordenamento jurídico do Estado burguês, e às relações de compromissos com os partidos da reação, contrapõe-se às necessidades das massas, e confronta-se com as mobilizações coletivas.

O MAS desviou as lutas para a eleição do caudilho indigenista, e prometeu resolver grandes questões nacionais e sociais por meio da Constituinte. Montou-se uma farsa política para conter a arremetida das massas contra o Estado, levante que derrubou o governo de Sanches de Lozada.

Agora, ao completar um ano de mandato, a crise se apro-

funda. O governo de Evo não consegue quebrar o boicote da oposição à Constituinte, e capitula, passo a passo. O movimento direitista pela autonomia regional se levanta como poder paralelo ao governo central.

A revolta camponesa e popular contra o governador de Cochabamba expôs a covardia do governo de Evo, e sua submissão à legalidade, que garante à oposição conspirar contra o governo e preparar o terreno para derrubá-lo. Expôs a via correta da luta direta dos explorados. Mas, expôs também as limitações dos camponeses, que continuam a ouvir as ordens do governo e de seus comparsas.

O movimento expulsou o governador Manfred Reyes Villa, que se refugiou na cidadela da reação em Santa Cruz. Mas, atendeu às ordens do governo central de manter a legalidade, e não constituir um governo departamental revolucionário.

Passa-se uma borracha sobre a violenta repressão, desfechada contra os lutadores, com muitos feridos e dois mortos.

Os oprimidos lançam-se nas ruas, e constituem os cabildos

O MAS desviou as lutas para a eleição do caudilho indigenista, e prometeu resolver grandes questões nacionais e sociais por meio da Constituinte. Montou-se uma farsa política para conter a arremetida das massas contra o Estado, levante que derrubou o governo de Sanches de Lozada.

(assembleia popular), para derrotar a reação cruceña, e são contidos por Evo/Linera, em nome da democracia e da ordem legal. É sob essa ordem, e em nome dela que a oligarquia, os Káras e os agentes do imperialismo trabalham por destituir o governo, bastando que a situação permita.

A greve geral, convocada pela Federação dos Moradores de El Alto (FEJUVE), para obter a renúncia do governador de La Paz, que também conspira contra o governo, foi desmontada por Evo e o MAS. Centenas de policiais bloquearam a entrada de La PAZ, para impedir acesso aos manifestantes de El Alto. O mesmo argumento foi usado pelo governo: garantir a permanência do governo legalmente constituído.

O Partido Operário Revolucionário (POR), da Bolívia, uma oposição revolucionária ao governo, denunciado a farsa da Constituinte, e organizado a luta para esmagar a reação contra-revolucionária. Publicamos um folheto, no mês de janeiro, com as posições mais recentes do POR. Agora, dedicamos uma nova publicação, como parte da campanha de defesa da revolução social na Bolívia, que será encarnada pela classe operária, unida à maioria camponesa oprimida, sob o programa do POR.

Bolívia*Santa Cruz:*

A contrarrevolução levanta a cabeça

12 de janeiro de 2007

Outubro de 2003 foi um ponto culminante da acumulação do cansaço das massas frente ao desastre neoliberal. Chegaram a tocar o céu com as mãos, encurralaram os governantes, puderam fazer uma revolução social, mas, ante a ausência de uma direção revolucionária, conformaram-se em tirar Goni, e entregar o poder a Mesa, cedendo aos preconceitos legalistas da sucessão constitucional. O MAS, nesse processo, jogou papel de bombeiro, insistindo permanentemente em manter o regime constitucional. Se dependesse do MAS, Goni seguiria governando, até agora.

Logo após esse fato, Evo e Mesa se reuniram e inventaram a “agenda de outubro”, com o referendo do gás e a constituinte, livreto conservador idealizado para enganar as massas, e defender a ordem burguesa.

Mas, a luta tão radical centrada em El Alto, e secundada em todo o país, provocou pânico e terror nas oligarquias mais conservadoras do Oriente e do Sul do país, que viram horrorizadas como caía seu “adulado” Goni. Então, fizeram um plano centrado nas autonomias, e na defesa de suas terras e das multinacionais, buscando conter a marcha das massas radicalizadas, e o processo revolucionário, que ainda não terminara. Seus planos, azeitados com muito dinheiro, consistiam em desenterrar e agitar as tendências separatistas, atacar o centralismo, e atribuir-lhe todos os malefícios, sem reconhecer sua tintura burguesa, e que eles próprios participaram assiduamente dele, colocar uma vala de segurança, para que não fossem tocados seus interesses e atuaram para que dominassem um amplo território, e todos seus recursos naturais, com independência do Estado central, e o controle dos nativos rebelados, proibindo a luta de classes, supostamente em nome dos interesses regionais. Era a contrarrevolução que se organizava.

Em um Estado tão debilitado pelo atraso do país, o aparecimento das reivindicações das autonomias pode ser o anúncio do desmembramento nacional, ainda que os atores da comédia não a proponham precisamente. Os governos de Mesa e de Evo aceitaram, sem maior temor, a eleição dos governadores, e apoiaram a ideia da autonomia, e inclusive a radicalizaram.

A burguesia oriental busca se impor e controlar o país.

Os membros dos comitês cívicos abandonaram suas reivindicações, e passaram a seguir repetindo que a autonomia integraria o país, e não o levaria a sua balcanização, mas, hoje, fanatizados e desesperados, falam de independência como uma espécie de ameaça, se não forem impostos os 2/3 na Constituinte, são como a falsa mãe, pedindo que se divida o país segundo seu gosto.

Para o critério idealista do MAS (que confere às leis o poder de transformar as coisas) o país pode mudar pacificamente, e

de acordo com sua vontade, no marco da discussão de alguns repetidores de consignas na Constituinte. Mas, como Pinóquio, só ficaram com um palmo de nariz.

Assim, o MAS permitiu que a direita tradicional se reorganizasse, e tivesse os meios para levar o governo e o país próximos da hecatombe; os 2/3, a democracia, a liberdade, são o pretexto.

Durante todo este tempo, em vez de organizar a luta para acabar definitivamente com o poder dos ricos, temos patinado, perdendo tempo com eleições e referendos, com falsas nacionalizações e leis remendadas, ouvindo discursos incendiários, mas, vendo realizações túbias, os iludidos acreditam que o país mudaria, porque o MAS o queria, mas a única mudança que ocorreu é que se cedeu cada vez mais espaço aos derrotados de outubro de 2003

de acordo com sua vontade, no marco da discussão de alguns repetidores de consignas na Constituinte. Mas, como Pinóquio, só ficaram com um palmo de nariz.

Ante os olhos impotentes do MAS, em Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando, de forma mais ou menos similar, os poderosos manipulam a população, geram terror fascista, para dominar as pessoas, e as criticam, desorientam as massas com sua demagogia, montam ditatorialmente enormes pseudo-cabildos. Os governos opositores formam uma “Junta Autônoma Nacional” que se projeta a

ser um governo paralelo, que ameaça assumir de fato as regiões autônomas, à margem do Estado e de suas normas e leis. Evo titubeia, ficou atolado.

***Abaixo as autonomias das seitas fascistas que querem controlar a Bolívia!
Contra o fascismo pró-imperialista, as massas devem se armar para preservar a integridade nacional no marco da revolução!
Superar os cívicos traidores e o M.A.S. incapaz, resgatando as lutas de outubro!
Ao lixo com a farsa da constituinte, dos 2/3 e da maioria absoluta!
Viva a revolução proletária, marco no qual se poderá resolver o problema do atraso, expulsar as multinacionais, e efetivamente conseguir a autodeterminação das nacionalidades oprimidas!***

Extraído do Massas boliviano n° 2022, de 12/01/07

Brasil*Referendo na Bolívia***Posição do POR boliviano trotskista e das esquerdas que se dizem trotskistas**

16 de agosto de 2008

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) caracterizou, desde o início, o governo Evo/MAS como burguês, e incapaz de enfrentar as multinacionais. Criticou a farsa das nacionalizações e de sua política de reformas. Dizia que o governo do MAS faz todos os esforços para conseguir se “associar” com as multinacionais e, com isso, continua entregando os recursos naturais do país ao capital imperialista.

Denunciou a conduta de Evo, de querer dar a impressão de que executa um processo de mudança estrutural, quando, na verdade, não toca no regime de propriedade dos meios de produção. Levantou a bandeira de rechaço à manobra eleitoral, aos estatutos separatistas da direita e à Constituição reformista burguesa do MAS.

Chamou os explorados a não acreditarem na Constituição ou nos estatutos (leis), porque não mudarão a realidade econômica e social do país. Dizia assim: “A lei do voto, em última instância, a “democracia”, que na Bolívia não existe, nunca solucionou nada e as leis servem unicamente para as classes dominantes, nunca para os pobres”.

Denunciou o plano conspirativo da burguesia fascista e racista, que atua por meios dos Comitês Cívicos e dos governadores da “Meia Lua”, que usam os argumentos das autonomias, para tentar derrubar o governo.

Mostrou o desespero de Evo para conseguir um acordo com os governadores, sobre a base do respeito à propriedade privada, à legalidade e à democracia burguesas, chegando ao ponto de se dispor a compatibilizar o Projeto de Constituição aprovado na Constituinte com os Estatutos Autônômicos feitos pelas oligarquias regionais, vinculadas aos interesses do imperialismo.

Denunciou que a disposição de Evo ao diálogo com os governadores direitistas confirmava a posição porista, de que o governo masista é burguês, pela política que desenvolve, entre ele e a oposição direitista não existem discrepâncias de fundo, são irmãos de sangue, defensores do sistema de exploração e opressão capitalistas.

Afirmava, em fevereiro de 2008, que estava aberta a possibilidade de um acordo entre os aparentemente irreconciliáveis inimigos: o governo e a burguesia nativa da região oriental da Bolívia. E conclamava os explorados a esmagar a direita fascista e passar por cima dos lacaios reformistas do MAS, para materializar a revolução social, que acabe com o poder da burguesia e das multinacionais, eliminando a propriedade privada sobre os meios de produção e instaurando a propriedade social.

O POR realizou uma campanha contra o Referendo Revogatório. Ergueu a bandeira: “Com a Revolução Social ganharemos! Com a democracia dos ricos sempre perderemos!” Propagandeou que a política de diálogos e referendos é a política da incapacidade para esmagar a burguesia entreguista. Dizia que o caminho da derrota são os referendos, constituintes, diálogos, enfim, tudo o

que significa a “revolução pacífica na democracia”. E que, para liquidar a Meia Lua fascista e toda burguesia entreguista e expulsar o imperialismo, é preciso organizar-se, armar-se para fazer a revolução social, para impor o governo operário camponês.

Repetiu, insistentemente, que o reformismo de Evo/MAS, está condenado ao fracasso, ou será engolido pela direita, ou ele mesmo terá de se direitizar, para preservar a integridade da ordem social burguesa.

Coerente com o programa revolucionário, o POR foi categórico, ao não apoiar o governo Evo no referendo. Ao contrário, ampliar a luta direta pelas reivindicações das massas exploradas, e pelo fim do regime burguês.

A CUT/PT arrastou a corrente O Trabalho

A burocracia da CUT, em sua 12ª Plenária Nacional, convidou o cônsul geral da Bolívia, Shirley Orozco, para se solidarizar com o governo de Evo Morales. A consulesa enalteceu o assistencialismo de Evo, e conclamou a solidariedade para “isolar os golpistas e fascistas”. O resultado foi a realização de um ato, dias antes do referendo.

Coerente com o programa revolucionário, o POR foi categórico, ao não apoiar o governo Evo no referendo. Ao contrário, ampliar a luta direta pelas reivindicações das massas exploradas, e pelo fim do regime burguês.

A corrente O Trabalho tomou a frente, e cravou suas tintas na defesa de Evo/MAS. O Trabalho, que se reivindica do trotskismo, vinculada internacionalmente às posições do falecido Pierre Lambert, causa asco em qualquer militante classista, com sua adesão à burocracia petista, que se posta em defesa de um governo que autoriza a polícia a atacar mineiros, camponeses e professores em luta.

O PSTU e o Referendo

O PSTU, em seu jornal Opinião Socialista, de nº 347, criticou organizações (citou a CSUTCB, Fejuve, COR-El Alto, Federação Bartolinas, etc.) e partidos de esquerda (citou o Partido Comunista), que saíram em apoio ao governo Evo. Dizia assim: “Esta posição nos parece errada, porque não se propõe a enxergar o que vai ocorrer após 10 de agosto, não denuncia a intenção do governo de voltar a negociar com a direita e não propõe nenhuma exigência ao governo...”.

O leitor poderia concluir que o PSTU era contra o apoio a Evo no referendo. Mas, logo vê que está sendo enganado. Eis a conclusão: “Não estamos com o Não a Evo, proposto pela oligarquia. Também não estamos em prol do voto em branco ... porque significa não se pronunciar nesta batalha contra a direita, na prática, acaba sendo um apoio silencioso a ela”. E termina assim: “Chamamos os operários, os camponeses e a juventude a revogar os prefeitos, porque não melhoraram

as condições de vida dos trabalhadores e o povo de suas províncias, e dar um voto crítico a Evo”.

Quem não conhece e vive na prática a política centrista do PSTU, acha que está diante de uma corrente confusa, ou que não sabe o que está falando. Ataca o Evo, diz que voltará a negociar com a direita, critica as correntes que apoiam o Sim, sem fazer exigências, e acaba se juntando a eles com o argumento de que é preciso derrotar a direita.

Que exigência se pode fazer a um governo que já se mostrou mais do que suficientemente incapaz de combater a direita burguesa, o imperialismo, e que, por isso, convoca os adversários dos camponeses, das nacionalidades índias e dos operários ao diálogo, à negociação e constituir um pacto? Qualquer exigência a Evo para justificar apoio a seu governo não passa de uma grosseira manobra. O argumento mais significativo é o de que, votando em Evo, se pretende derrotar a direita. No entanto, também nesse caso estamos diante de uma falsa formulação. Não se derrotará a direita pelo referendo; não se derrotarão os governadores da Meia Lua mantendo um governo disposto ao diálogo; não se derrotarão os inimigos dos explorados fazendo exigência ao governo Evo, e se arrastando atrás de sua política de referendos.

PO da Argentina chama a votar em Evo

O POR boliviano denunciou o Agrupamento Marxista Revolucionário, dirigido politicamente pelo Partido Obrero, da Argentina, e as conferências realizadas por Coggiola e Rath, ligados ao PO, de se enfileirarem por detrás de Evo. Eis aqui: *“Na Bolívia, dizem, as massas não superaram Evo, então há que se colocar ao nível delas e chamar a votar em Evo”*. Não bastando isso, os seguidores de PO apresentaram uma plataforma pequeno burguesa nacionalista. Entre os pontos, está a defesa de uma “Nova Constituição e nova Constituinte, convocada pelas organizações operárias e camponesas”.

Estamos diante de um apoio em que se fazem exigências ao governo Evo. Exigências que o PSTU considera como necessárias para se votar no Sim. Certamente, o PSTU poderia apresentar ou-

tro tipo de exigências, e até criticar as do PO. Ocorre que o apoio ao referendo constitui uma posição oportunista frente a um governo que se sujeita às condições políticas ditadas pela direita e pelo imperialismo. Não se derrotará a reação fascista por essa via, e sustentando um governo que ataca as greves e os bloqueios com a polícia e o exército.

Evo saiu vitorioso. E agora?

O MAS sabia que a possibilidade de derrota seria mínima. O referendo, que foi um desafio dos governadores da Meia Lua lançado a Evo, serviu de instrumento para o MAS mostrar que o melhor caminho para superar a divisão interburguesa era o diálogo. No fundo, para o governo, quem votou no SIM estava votando pela solução democrática do conflito. O que é a solução democrática? É um reordenamento das forças burguesas em choque, por meio das instituições do Estado.

As massas foram enganadas com a propaganda de que estavam votando contra os fascistas e os racistas de Santa Cruz, Tarija, etc. Se se quer derrotar um movimento fascizante, golpista e divisionista do país, é necessário organizar as massas oprimidas, com seus próprios métodos, e armá-las contra a violência reacionária da direita. É exemplar o fato dos governadores e seus bandos impedirem Evo de realizar simples discursos eleitorais em seus estados. Esse ato de força ocorreu justamente no momento em que Evo estava agarrado nas ilusões do SIM e do NÃO. O governo se mostrou acovardado.

Terminado o pleito com sua vitória, Evo convocou os inimigos que o enxotaram de seus estados a compor uma negociação. Está claro que as massas famintas que enfrentam os exploradores não votaram pelo SIM para que o governo dê às mãos àqueles que querem derrubá-lo. As correntes de esquerda – PO, O Trabalho, PSTU – que se lançaram pelo SIM, obscureceram o sentido fundamental do referendo: reconstituir a unidade burguesa contra a maioria oprimida. Alerta: são essas correntes ditas trotskistas que difamam o POR boliviano com a pecha de nacionalista.

Brasil

Intervencionismo externo

LULA PRESSIONOU EVO A CEDER

23 de setembro de 2008

Diante do agravamento da crise na Bolívia, a burguesia sul-americana interveio. Para isso, armou-se a reunião da União Sul-Americana (Unasul). O objetivo foi o de utilizar a chamada mediação para obrigar Evo Morales a fazer concessões aos governadores da Meia Lua. O imperialismo e seus lacaios da Unasul deram um ultimato, no sentido de disciplinar o caos político e social.

Lula coordenou a reunião e conduziu a Unasul a rejeitar toda e qualquer qualificação do movimento da oposição direita de “golpe de Estado civil”. Aceitou a exigência de Evo, de criar uma comissão para investigar os “incidentes” (massacre de 30 camponeses) em Pando. Usou da velha demagogia ao se dirigir a Evo: “Você tem de nos dizer, porque ninguém aqui vai interferir na crise interna da Bolívia”. Em seguida, foi categórico: “Cabe ao Estado constituído induzir ao diálogo”.

Os atos de sabotagem à economia e a violência reacionária, desfechada por bandos, acuraram o governo do MAS. Dessa forma, a atuação da Unasul foi uma vitória da reação. Evo partici-

pou acatando determinadas condições impostas pelos governos que compõem a Unasul, entre eles, estava presente com exigências o presidente da Colômbia, porta-voz dos Estados Unidos.

O Jornal espanhol El País intitulou sua matéria “Lula toma as rédeas da crise boliviana”. Relata que *“Lula pôs algumas condições para viajar a Santiago e as conseguiu”*. Eis o relato: *“Pediu uma trégua prévia entre Morales e a Oposição, o que ocorreu. Exigiu aceitação expressa de La Paz, para que ele intercedesse na crise, e a obteve. Além disso, os rivais de Morales celebraram a mediação brasileira, apesar de Lula os ter reprovado por utilizarem a violência para desafiar o governo. Brasília também pretende que a cúpula conclua com uma clara mensagem contra toda ingerência externa na Bolívia, e que não haja comentários acima do tom contra os Estados Unidos”* (16/8/2008)

Evo foi arrastado à Unasul, por pressão interna dos opositores, e externa da burguesia sul-americana, particularmente a brasileira. Por cima de tudo, estão os Estados Unidos. A única forma de derrotar a oligarquia fascista e racista é a revolução social, que, por seu caráter, tem de ser proletária, e se assentar na aliança ope-

rária e camponesa. Como o governo Evo está comprometido com a preservação da propriedade capitalista, tem de se sujeitar à via que a burguesia internacional ditar.

A exigência de Lula de que não haja “ingerência externa”, e que não se ataquem os Estados Unidos, estava dirigida, não só a Evo, como também a Hugo Chávez. O intervencionismo dos governos sul-americanos tem por essência evitar que a crise leve as massas oprimidas a ultrapassarem os limites do controle do MAS, assumirem o programa da luta anti-imperialista e anticapitalista. Tanto a Oposição fascista, quanto o governo reformista de Evo, sabem que este é o grande problema da divisão interburguesa.

Evo recua e a Oposição dita as regras

A abertura do diálogo significa que o governo terá de fazer concessões à Oposição assassina. Evo nunca foi refratário ao “diálogo” (às concessões) com os opositores. Quem se manteve intransigente foi a oligarquia, comandada pelos governadores da Meia Lua, que usaram as ameaças, as sabotagens, a suspensão de alimentos à região do altiplano, o desabastecimento de gás de cozinha, as invasões por bandos contratados às sedes das organizações indígenas, etc. para golpear o governo. Evo acreditou que a aprovação de seu governo (referendo), por 67,4% da população, garantisse poder sobre a Oposição, mas o contrário se deu. A Oposição desfechou a violência fascista, criando mais uma das enormes crises pela qual atravessou a Bolívia.

A Oposição fez nova gritaria contra Evo, quando, da prisão, do governador de Pando, Leopoldo Fernández, mandante do massacre dos camponeses. O Supremo Tribunal exigiu que Evo coloque fim ao “estado de sítio” em Pando, em um claro apoio aos governadores da Meia Lua.

Para a Oposição direitista, um acordo pressupõe incluir medidas na Constituição, que garantam o cumprimento do Estatuto Autônomo, a devolução da porcentagem do imposto sobre os hidrocarbonetos, e exigem mais tempo para encaminhar a convocação do referendo da nova Constituição, anunciado por Evo para 7 de dezembro.

Na realidade, os conflitos interburgueses (governo e Oposição) estão longe de serem resolvidos, mesmo que Evo capitule plenamente diante de seus opositores. O que confirma as posições do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), do fracasso do governo reformista de Evo.

A solução se encontra na classe operária

O governo Evo está mergulhado numa profunda crise política. Que desfecho poderá ter a crise?

Enquanto as massas estiverem sob a direção pequeno-burguesa do MAS, a crise política se arrastará por mais ou menos tempo, dependendo do desenvolvimento da crise econômica, mas seu desfecho fatalmente será a favor da oligarquia. A divisão interburguesa sofre pressão do imperialismo e de governos, como o do Brasil, Venezuela, etc., no sentido de um acordo. Esta saída é a desejada pelo governo do MAS. Para isso, é preciso um grande recuo de Evo, que, por sua vez, se vê amarrado às pres-

sões do campesinato. A oposição direitista tem em conta essa situação, e trabalha pelo esgotamento do governo, de forma que possa derrubá-lo pela via golpista, ou removê-lo pelo recurso eleitoral. A probabilidade de Evo abrir uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social da Bolívia, que garantiria um certo período de estabilidade, é nula.

O que está colocado para as massas oprimidas é uma mudança da política de classe. Há que se constituir uma aliança operária e camponesa, sob um programa de transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade social, e emancipação do país do jugo imperialista. A solução está na classe operária tomar a frente da luta contra a oposição oligárquica e o capital internacional, independizar-se do governo do MAS, e combater pela conquista do Estado. Essa possibilidade existe, devido à presença do POR, que tem uma longa existência, e encarna o programa da revolução social.

Não só o MAS é um obstáculo para a transformação estrutural de que a Bolívia necessita. A direção da Central Operária Boliviana (COB) tem desviado as reivindicações e objetivos da classe operária, para a sustentação da governabilidade e da caricatura da democracia burguesa. Dois fatos testemunham bem a política da direção da COB. Em 2005, diante da crise instalada, o MAS se colocou por novas eleições determinadas pelo presidente da Suprema Corte, e convocação da Constituinte. A direção da COB, da mesma forma, sufocou o movimento de massa em nome das eleições. Era sabido que as eleições e constituinte serviriam para preservar o poder do Estado nas mãos da classe dominante, e conter o ódio do povo oprimido. Em 2008, o MAS

impôs a Lei das Pensões, cujo conteúdo central é a capitalização individual. O país se convulsionou, por meio da greve dos mineiros e professores. A resistência dos trabalhadores e a violenta repressão do governo ocasionaram a morte de 2 mineiros e quase uma centena de feridos. Quando a luta estava no seu auge de radicalização, a COB aceitou a trégua, em nome do referendo de Evo. E, como parte do acordo, o dirigente da COB, Pedro Montes, concordou em dar um prazo de 45 dias para elaborar uma nova Lei de

Pensões. O objetivo foi claro: desmontar as mobilizações. A direção da COB acoberta sua política de conciliação com o governo repressor, e manobra os trabalhadores para conter a radicalização.

A classe operária é extremamente reduzida, concentrada no setor mineiro, não pôde ainda comparecer como força aglutinadora da luta pelas reivindicações e de resistência às medidas de Evo. A maioria da população é camponesa. O campesinato, pelo lugar que ocupa nas relações de produção, não é o dirigente do programa da expropriação dos meios de produção e da implantação da propriedade coletiva. Não há outra via para tirar a Bolívia do atraso e da submissão imperialista, senão pela luta revolucionária, apoiada no programa da revolução e ditadura proletárias.

Na realidade, os conflitos interburgueses (governo e Oposição) estão longe de serem resolvidos, mesmo que Evo capitule plenamente diante de seus opositores. O que confirma as posições do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), do fracasso do governo reformista de Evo.

Brasil

“Consumada a descomunal farsa cívico-masista”

27 de outubro de 2008

“Como já havíamos assinalado desde o início, o final de tanto teatro: cívicos e governo acabaram ajustando suas “diferenças” em uma Constituição que não é mais do que um espantalho de conteúdo burguês, na qual “todos se sentem representados” (entendam-se burgueses). Isso explica por que o governo reformista do MAS e a oposição de direita são iguais: expressões políticas burguesas que defendem a ordem capitalista, e sua base material: a propriedade privada dos meios de produção”.

“Os masistas (MAS) impostores enganam os camponeses, fazendo-os marchar por uma Constituição que consolida o latifúndio”.

“É a marcha do embuste e da traição às massas. O MAS não pôde ser fiel nem sequer àquilo que aprovaram em sua Constituição. O destino político de Evo Morales e do MAS dependerá de quanto tempo levarão os camponeses e indígenas do país para descobrir a traição”.

“Derrotaremos a impostura do MAS com a luta revolucionária dos explorados, sob a bandeira proletária por uma revolução social,

que acabe com a raiz do poder burguês e da opressão imperialista: a propriedade privada sobre os meios de produção”.

“O governo operário-camponês, que a revolução instaurará, estabelecerá a propriedade social, que permitirá satisfazer as necessidades de conjunto da sociedade oprimida, e não o interesse de uns poucos exploradores”

Cabe assinalar também que, em meio às negociações entre governo e oposicionistas, a comissão da Unasul, que supostamente investigaria o massacre de camponeses de Pando, concluiu o que já era óbvio: não há provas para incriminar os assassinos burgueses. Portanto, os responsáveis continuarão sem rosto.

É preciso compreender a política burguesa de Evo Morales, das direções sindicais e camponeses que apoiam o governo, em detrimento da luta pelas reivindicações dos explorados, mostrar a capitulação das correntes de esquerda diante do governo do MAS, e assinalar as posições críticas do POR-Bolívia e sua estratégia diante de um governo em crise.

A INTERVENÇÃO DOS TROTSKISTAS BOLIVIANOS NO REFERENDO QUE DISSE NÃO A EVO MORALES

25 de fevereiro de 2016

A derrota do presidente Evo Morales na consulta popular, em que os bolivianos responderam se aceitavam ou não uma mudança constitucional que lhe daria o direito a concorrer a um quarto mandato, foi um importante acontecimento na situação de crise na América Latina. Embora Evo e seu partido MAS tenham tido um enorme apoio em três mandatos, a maioria abriu os olhos para o perigo que representa para suas vidas a continuidade desse governo. No entanto, a maioria explorada se colocou diante do problema de como será constituído o novo governo. Não basta dizer NÃO ao continuísmo de Evo e de seus lacaios do MAS. Qualquer que seja o governo burguês que tomar o seu lugar atacará as condições de existência dos explorados e dará continuidade ao domínio imperialista sob a Bolívia.

Então, qual é a importância de ter vencido o NÃO? Os bolivianos estão a caminho de superar a experiência com uma corrente política que desviou e canalizou o processo revolucionário, que concluiu com a expulsão do presidente Sánchez de Lozada. Já não

há lugar para ilusões em um governo que serviu aos interesses da burguesia nacional e do imperialismo.

O fundamental dessa experiência está em que contou e conta com a presença do Partido Operário Revolucionário (POR), que fez a campanha pelo NÃO, distinguindo e contrapondo-se às posições da direita que disputa com o MAS o poder. No seio dessa experiência, desenvolvem-se a política burguesa e a política proletária. Certamente, uma fração da classe operária e da pequena burguesia arruinada se identificou com o NÃO defendido pelo POR, que desfraldou a bandeira do governo operário e camponês e do programa da revolução proletária. A próxima etapa deve ser da ampliação da política do marxismo-leninismo-trotskismo no seio das massas, em contraposição às variantes da política burguesa e pequeno-burguesa que procurarão estabelecer um novo governo burguês.

Publicamos abaixo o balanço do referendo e os prognósticos do POR

Bolívia / O significado da derrota do governo no referendo

O grande mérito do POR foi o de ter apontado para as massas exploradas o conteúdo de classe pró-burguês da política do governo do MAS, inclusive antes da chegada deste ao poder.

O Movimento ao Socialismo (MAS) foi uma impostura “democrática” burguesa fantasiada de indígena para enganar os explorados e frear a sua rebelião que havia levado à queda do governo neoliberal encabeçado por Sánchez De Lozada.

Evo Morales soube tirar vantagem de sua condição de indígena e camponês para ludibriar amplos setores dos explorados e conseguir que estes, iludidos, se entregassem ao governo pensando que seria um governo do povo. Declarou-se anti-imperialista, anticapitalista e até socialista. Isto enquanto declarava aos quatro

ventos seu respeito à grande propriedade privada dos empresários nacionais e estrangeiros e proclamava o milagre inédito de ter convertido as multinacionais saqueadoras em sócias e não mais donas do Estado, pulando de alegria e explodindo em adulações toda vez que os ditadores e empresários poderosos lhe sorriam.

Estava condenado - dissemos - a desenvolver a política burguesa, atrelada às grandes potências e à burguesia nacional contra as aspirações dos famintos que necessitam de trabalho, pão, educação e saúde.

A impostura chega ao seu fim. Os explorados, aqueles que com seu apoio deram ao governo o controle absoluto de todos os poderes do Estado, hoje, compreenderam que o governo do MAS

é uma ditadura burguesa, servil aos interesses do imperialismo e dos empresários privados, inimigo dos operários, traidor dos camponeses, aliado dos latifundiários que grilaram a terra e corrupto até a medula, como todos os governos burgueses anteriores.

O MAS é um saco de gatos de todas as cores, sem princípios nem programa, o que os une é a ambição de ficarem ricos vendendo o país e saqueando o Estado.

Os explorados e oprimidos se separam das ilusões do MAS, mas não para entregar-se aos braços da velha direita e seus políticos zumbis (mortos politicamente), mas sim em busca de uma verdadeira perspectiva revolucionária.

É nossa obrigação como revolucionários desmascarar os impostores e apontar as causas de nossa escravidão e o caminho para nossa libertação.

A sociedade capitalista em nossa época constitui uma unidade mundial, dominada pelos interesses do imperialismo, isto é, das corporações capitalistas multinacionais, que impõe seus interesses e condiciona a economia e a política dos países capitalistas atrasados, como a Bolívia.

Para os países tão brutalmente oprimidos pelo imperialismo, não há possibilidades de superar o atraso, a opressão nacional e a miséria da maioria nacional no marco do respeito à grande propriedade

privada burguesa e com a presença das multinacionais no manejo e controle do aparato produtivo. No caso da Bolívia, no controle da exploração de recursos naturais para o mercado mundial.

Nossa realidade, com suas particularidades e seus traços de decadência, está marcada pelo nosso encadeamento aos elos das grandes potências imperialistas.

É necessário que o país oprimido se levante contra o jugo imperialista e dos opressores nacionais pró-imperialistas para poder enfrentar a solução de seus problemas.

Tarefa que a burguesia nacional, por sua debilidade e consequente servilismo ao imperialismo, ou a pequena-burguesia, pequena proprietária presa à grande propriedade burguesa e imperialista, estão impossibilitadas de levar adiante.

Somente a classe operária dirigente do conjunto dos explorados e oprimidos, organizada ao redor de seu partido, o POR, poderá materializar a libertação nacional, ponto de partida para enfrentar a superação do atraso e da miséria.

O NÃO ao continuísmo do MAS no referendo é uma fenda importante no processo de emancipação dos explorados da impostura masista.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2435, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

O VOTO NULO É VOTO MILITANTE

- O voto nulo é daqueles que estão seguros de que o próximo governo, vença quem vencer, será mais do mesmo, servil às multinacionais, aos oligarcas do Oriente e da burguesia nacional.
- Daqueles que não acreditam que, entre Mesa, Evo, Ortiz e os demais candidatos, haja um mal menor.
- Daqueles que não servem de escada a politiqueiros carreiristas e vendidos.
- Daqueles que acreditam que é urgente preservar a nossa independência política, diante de todos os partidos burgueses.
- Daqueles que dizem que é preciso se preparar para lutar contra o próximo governo, seja ele qual for, porque, de antemão, sabemos que será um governo antioperário, antipopular e antinacional.
- Daqueles que não acreditam que votar sirva para mudar ou melhorar algo, daqueles que não se deixam enganar com as falsas promessas dos politiqueiros.
- Daqueles que acreditam que o país necessita de uma mudança pela raiz, uma revolução social, que ponha em pé um novo Estado, sobre a base da nacionalização sem indenização dos recursos naturais, da expropriação dos latifúndios, para criar grandes empresas agropecuárias com tecnologia de ponta, do estabelecimento do monopólio estatal do comércio exterior, e da planificação da economia.
- Daqueles que acreditam que a verdadeira democracia e seus benefícios para a grande maioria nacional se dará sobre a base da democracia direta dos órgãos de poder, criados pelos operários, camponeses e classe média, onde os representantes sejam revogáveis, e não recebem remunerações maiores que o salário médio de um trabalhador qualificado.

23 de agosto de 2019

É verdade que o voto nulo ou em branco vai para o ganhador? Não é verdade. É totalmente falso. O voto nulo/branco não vai para ninguém, mas tem um profundo significado político. Significa dizer aos opressores, aos politiqueiros ladrões, que já não acreditamos mais em suas promessas demagógicas. Vão para o inferno! Somos livres, e nos propomos a lutar por nossas necessidades, diante do governo que surja da farsa eleitoral.

O que significa esta ideia de que para punir Evo temos de votar contra ele, e por isso o voto nulo favorece Evo? Significa que quem pensa assim continua sendo prisioneiro dos dogmas burgueses sobre a democracia e seus métodos de constituir um governo. Não se dão conta de que Evo, assim como os opositores, são a mesma porcaria. Que, para os explorados e oprimidos, não há alternativa. É preciso ser muito ingênuo para punir um carrasco colocando outro no poder.

O que fazer depois das eleições? A grande maioria está convencida de que as eleições são uma farsa. Que Evo procura se impor, montando uma fraude e, assim, dá de ombros, porque sente que, saia o que saia, terá de combater para impor as grandes necessidades das massas. O primeiro passo será organizar a luta. Para isso, é preciso recuperar a independência política e sindical de nossas organizações sindicais e sociais, expulsando os burocratas vendidos, que usurparam estes instrumentos, para colocá-los a serviço do MAS, em troca de algumas vagas no Parlamento.

A COB deve voltar a ser o instrumento unitário de luta dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Há que recuperar a sua condição de organização que aglutina em seu seio o conjunto dos explorados, como um verdadeiro órgão de poder do conjunto da nação oprimida, contra os opressores nacionais e o imperialismo.

(Extraído do Jornal Massas n. 2.599, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)



Consumada a fraude! Evo não sairá do poder pelas urnas Será expulso pelos explorados pela via insurrecional

25 de outubro de 2019

Assim como fez com o 21 de fevereiro, o governo passou por cima dos resultados da votação popular. A fraude se consumou da maneira mais descarada.

O MAS não podia se submeter ao segundo turno e tirou da cartola fraudulenta, dos 17% de votos que faltavam apurar no momento

da paralisação da contagem no dia da eleição, os dez pontos que necessitava para se declarar vencedor sobre Mesa no primeiro turno.

À oposição impotente da velha direita, agora aglutinada ao redor do entreguista Carlos Mesa, só resta esperar em nome da defesa da inexistente democracia burguesa com a qual querem manter o povo submetido à burguesia. A oposição é impotente para derrubar Evo, porque ambos são irmãos políticos; acima das diferenças e ambições está a proteção da ordem social burguesa.

O MAS percebe que a resposta popular à fraude pode ser violenta, por isto já começou a reprimir as primeiras reações de fúria da população e a convocar os seus partidários para enfrentar as ações de rechaço à fraude.

São os próprios políticos opositores prejudicados que saem para acalmar os ânimos dos descontentes em nome da “resistência e desobediência civil democrática” pelos métodos pacíficos e parlamentares, agora que o MAS perdeu o controle absoluto no Parlamento.

O mesmo farão, no Oriente, os agroindustriais aliados do MAS para acalmar os radicais de Santa Cruz racista.

Será sobre os explorados e oprimidos que cairão as medidas “salvadoras” burguesas, do novo governo masista a serviço da oligarquia de Santa Cruz e das multinacionais.

Temos de compreender que o único caminho para defender as nossas conquistas, direitos e lutar para superar o



atraso, a miséria e a fome é a organização independente diante de todo governo burguês. Levantar nossas bandeiras revolucionárias de luta, recuperar das mãos dos burocratas vendidos as nossas organizações sindicais e sair às ruas para lutar por pão, trabalho, educação, saúde e contra o abuso pa-

tronal e a corrupção burguesa.

- * Por um sistema universal de saúde inteiramente financiado pelo Estado, sem colocar as mãos nas contribuições dos trabalhadores à CNS.
- * Pela defesa do plano de carreira docente e contra as horas trabalhadas e não pagas.
- * Pela incorporação dos médicos do sistema público de saúde à Lei Geral do Trabalho.
- * Por um salário mínimo vital.
- * Por trabalho estável e bem remunerado para os desempregados.
- * Pela defesa de nossos recursos naturais, nacionalização das minas e petróleo. Pela defesa do lítio e das ricas reservas de Pulcayo: que a sua exploração sirva para o desenvolvimento de Potosí.
- * Contra a devastação provocada pela agroindústria; em defesa da Chiquitanía e das áreas protegidas.

***Morte à burguesia
impotente e ao seu governo masista!***

COM O POR. AO SOCIALISMO

La Paz, 21 de outubro de 2019

*(Extraído do Jornal Masas n. 2.608, do Partido
Obrero Revolucionário da Bolívia)*